



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1975

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	1
Área Econômica	
AGRICULTURA	7
INDÚSTRIA	23
COMÉRCIO	43
TURISMO	49
Área de Infra-estrutura	
TRANSPORTES	59
ARMAZENAGEM	69
ENERGIA	73
MINERAÇÃO	79
TELECOMUNICAÇÕES	81
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	85
Área Social	
EDUCAÇÃO	93
SAÚDE	105
SANEAMENTO	111
PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	113
HABITAÇÃO	117
TRABALHO	119
ASSISTÊNCIA	123
PREVIDÊNCIA	127
Área Administrativa	
PLANEJAMENTO	133
ADMINISTRAÇÃO	141
JUSTIÇA	145
SEGURANÇA	149
SERVIÇOS FINANCEIROS E FAZENDÁRIOS	151



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



1975

SINVAL GUAZZELLI

Governador



JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA

Vice-Governador

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CARLOS ALBERTO CHIARELLI

Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social

AIRTON VARGAS

Secretário de Estado da Educação e Cultura

JAIR DE OLIVEIRA SOARES

Secretário de Estado da Saúde

JOSÉ PAIVA PORTINHO

Secretário de Estado da Segurança Pública

JOSÉ SPERB SANSEVERINO

Secretário de Estado da Justiça

OSCAR MACHADO DA SILVA

Secretário de Estado da Administração

OTÁVIO GERMANO

Secretário de Estado do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas

CARLOS ALBERTO ALLGAYER

Chefe da Casa Civil

ENIO VILANOVA CASTILHOS

Secretário de Estado Extraordinário

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDUARDO EMÍLIO MAURELL MÜLLER

Secretário de Estado de Coordenação e Planejamento

CLÁUDIO STRASSBURGER

Secretário de Estado da Indústria e Comércio

FIRMINO GIRARDELLO

Secretário de Estado dos Transportes

GETÚLIO MARCANTÔNIO

Secretário de Estado da Agricultura

JORGE BABOT MIRANDA

Secretário de Estado da Fazenda

MARIO BERNARDINO RAMOS

Secretário de Estado do Turismo

WALTER JOBIM FILHO

Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicações

CARLOS ALBERTO ALLGAYER

Chefe da Casa Civil

ENIO VILANOVA CASTILHOS

Secretário de Estado Extraordinário

ITABORAÍ BARCELOS

Chefe da Casa Militar

ANTONIO RICARDO DE MEDEIROS

Procurador Geral da Justiça

JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER

Consultor Geral do Estado

Secretaria da Coordenação
e Planejamento - RS
BIBLIOTECA



Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar ao conhecimento e apreciação dos Senhores Membros do Colendo Poder Legislativo Rio-grandense, em atenção aos termos do artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual, a Mensagem sobre a situação dos negócios do Estado, bem como o Relatório sobre as atividades do Poder Executivo relativamente ao exercício de 1975.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Considero este ato não apenas o cumprimento de uma formalidade, mas uma honrosa oportunidade para transmitir aos integrantes desse Egrégio Poder a expressão do respeito e do acatamento com que o Executivo encara a missão do legislador na ordem das atribuições estatais.

Do diálogo permanente a que me propuz desde a primeira hora, e que anunciei ao prestar meu compromisso de posse perante essa Casa, pude recolher as oportunidades primeiras para um trabalho construtivo em favor de nosso Estado. O Rio Grande do Sul de hoje é uma comunidade em irreversível processo de crescimento. Mas não somente isso. É uma sociedade que evidencia pleno proveito de suas potencialidades econômicas, sociais e políticas. Na verdadeira acepção da palavra, um Estado que realiza o conceito mais fiel do desenvolvimento, que presume crescimento e mudança, busca ajustamentos e enfrenta os descompassos originários ou criados no decorrer e por consequência desse próprio processo.

Continua o Rio Grande sendo um Estado em condições de equilíbrio, em decorrência de suas próprias características físicas e geopolíticas, realizadas nas composições étnica e social e reafirmadas numa organização econômica que jamais acobertou um quadro de excessiva pobreza e nem se iludiu com os fugazes surtos de riquezas cíclicas ou apenas setorializadas.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOÃO CARLOS GASTAL
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha
Nesta Capital

Por isso, temos conseguido superar, em níveis razoáveis, o período agudo de uma crise mundial de nefastas conseqüências mesmo para nações altamente desenvolvidas, a refletir sobre a economia as restrições de mercado.

Não é desconhecido o fato de que a exportação de nossa carne vem caindo desde 1973. Nos dez primeiros meses do ano passado as vendas no exterior de nossos produtos de origem animal decresceram em mais de 38% sobre igual período de 1974. Felizmente, as exportações dos demais produtos, acima de tudo os de origem vegetal – dentre os quais avulta a soja – cresceram substancialmente, a ponto do total de remessas autorizadas do Estado ter apresentado um crescimento global da ordem de 40% sobre o ano anterior.

Apesar de um quadro mundial desfavorável a economia rio-grandense não apenas deixou de apresentar sinais de recessão, como evidenciou pujança suficiente para manter o seu poder de expansão, o que foi amplamente confirmado pelos índices de crescimento em 10% no ano de 1975. Tornam-se, assim, muito sugestivos, porque reflexos da realidade, os números verificados em alguns indicadores importantes, tais como o aumento do consumo de energia elétrica (17,7% sobre 1974), assim como o aumento real do Imposto sobre Produtos Industrializados (12%) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (11%), além do crescimento em 21% na produção física da soja e de 9,7% do arroz.

Essa realidade não permite, entretanto, qualquer concessão para com o futuro. Ao governante, que administra com os olhos no amanhã – mesmo o amanhã de duas ou três gerações – incumbe, mais do que tudo, voltar-se para formas hábeis de instrumentar o desenvolvimento continuado, quando possível, através de alavancas diversificadas e inovadoras e que venham a projetar benefícios ao longo do tempo.

Coerente com essa visão do futuro, o Governo partiu para uma programação que prevê um consórcio produtor de riquezas: as iniciativas privada e pública. Governo e Povo se confundem nesse anseio. Seu desiderato fundamental é o mesmo: construir o futuro, ampliando condições de bem-estar, de segurança, de crescimento individual, de aperfeiçoamento da vida social.

Daí pautar o Setor Público todos os seus planos em modelos conducentes à realização das potencialidades regionais. Toda a administração se põe a funcionar no realismo de nossos acertos e erros advindos do passado, vivos no presente, para que, na projeção do futuro, fiquem os erros como lições, e, nos acertos, as resultantes maiores da ação empreendida.

Quando, ao completarmos o primeiro mês de Governo, instalávamos o Conselho de Desenvolvimento Econômico – que, com o Conselho de Desenvolvimento Social, marcavam e marcam cada vez mais um estilo de administração sistêmica, onde todos os setores são parte e testemunha na criatividade e na ação governamental – já nos aprestávamos para duas lições cujos resultados seriam fundamentais para o Estado: a Petroquímica e a Carboquímica.

Toda a gente rio-grandense – e dentre esta salientem-se os nobres ocupantes dessa Casa Legislativa, a imprensa, o empresariado – participou solidária dos atos que culminaram na histórica decisão do Presidente da República e do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em Brasília, a 27 de agosto, que definia o Rio Grande do Sul como sede de mais um pólo petroquímico, o terceiro em nosso País. Nova e poderosa alavanca com que o trabalho do gaúcho passou a contar na tarefa de construir seu futuro, onde nenhuma força será desperdiçada no investimento, que, mais do que gaúcho, é de todo o Brasil. Isto nos orgulha e desafia. O desafio aguça potencialidades, revela atributos que reconhecemos em nosso empresário, em nossos técnicos, em nosso trabalhador. Da idéia à decisão, e desta à realização, tudo se encaixa num mesmo processo de aproveitamento crescente, racional e otimizado, do quanto esta terra e seu povo têm a oferecer ao País.

Eis uma ação para a qual não cansarei de conclamar os meus concidadãos, pois sei que aqui mesmo, no Estado, temos suficiente capacidade para, de imediato, pensarmos e agirmos concretamente, em função de um complexo petroquímico. É um fato novo para a nossa forma tradicional de investir recursos, somando-se à gama de fatores à disposição das decisões de nosso empresariado, dos homens do comércio, da indústria, das finanças, do conhecimento técnico e científico.

E, para mim, constitui razão para orgulhar-me de minha condição de rio-grandense, o verificar que tal conclamação não é apenas do Governo. Nem mesmo da evidência do fato econômico em si, capaz de chamar capitais de todo o mundo para o empreendimento. Está também nessa Casa de Representantes e na consciência de todos, como motivação central de um novo capítulo na história de nossa economia e nas formas com que o homem do Rio Grande constrói o seu amanhã.

O instrumental para essa ação já existe materialmente. O que é função específica do Governo está desencadeado. As oportunidades já se oferecem ao descortino de nossos homens.

Aí estão os distritos industriais a facilitar, já em vários pontos do Estado, a localização de plantas fabris, consoante a vocação de cada região, de capitais disponíveis e de cada especialização. Aí está a excelência da mão-de-obra encontrada, as mãos hábeis de um povo que estuda e que vive em permanente estado de aperfeiçoamento, mercê de sua

própria índole e auxiliado por inúmeros programas de qualificação em curso nas áreas tanto governamental como privada. Aí, também, os financiamentos à disposição, através de aprimorado e sensível sistema financeiro, que abre as portas para o investidor de visão, apoiando a decisão corajosa que deseja gerar progresso, seja nas nossas atividades tradicionais, seja naquelas outras que signifiquem – e tão necessariamente nesta hora – uma diversificação dos investimentos.

Não é demais acentuarmos que, se o Rio Grande do Sul, a partir dos produtos básicos, de primeira e segunda geração, puder chegar até os manufaturados, como pretendemos, aí então, o Pólo Petroquímico significará a abertura de amplo mercado de trabalho capaz de absorver nossa mão-de-obra; propiciará a incorporação de uma nova tecnologia a nossos processos de produção; representará a aquisição de experiência no setor; gerará riquezas para o Estado e, em consequência, para o País, respondendo, desse modo, aos próprios interesses nacionais.

Que os lucros do setor primário, do comércio, dos serviços, dirijam-se logo e convictamente para o setor secundário, com preferência para as chamadas "indústrias-de-ponta", mesmo que, de início, funcionem com matéria-prima de fora. São elas altamente lucrativas, de menor complexidade de instalação e de operação, e absorvem mão-de-obra em volume conveniente à nossa crescente oferta anual.

Assim, quando, em 1981, a unidade básica da petroquímica gaúcha passar a funcionar, dando lugar à produção de 1,2 milhões de toneladas/ano de matérias-primas, já poderemos dela tirar o máximo de proveito.

Lembremo-nos, ademais, de nossas reservas de carvão, reavaliadas, em 1975, em mais de 12 bilhões de toneladas. Temos grande responsabilidade no bom uso dessa riqueza de nosso subsolo, notadamente quando a maior fonte energética do mundo contemporâneo, o petróleo, passa a ser de uso restrito. Já o utilizamos racionalmente na geração de força elétrica e na redução de minério. Abre-se, agora, outra perspectiva de largas e benéficas consequências, com a decisão da PETROBRÁS de implantar na região do baixo Jacuí uma usina de gaseificação do carvão. É uma nova conquista junto à área federal, de magnitude que se aproxima a do próprio Pólo Petroquímico.

Com o mesmo espírito de lançar raízes para o futuro, o Governo mobilizou esforços visando à aprovação final do projeto da planta destinada à produção de amônia e uréia, cujos resultados positivos foram alcançados já nos primeiros dias do corrente ano, através do categórico apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel à implantação da Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados. O início de suas atividades, cumpridos os cronogramas ora vigentes, deverá se dar ainda no presente quadriênio, para uma produção diária de duas mil toneladas de amônia e uréia.

Apenas esses três projetos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, conduzirão a um aporte de investimentos diretos, durante o próximo lustro, da ordem de Cr\$ 20 bilhões.

Ainda na área econômica, foi enfatizada a mobilização de recursos e de esforços conjuntos para o aproveitamento de nossa experiência no setor primário, visando a complementá-la com o beneficiamento, aqui mesmo no Rio Grande, de seus produtos. Os chamados Programas Operativos, em elaboração final, e que contemplam a Agro-indústria, a Indústria Metal-mecânica e o aperfeiçoamento dos mecanismos da Comercialização, querem desencadear um processo organizado de ativação das riquezas que aqui estão, no subsolo, nos produtos da terra, no gado e, especialmente, na excepcional capacidade de realização do homem deste Estado.

Por meio de uma agro-indústria realisticamente estruturada sobre os bens primários que aqui produzimos e hoje vendemos "in natura", haverão de ser incrementadas as fontes de absorção de mão-de-obra e a produção de bens de consumo de massa. Estimular-se-á a inovação e diversificação agrícolas, elevando o valor adicionado das matérias-primas locais e corrigindo os atuais desequilíbrios espaciais.

Outrossim, se o nosso Estado obteve poucos benefícios quando do primeiro estágio do processo nacional de substituição de importações, hoje – quando o País parte para um novo estágio de industrialização mais refinada e que exige concentração maior de investimentos – não podemos nos descuidar novamente. Há que viabilizarmos nossos empreendimentos, em especial no ramo Metal-mecânico, no qual possuímos tradição e um parque com capacitação para criar, se complementado racionalmente, as condições para o estabelecimento de um novo pólo industrial. Suas indústrias principais e as subsidiárias serão capazes de gerar, por complementação, um dinamismo que resulte em rendimento, em economia de escala, em competitividade, nesse grandioso mercado que é o brasileiro, o qual absorverá o que de bom produzirmos.

Essencial, também, é que possamos conferir ao setor de serviços – que tem alta participação em nosso produto interno – uma estrutura compatível com a relevância que tem na comercialização dos produtos primários com vocação para exportar.

A complexidade desses serviços, de funções múltiplas, tem peso importante na formação final do preço. As imperfeições desse sistema interferem nas funções de transferência da economia, à medida do aproveitamento dos recursos humanos, capital e produtos. Daí sua relevância para nós e às atenções que ora lhe dedica o Governo, através de programa específico em fase de desencadeamento.

Não apenas na comercialização de nossos produtos primários adquirem os serviços relevância ímpar para o Estado.

A existência de sistemas financeiros sólidos e dinâmicos que aqui apliquem a poupança gaúcha, representam garantia e apoio ao nosso desenvolvimento. Altamente intensivos na utilização de mão-de-obra qualificada, tornam-se fonte de empregos necessários especialmente nos maiores centros urbanos.

Também tem sido intensa a nossa preocupação quando insistimos em medidas que apressem o processo de consórcio da lavoura agrícola com a produção pastoril, definido como um dos objetivos prioritários do Governo na produção primária. Os estudos visando a um projeto integrado em torno dessa matéria também estão por serem finalizados, visando a servir como roteiro seguro para atuação congregada e almejando o mais racional aproveitamento da terra, que já se faz escassa.

Verificando setorialmente as principais conquistas alcançadas no ano que passou, constata-se, no setor primário da economia, o substancial aumento verificado no crédito rural, cuja participação maior está nos financiamentos do Banco do Brasil, mas para o qual colaboram também as operações dos estabelecimentos bancários estaduais e regionais. Saliente-se, neste caso, que os financiamentos concedidos pelo Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE – ao setor foram expandidos em 208% sobre os concedidos em 1974, e que o novo Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL –, com apenas quatro meses de operações em 1975, realizou, até dezembro passado, 43 operações de crédito rural.

Por sua vez, prosseguiram os projetos de atenção ao aprimoramento dos nossos produtos vegetais e animais, pela pesquisa e experimentação, pelo combate às doenças, em que não faltou o lançamento da campanha pelo uso adequado de defensivos agrícolas e pelo controle de zoonoses, como a aftosa e a brucelose, onde os índices de vacinação atingem a 100% dos animais existentes nas zonas de campanha obrigatória – pelos trabalhos de fomento à produção, pela fiscalização e controle de qualidade, enfim, pela manutenção ativa do elenco que constitui constante preocupação governamental com respeito aos nossos produtos agropecuários e animais.

Capítulo saliente nesse quadro, constitui a campanha de conscientização lançada em favor do florestamento e reflorestamento em um Estado pauperizado violentamente nos seus recursos naturais renováveis como é o nosso, campanha essa que prosseguirá até que se verifiquem resultados ponderáveis na modificação de perspectivas que, até então, se apresentavam como verdadeiramente dramáticas.

No âmbito dos projetos de incentivo à industrialização e comercialização, os esforços governamentais concentram-se na promoção industrial, com realce dos projetos de distritos industriais e de estudos, pesquisas e análises quanto a vários setores ainda carentes de cuidados do Estado, tais como o de materiais para construção civil, máquinas agrícolas, cimento e equipamento ferroviário.

Da mesma forma, prosseguiram a produção industrial das entidades paraestatais e a promoção do nosso Estado como exportador e, especialmente, como campo hábil a novos investimentos, destacando-se, nesse último aspecto, os intensos preparativos para a realização, em abril próximo, do I Seminário Internacional de Investimentos no Rio Grande do Sul.

Parte da área econômica, e que a desejamos cada vez mais expressiva, é a exploração da indústria turística em nosso Estado. Da constatação dos excelentes pré-requisitos naturais de que dispomos para torná-la mais efetiva, tais como a localização geográfica, a meio caminho dos dois maiores pólos turísticos da América do Sul – o eixo Rio-São Paulo-Minas e a Bacia do Prata – além de nossas belezas naturais e do espírito hospitaleiro de nossa gente, parte o Governo para induzir o desenvolvimento da infra-estrutura material e humana, lapidando o potencial existente, tornando-o mais atrativo e rentável.

Nesse sentido, tem o Governo inovado iniciativas, não só pela divulgação mais agressiva – como foi o caso da participação do Estado no Congresso da "American Society of Travel Agents – ASTA" –, realizado no Rio de Janeiro – como pelo desencadeamento de programas próprios a cada estação do ano e de projetos visando à valorização de pontos turísticos, tais como as ruínas de São Miguel das Missões, a criação de novos parques históricos, de campings, belvederes e terminais turísticos. Tal planejamento foi aprimorado pelo zoneamento específico do Estado e pelos acordos estabelecidos com as demais Unidades Federadas do Sul do País, na criação de programas de atuação comum.

Por todos esses fatos, quero crer que a situação econômica de nosso Estado, tanto pelos progressos já alcançados como pelas perspectivas que se abrem ao futuro, e a um futuro já bem próximo, deva constituir motivo de satisfação e confiança para todos aqueles que detêm parcelas de responsabilidade pelos destinos rio-grandenses. Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de muito pouco valerá uma visão global assim considerada se não houver condições para que os fatos econômicos acima evidenciados tenham significação para cada um e para todos os nossos concidadãos. Estaríamos trabalhando para o vazio, para uma ignóbil visão da sociedade, se os benefícios do progresso não viessem a contemplar, no menor tempo e na maior abrangência possíveis, a comunidade que constrói essa riqueza e que deve ser a sua beneficiária mais direta.

Daí a ênfase estabelecida pelo Governo no desdobramento de programas da área social. Educação, Esporte e Cultura, Saúde e Saneamento, Trabalho, Lazer, Assistência, Previdência e Segurança Pública, representam preocupação permanente, porque do desempenho dos setores responsáveis por cada uma dessas atribuições depende a capacidade de nossa gente em aproveitar os resultados do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir sua sustentação.

Tome-se o exemplo da formação de recursos humanos, desde a educação formal até os programas especiais que hoje se multiplicam em finalidades e instrumentos. Poucos serão os resultados das medidas anunciadas no campo da industrialização se não houver, a embasá-las, preparação intensa de quadros técnicos e de mão-de-obra compatível com as novas exigências. A resposta a essa demanda é tarefa não apenas do Estado, nem tão somente para a rede particular de ensino. É de sua conjugação, aliada ao que podem oferecer o empresariado e as comunidades de base, unidos e coerentes, que o Rio Grande do Sul haverá de dar seqüência à melhoria do seu quadro econômico-social.

Assim, no ano que passou, nas frentes destinadas a formar e aprimorar recursos humanos, o nosso Estado avançou a passos largos, sempre acreditando que o homem é o princípio e a finalidade última do desenvolvimento.

No que tange à rede pública escolar, destaco os convênios que asseguram a construção de mais de 2.000 salas de aula, na rede de primeiro grau das zonas urbana e rural, significando a mais ampla remodelação física do sistema educacional. Recentemente assinados, com a Caixa Econômica Federal, no valor de aproximadamente 500 milhões de cruzeiros, a baixos juros e longo prazo, esses convênios afirmam nossa crença na rentabilidade dos investimentos na educação.

Os programas de aperfeiçoamento do magistério, ensino profissionalizante, assistência ao aluno e tantos mais que fazem do nosso Estado um dos mais avançados do País em termos educacionais, prosseguiram estimulados durante 1975, ao mesmo tempo em que os empreendimentos em prol de nossa cultura, pela reativação dos museus a cargo do Governo, restauração de prédios históricos e interiorização artístico-cultural ganharam novo impulso, abarcando todo o território rio-grandense.

Ainda na preparação de recursos humanos, cumpre salientar o treinamento do pessoal da administração pública, através de vários órgãos estaduais e paraestatais, e a preparação de mão-de-obra especializada que atendeu a mais de 35.000 trabalhadores através de perto de 2.400 cursos dos mais diversos, custeados por projetos estaduais e federais.

O incentivo ao trabalho estendeu-se também às gestões exitosamente concluídas com o Governo da República para a inclusão do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Emprego, bem como prosseguiram os programas de amparo à organização sindical e às atividades de lazer, esporte e recreação do trabalhador, nessas positivamente concluídos os projetos para implantação ou complementação, a partir do corrente exercício, de centros sociais urbanos em cinquenta municípios gaúchos.

A assistência ao menor carenciado, que constitui especial prioridade no esforço governamental, apresentou marcos significativos, com ênfase especial na prevenção, com treinamento e colocação. Não apenas o reaparelhamento do sistema de bem-estar do menor duplicou sua capacidade de atendimento, como foram assinados acordos com o Ministério da Agricultura no sentido de aproveitar, para treinamento agrícola de menores, 15 postos agropecuários no Estado. Medida de alcance que terá, inclusive reflexos em nossa agricultura e na redução do êxodo rural.

Em convênio com o Ministério do Trabalho foram orientados menores. Também se evidenciou uma maior abertura da sociedade para o problema, graças a campanhas às quais não faltou o apoio decidido dos órgãos de comunicação social. Foi iniciado projeto, com características pioneiras, no sentido de acolhimento por famílias de menores carenciados, as quais receberão, como retribuição, vários incentivos de caráter financeiro e econômico, numa mobilização das forças comunitárias de todos os recantos deste Estado.

O aumento dos níveis de sanidade das populações obteve, por sua vez, continuada atenção do Poder Público, pela dinamização da atividade preventiva e terapêutica da saúde pública, a qual se destacou de maneira especial no campo das doenças transmissíveis – com o eficiente combate à meningite meningocócica, pela vacinação de 80% da população rio-grandense – do atendimento a mais de 1,8 milhões de pessoas, e da entrega ao público de 32 novas unidades sanitárias, enquanto 50 outras sofreram reformas ou foram ampliadas. Quanto ao saneamento, que também redundará em saúde pública, registre-se de maneira destacada a adesão do Estado ao Plano Nacional de Saneamento – PLANASA –, cujos termos permitirão o equacionamento global dos problemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários – inclusive com reflexos positivos no controle da poluição – em todo o território rio-grandense.

Outra das condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento social e individual é a tranquilidade pública, que assegura as condições pioneiras para as atividades construtivas da comunidade. O aumento da criminalidade, que é fenômeno decorrente do intenso processo de urbanização – com algumas lamentáveis conseqüências no campo das pressões psicológicas – tem sido corajosamente enfrentado pelo reaparelhamento material e humano das forças policiais civis e militares, bem como dos serviços penitenciários, conquanto ainda muito se deverá realizar nessa esfera de delicada e, por isso mesmo, prioritária atuação.

Assim, além da aquisição de mais de duzentas novas viaturas para os serviços policiais, também se cuidou de rever o efetivo da polícia civil e preencher os claros existentes na Brigada Militar.

A par do desempenho econômico e da atividade pública na área social, é de igual relevância tudo o que o Governo tem proporcionado no fortalecimento da nossa infra-estrutura material.

Nesta, o elenco de realizações a cargo do Estado tem sido de expressiva monta, quando atentarmos para a entrega ao uso de mais 31.700 terminais de telefonia pertencentes a 13 novas centrais automáticas, doze das quais interligadas ao sistema DDD, além da ampliação de 4.700 novos terminais em quinze localidades já beneficiadas com aqueles serviços automáticos. Ainda no corrente ano, como resultante de obras no exercício passado, integrou-se o Estado ao Sistema de Discagem Direta Internacional, encurtando, cada vez mais, as distâncias que nos separavam dos grandes centros do hemisfério norte.

Na área de transportes destaca-se a implantação de 379 novos quilômetros de rodovias e a pavimentação de 226 km, distribuídos em 36 frentes. No que se refere às estradas alimentadoras – capilares de nossas riquezas – foram construídos 294 km: de estradas e ensaibrados mais de 197.

Quanto aos transportes hidroviários, saliente-se a retomada dos estudos conducentes à ligação das bacias do Ibicuí e do Jacuí, através da constituição de comissão especial nomeada pelo Governo do Estado, o qual vem mantendo os necessários contatos junto ao Ministério dos Transportes, para a definição de uma ação conjunta visando à elaboração do projeto definitivo. Também na parte que diz com as hidrovias e com a infra-estrutura aeroviária, prosseguiram as obras prioritárias que dizem, no primeiro caso, com o acompanhamento dos entroncamentos rodo-hidro-ferroviários e de outras obras realizadas em convênio com os órgãos federais, além de novos equipamentos nas instalações portuárias e aero-portuárias do Estado. No âmbito da armazenagem constata-se a construção ou ampliação de silos, com 96.000 toneladas estáticas de capacidade acrescida, além de outras melhorias efetivadas isolada ou conjuntamente a realizações federais. Registre-se, nesta parte, o convênio já encaminhado junto à CIBRAZEM que prevê a aplicação de 200 milhões de cruzeiros, da área Federal e do Estado para a construção de novos silos, num prazo previsto de 18 meses.

Quanto à produção e distribuição energéticas, os destaques estão no prosseguimento das obras de construção da Central Hidrelétrica de Itaúba, o quarto aproveitamento do Rio Jacuí, com previsão de início de operação no primeiro semestre de 1978, e da ampliação da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, para mais 320 MW, cuja concorrência está em processo de lançamento. Com reflexos sociais de



importância e utilizando nosso carvão, estamos reativando, também, a Usina Termelétrica de São Jerônimo. Em mesmo plano de destaque está o programa de eletrificação rural a propósito do qual a CEEE acaba de encaminhar 210 projetos à ELETROBRÁS para a obtenção de recursos financeiros.

A habitação popular, problema social imediato, mereceu a devida atenção pelo Conselho de Desenvolvimento Social do Estado, que definiu um programa de construção de 38.500 novas casas populares, e que já obteve recursos de parte do Banco Nacional de Habitação para a sua implantação durante o quadriênio.

Ainda em 1975 foram dados importantes passos para o controle do desenvolvimento regional e urbano, quer de ordem administrativa quer de assistência técnica ou de estudos, os quais deverão orientar a utilização mais racional do espaço, visando decisivamente a criação de novos pólos alternativos de desenvolvimento no Estado.

Com a mesma perspectiva de instrumentar melhor e mais rapidamente o crescimento de nosso Estado, encontra-se o cuidado com a adequação da máquina estatal a exigências sempre renovadas, já que o Estado moderno, acima de qualquer outro conceito, é um indutor de progresso. Nesse sentido, tanto o planejamento público como o aparelhamento estrutural e humano da Administração, a máquina arrecadadora e os órgãos puramente gestores de obras e recursos financeiros mereceram permanente atenção.

Nesse sentido, buscamos as experiências de interiorização temporária do primeiro escalão administrativo, para um contato direto com as realidades locais, que se vem traduzindo num fluxo permanente de grandes benefícios para ambos, governados e governantes.

A modernização administrativa, como processo permanente e continuado, provoca constantes reajustamentos a tónicas, prioridades e formas de encarar problemas dinamicamente variáveis.

Ao início da atual gestão, com a criação, já citada, dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social, e com a redistribuição de atribuições entre diversas secretarias, foi definido o tipo de condução decisória do Governo. A formação de diversos grupos de trabalho destinados a estudos e sugestões em campos interdisciplinares vem atestar a preocupação com que não se instalem, a nível superior e intermediário, compartimentos estanques ou feudos administrativos. Felizmente, o elevado espírito de equipe e a solidariedade que impera entre os auxiliares do Governo têm garantido que isso, efetivamente, não ocorra.

Dos aspectos organizacionais, destacou-se, ao correr do ano, a passagem para a Secretaria de Coordenação e Planejamento da função de elaboração global dos instrumentos orçamentários do Estado, atribuição essa essencial ao conceito que tornou aquela Pasta necessária ao quadro governamental, em fins da década passada. Ao mesmo tempo, foi operacionalizado o trabalho de programação financeira, em íntima cooperação entre a citada Secretaria e a da Fazenda, ajustando-se permanentemente, dessa maneira, os cronogramas de desembolso com as disponibilidades de recursos existentes no Tesouro do Estado.

No desejo de tornar a Administração permeável a diretrizes mais adaptadas às peculiaridades de cada órgão, foi ampliado o conceito sistêmico para mais duas atividades, a do transporte oficial, que atende a reclamos conjunturais de economia de combustíveis e de ajustamento a novas realidades no uso de veículos públicos, e a de informação técnica e estatística, que, acrescida do sistema de processamento de dados, prepara o serviço público para formas mais aperfeiçoadas de coleta e tratamento da informação em todos os seus setores.

Ainda na área das modificações estruturais, é importante salientar a criação, durante o ano que passou, da Fundação Metropolitana de Planejamento, METROPLAN, e da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAN, entidades vinculadas a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e que vêm substituir organismos cuja estrutura foi superada pela demanda dos serviços e de atribuições. Esta última vem atendendo à crescente demanda de assessoramento especializado por parte dos municípios gaúchos, no aperfeiçoamento das suas estruturas internas.

Cuidou-se, ainda, de extinguir o Departamento de Loteria do Estado, transferindo as suas atividades para a Caixa Econômica Estadual.

Por sua vez, cumpre ao funcionalismo público papel destacado nos esforços governamentais em todos os setores. Desejando-lhe condições progressivamente melhores para o desempenho de seus encargos, o Governo assegura modernos serviços de previdência e assistência, garante pontualidade nos vencimentos e vem propondo medidas de ajustamento de situações que visem a estabelecer padrões equitativos de tratamento. É oportuno lembrar que se encontra em adiantado estudo um novo plano de classificação e avaliação de cargos, que há de fazer justiça à produtividade e ao desvelo de nosso funcionalismo.

Por fim, mas não por último, releva destacar a profundidade das funções exercidas pelo Ministério Público e pelo corpo de consultores jurídicos e advogados de ofício, onde a Sociedade e o Estado encontram a defesa essencial aos interesses e a vigilância necessária à realização de sua atividade dentro da ordem jurídica. Bem assim, nos

serviços de apoio ao Poder Judiciário que se desenrolam no âmbito da Secretaria da Justiça, vemos não só preocupação com a distribuição da Justiça em nosso Estado, mas também a realização da convivência harmônica entre os Poderes.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O esboço traçado sobre as iniciativas e realizações que me pareceram de maior relevância, nesta gestão administrativa, consubstanciadas nos atos e nas definições, nos índices efetivamente alcançados, nas perspectivas imediatas ou mais remotas e nos dados concretos que trouxeram para o mundo objetivo aspirações novas ou antigas, isso tudo faz parte de uma visão mais ampla, de horizontes mais extensos.

Dentro dessa realidade – que ousaria chamar de quadro político, no seu mais amplo sentido – vejo a gama daquilo que foi aqui retratado sob a perspectiva das grandes condicionantes em que se insere o trabalho de Governo.

Ineludivelmente, tudo aquilo que se tem podido alcançar em termos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul, e não é de agora, se deve, em grande parte, ao espírito de paz e de harmonia no qual a sociedade rio-grandense tem vivido. Esse clima favorável alimenta-se da própria conjuntura nacional, inserida no ideário superior de uma Nação que se definiu pelos propósitos de desenvolvimento com segurança.

Assim, quando expressamos o nosso júbilo pelas conquistas alcançadas em qualquer campo, nós o fazemos, em primeiro lugar, como brasileiros, como partícipes conscientes da nacionalidade, até porque, em significativa proporção, elas nos vêm do estímulo das decisões adotadas a nível do Governo da União, e porque os seus resultados haverão sempre de serem somados ao patrimônio das grandes realizações nacionais.

Nesse sentido, nunca será demais destacar o alto grau de entrosamento que a administração estadual mantém com o Governo Federal em todos os seus níveis, comportamento emanado da compreensão e do decisivo apoio que temos merecido de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República e de seus auxiliares diretos. Desse entendimento se estabelecem as feições que caracterizam o Rio Grande do Sul como componente ativo da Federação, das quais se inferem os termos da interdependência que o ritmo de evolução do Estado Brasileiro exige de todas as suas unidades federadas.

Nem poderia ser de outra forma, na medida em que atentarmos para a imperiosa consecução de objetivos que, gerais e permanentes, apenas nesta etapa histórica estamos podendo alcançar. Este momento exige o máximo de união e de solidariedade entre nós brasileiros, mormente quando, a liderar e efetivamente conduzir conjuntura assim

vital para o futuro de toda a nacionalidade, temos um Governo com o patriotismo, a honestidade de propósitos, a visão abrangente e global como o que é chefiado pelo Presidente Ernesto Geisel. Daí porque não deverá deixar de se somar a esses esforços a decidida contribuição do povo rio-grandense. Haveremos de oferecer, permanentemente, o exemplo dos elevados padrões de comportamento que honram as tradições do Rio Grande do Sul.

Dentre esses, certamente se destacará a alta politização de nossa gente, capaz de assegurar o diálogo e o respeito que existem a nível dos três Poderes; a convivência construtiva entre uma Posição Majoritária no Parlamento Estadual e o Governo que se faz aberto a colaboração de todos; o debate leal entre os Partidos Políticos; a co-participação do Poder Público e da Iniciativa Privada na atuação em prol das metas de crescimento; e a aceitação de todas as influências positivas que advenham de extraños sociais e de gerações diversas mas nunca confrontantes.

Dessa conduta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero crer que resulte a colaboração concreta que estamos a oferecer, todos nós, pelo aperfeiçoamento democrático, que não é uma ficção inatingível, mas a única opção política a permitir a plena realização do ser humano na sua integralidade material e espiritual.

A poucos passa despercebido não ser fácil, no quadro de contradições, radicalismos e paixões do mundo de hoje, perseverar no caminho que conduz à plenitude democrática. Mas, a busca desse objetivo não será mais difícil quanto o é a da própria Justiça Social, meta suprema da atividade pública. Lembremos, contudo, que a história das grandes conquistas humanas tem sido escrita pela confiança, pertinácia e dedicação permanentes.

Daí, porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cumpre a cada um de nós e a todos aqueles que detêm responsabilidades neste Rio Grande, ao cidadão cômico de seu papel nesse processo, colher as oportunidades que se oferecem no cotidiano do relacionamento social e político para alcançar aqueles ideais maiores que temos perseguido desde os primórdios de nossa história. Aproveitemos, pois, todos os momentos que se oferecem, desde aqueles da magnitude de uma campanha eleitoral como a que se avizinha para a renovação dos mandatos municipais, até as de nossas atribuições de cada dia, para que, do debate que oportunize o consenso básico, se recolham os nossos autênticos valores democráticos.

A pedra de toque para o êxito político que desejamos está, seguramente, na criatividade que possa compatibilizar os anseios de aperfeiçoamento das instituições com a concepção do Estado moderno, onde cumpre ao governo a defesa permanente da segurança coletiva e a ampla coordenação de todas as atividades nacionais.

Ao reiterar, perante essa Colenda Assembléia e perante o Povo Rio-Grandense, minha disposição pessoal e a orientação de meu Governo no sentido de continuar assim contribuindo para a grande obra política que presumo essencial ao destino de nosso País, renovo a fé e a confiança inarredáveis em que, assim agindo, lograremos aproximar o futuro que estamos construindo, ato por ato, de uma vida melhor para a comunidade a que servimos.

Colho a oportunidade, Senhor Presidente, para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado

INTRODUÇÃO

Transcorridos doze meses da atual administração, o Governo do Estado, através do arrolamento de suas principais realizações, busca neste documento, além de cumprir com um preceito constitucional, manifestar a sua convicção de que toda a sua ação foi pautada no sentido de orientar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul em níveis quantitativos e qualitativos compatíveis com as aspirações de sua coletividade.

Observe-se que a presente análise corresponde a dados colhidos até 31 de dezembro de 1975.

Tão exíguo espaço de tempo, por certo, não permite conclusões definitivas, mas possibilita, à luz da observação do comportamento de certas variáveis, inferir que os grandes objetivos definidos na "Estratégia de Ação Governamental 1975-1978" através do esforço conjugado dos setores público e privado, estão sendo paulatinamente alcançados.

O crescimento do ICM, posto que existe uma estreita correlação entre este tributo e a renda interna, nos autoriza dizer que, mesmo em caráter preliminar, a economia do Estado cresceu em torno de 10%, no ano de 1975, desempenho singular se considerarmos que as primeiras estimativas indicam que a economia nacional se expandiu a uma taxa inferior a 5%.

O Rio Grande do Sul vem experimentando um intenso processo de urbanização. Todavia, a capitalização do setor urbano, ainda não alcançou os níveis que seriam desejáveis para absorver os contingentes populacionais que emigram do meio rural. Por esta razão é extremamente importante a constatação de que cresceu o emprego industrial, conforme sugere o confronto dos índices de admissão e desligamento de mão-de-obra. Este tipo de indicador, por si só, não autoriza dizer que houve um crescimento a nível setorial na mesma proporção entretanto vem ao encontro do segundo grande objetivo governamental que é o de intensificar as fontes absorvedoras de mão-de-obra.

Dadas as relações de dependência do aparelho produtivo do Rio Grande do Sul com a agricultura, pode-se dizer que, o crescimento global do Estado está, em grande medida, subordinado ao comportamento daquele setor, cuja expansão tem como limitante o esgotamento horizontal da fronteira agrícola. Neste sentido, merece especial destaque o crescimento da lavoura, pois mesmo havendo uma forte participação da componente "expansão de área" não houve uma diminuição absoluta da contribuição do subsetor de produção animal na geração da renda setorial. Este fenômeno está a indicar que a pecuária gaúcha, paulatinamente vem se modernizando via integração com as atividades lavoureiras.

O Governo do Estado ao buscar intervir e orientar o desenvolvimento da economia gaúcha tem se defrontado com alguns condicionantes principalmente os de ordem institucional, a exemplo do que ocorre com as demais unidades da federação, pois a divisão de competência entre os diferentes níveis de governo oferece ao Poder Central a plena manipulação dos instrumentos de política e programação econômicas, enquanto que os Estados carentes deste instrumental, tem limitada a sua ação. Tendo em vista este aspecto, tradicionalmente os executivos estaduais limitam-se ou enfatizam o exercício das funções supletivas que se consubstanciam na manipulação do gasto público, principalmente nos investimentos de infra-estrutura econômica e social e no desempenho da atividade empresarial. Entretanto, dada a rigidez de um grande número de despesas, o que limita em muito o uso do gasto público como um instrumento eficaz de intervenção deliberada no processo econômico e social, o Governo do Estado tem buscado exercer uma efetiva função de coordenação onde os recursos financeiros são menos exigidos. Neste sentido, cumpre destacar os programas operativos que estão sendo formulados e executados dentro de uma concepção indicativa à iniciativa privada onde procura-se quantificar objetivos, estabelecer critérios preferenciais - setoriais e espaciais - à alocação dos investimentos particulares e desencadear medidas adequadas por parte do Poder Público, como é o caso por exemplo, dos programas de metal-mecânica, agro-indústria e comercialização.

No exercício em questão, o fato mais significativo para a comunidade rio-grandense foi, sem sombra de dúvida, a decisão do governo federal de localizar o III Pólo Petroquímico em nosso Estado, o que é uma eloqüente demonstração da eficácia da ação coordenativa da administração estadual que juntamente com o Poder Legislativo e as entidades representativas do setor privado mobilizou uma série de elementos capazes de instruir a decisão das autoridades federais.

É mais recentemente, também, outra definição federal de singular relevância para o desenvolvimento do Estado, qual seja a implantação, pela PETROBRÁS, de uma grande unidade da gaseificação do carvão para obtenção de gás de síntese com finalidades industriais e domésticas. Os estudos e pesquisas levados a efeito por diversos órgãos,

especialmente as atividades do "Grupo do Carvão", foram de grande valia para que se pudesse alcançar a decisão favorável a uma reivindicação de tamanho vulto.

Acredita-se que as observações gerais feitas nesta parte introdutória possam dar uma idéia aproximada de que para o Rio Grande do Sul se vislumbram amplas perspectivas de desenvolvimento, pois a par de consolidar cada vez mais o exercício de seu papel no contexto nacional, gradativamente o Estado se capacita para assumir novas funções.

Secretaria da Coordenação
e Planejamento - RS
BIBLIOTECA

ÁREA ECONÓMICA

AGRICULTURA

No ano de 1975 reafirmaram-se, mais uma vez, as tendências gerais de cedências de área para a atividade lavoureira, a expansão da denominada "lavoura empresarial" e a relativa especialização do produto da lavoura tendo em vista a demanda do mercado exterior – que tem caracterizado o comportamento do setor primário gaúcho nos últimos anos. Destaca-se, contudo, que a expansão da atividade lavoureira não levou a uma redução, em termos absolutos, da produção animal, quer em produto, quer em efetivo de rebanhos.

A primeira das tendências citadas pode ser verificada quando se compara a área cultivada dos principais produtos da lavoura (arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja e trigo) nos anos de 1968 e 1975. Enquanto em 1968, o somatório da área ocupada pelos produtos da lavoura, acima mencionados, cujo valor da produção atingiu cerca de 85% do total do valor das culturas lavoureiras foi de 4.095.982 ha, em 1975 atingiu a 7.615.571 ha, revelando em 7 anos um crescimento de 85,9% no que respeita à área cultivada. Só entre 1974 e 1975, pode-se observar um crescimento, da área coberta com as citadas culturas, da ordem de 10,5%.

Os produtos típicos do segmento dinâmico da lavoura, do comportamento nitidamente empresarial – soja, trigo e arroz – foram os que apresentaram maior incremento de área cultivada entre 1974 e 1975 – 12,3%, 21,2% e 7,9% respectivamente. Enquanto isso, outros produtos de segmentos menos capitalizados da lavoura, como batata-inglesa, cebola, feijão e milho, chegaram a ter sua área de cultura reduzida (ocupavam 1.796.501 ha em 1974 e passaram em 1975, a ocupar 1.791.728 ha), embora alguns apresentando maior volume de produção, graças à melhoria dos níveis de produtividade, como é o caso do milho.

Parcece que se vive um crescente processo de especialização da lavoura, o qual se faz acompanhar de intensa capitalização e mecanização do setor. Esse processo tem proporcionado estímulos aos ramos industriais produtores de implementos agrícolas, corretivos e fertilizantes do Estado.

No que se refere à produção física das principais culturas, cumpre destacar a soja pelo significativo crescimento apresentado entre 1974 e 1975, assinalando um índice de 21%. Ganha maior amplitude de significado essa expansão, quando se verifica que sua representatividade entre os principais produtos da lavoura é a mais expressiva, atingindo a mais de um quarto do total (28,5%). Por outro lado, a vertiginosa projeção do papel da soja entre a produção lavoureira – em 1968 era representativa de 4,6% – oferece uma visão mais clara da tendência que esta atividade vem revelando para a especialização.

O arroz, produto tradicional da lavoura gaúcha e que desde 1968 vem revelando uma participação relativamente constante na produção física, registrou entre 1974 e 1975 um crescimento de 9,7%.

Circunstâncias climáticas adversas causaram, em 1975, uma redução de 24,5% na produção do trigo, entretanto, face à sua significação não muito expressiva no total produzido (7,7%), e o fato do rendimento médio ter atingido a 672 kg/ha, não leva à conclusão de que tenham muita amplitude os reflexos negativos decorrentes da redução verificada.

Os demais produtos, exceção feita ao fumo, mantiveram, em linhas gerais, o ritmo de crescimento que vinham registrando nos últimos anos.

O subsetor da produção animal vem experimentando, no decorrer dos últimos 5 anos, profundas modificações. A crescente expansão e modernização da lavoura no Estado, cujo crescimento tem-se dado também pela absorção de terras antes dedicadas à pecuária extensiva, constituem-se, atualmente, em fatores propulsores da evolução tecnológica deste subsetor, o que vem ao encontro do objetivo governamental de integrar as atividades de lavoura e pecuária.

A bovinocultura de corte e a ovinocultura (produção de lã), ramos de maior expressão econômica da pecuária rio-grandense, desenvolveram-se historicamente em forma de exploração extensiva. Atualmente, dadas as constantes perdas de área ocorridas em favor da lavoura, ressentem-se a produção animal de uma mudança em sua estrutura produtiva, através da modernização do setor.

O comportamento do subsetor da pecuária, em 1975, não apresentou alterações relevantes em relação a períodos anteriores. O abate de bovinos, para mercado interno e externo, nos estabelecimentos sob inspeção federal, foi de 969.175 cabeças em 1975, permanecendo praticamente constante em relação ao ano anterior, quando atingiu 979.980 unidades.

A retração da demanda externa do produto, que vem ocorrendo desde 1973, foi responsável pela acentuada queda das exporta-

ções de carnes e derivados do Rio Grande do Sul. Em consequência, o abate de bovinos em estabelecimentos exportadores registrou um decréscimo de 13,66%, em relação a 1974, e de 26,74%, em relação a 1972, ano em que maior foi o abate nesses estabelecimentos, face às condições amplamente favoráveis do mercado externo.

O excedente exportável não absorvido pelo mercado internacional, dadas as políticas de controle governamental (compra e armazenamento de estoques), não afetou, entretanto, a comercialização interna do produto. Graças à iniciativa federal os preços foram mantidos em níveis aceitáveis, ocorrendo uma reconversão do excedente para mercado interno, o que é comprovado pelo incremento de 35,79% no abate em matadouros-frigoríficos, em relação a 1974.

A produção de lã no Estado, que representa mais de 90% da produção nacional, apresentou uma taxa de crescimento relativamente pequena entre 1968 e 1975. Dados referentes à produção de lã no sistema cooperativista, que é responsável por 80% da produção total de lã, indicam um incremento da ordem de 16,97% entre 1968 e 1975, anos em que foram produzidas 23.163.137 kg e 27.094.629 kg respectivamente. Cabe ressaltar, entretanto, a expressiva melhoria que se vem verificando na qualidade das lãs produzidas no Estado.

A comercialização de lã com o mercado externo apresenta flutuações anuais, sempre em dependência da cotação internacional do produto e da preferência dos compradores. Mesmo assim, foi comercializada a totalidade da produção e mais o excedente da safra anterior, conforme informações da Federação das Cooperativas de Lã do RS.

Uma preocupação recente na economia agrícola do Rio Grande do Sul é a integração lavoura-pecuária, associando, numa mesma área, produtos lavoureiros com a atividade pastoril. A utilização deste sistema, pela maior rentabilidade que proporciona, trará sua contribuição para o desenvolvimento tecnológico do setor, bem como para o incremento de sua produção e produtividade.

Um dos fatos mais importantes verificados no comportamento da agropecuária gaúcha, nos últimos anos, foi a sua progressiva vinculação às atividades exportadoras. O Rio Grande do Sul, que tradicionalmente era fornecedor de produtos primários para o mercado nacional, passou, após 1968, a intensificar suas relações com o mercado externo. Assim, dois principais produtos primários do Estado – soja e carne – dependem fortemente do mercado internacional.

Os dados oficiais existentes sobre exportação no ano de 1975 são os valores referentes às exportações autorizadas pela CACEX, disponíveis, no momento, até o mês de outubro. Embora esses valores não sejam necessariamente iguais aos das exportações efetivamente realizadas, podem ser considerados como uma razoável aproximação.

O valor, em dólares FOB, das exportações autorizadas de produtos de origem vegetal até outubro de 1975 superou em 43,09% o do mesmo período do ano anterior. Cabe assinalar que em 1974 ocorreu uma redução das exportações desta classe de produtos em relação a 1973. Assim, pode-se afirmar que em 1975 as exportações de produtos de origem vegetal retomaram sua tendência crescente, após aquela pequena queda.

O produto mais significativo deste item (mais de 80% do valor do mesmo) foi a soja-grão, farelo e torta, cuja importância dentro das exportações nacionais vem crescendo continuamente, sendo responsável, também, pelo incremento da participação do Rio Grande do Sul no total das exportações brasileiras.

No caso dos produtos de origem animal, ocorreu, nos primeiros dez meses de 1975, um decréscimo de 38,26% no valor exportado em relação ao mesmo período de 1974. Tal fato deve-se, basicamente, aos problemas que têm atingido as exportações de carne, principal produto do item, que vem caindo, ininterruptamente, desde 1973. É de salientar, porém, que a redução das exportações de carnes e derivados não influenciou significativamente o valor total das exportações autorizadas, tendo em vista a diminuição progressiva da participação relativa desse produto no total exportado – no período jan/out. 73, o item "carne e derivados" representava 12,77% do total das exportações autorizadas, enquanto que, no mesmo período em 1974, esta representatividade baixava para 7,37%.

As exportações autorizadas de produtos de origem animal e vegetal têm representado, conjuntamente, nos últimos anos, cerca de 80% do respectivo total, o que dá uma medida da importância do setor primário na pauta de exportações do Estado para o exterior.

A recente expansão de culturas que exigem uma maior capitalização como é o caso da soja, trigo e arroz foi acompanhada de um significativo crescimento dos créditos concedidos pelo Banco do Brasil à agricultura e à pecuária.

Utilizando os dados disponíveis até setembro de 1975, verifica-se que houve uma expansão do valor real do crédito para a agricultura de 85,07%, quando comparado à igual período em 1974. Da mesma forma, todos os grandes itens a que se destina o crédito na agricultura apresentaram aumentos: 19,76% para custeio, 142,15% para comercialização e 86,28% para investimentos. Dentre esses acréscimos, chama particularmente a atenção o incremento ocorrido no item comercialização, onde se constata que nos primeiros 9 meses de 1974 foram destinados Cr\$ 174,7 milhões e no mesmo período de 1975 Cr\$ 423,0 milhões (valores reais, a preços de 1965/67).

No caso do crédito à pecuária, também se registrou um aumento no valor global, se bem que com decréscimos no crédito à

comercialização e investimentos. De qualquer forma, o surpreendente acréscimo do crédito ao custeio em 572,44%, mais do que compensou as reduções ocorridas nos demais itens.

A partir desses resultados, constata-se que o Governo, através do Banco do Brasil – que tem uma participação considerável no total de créditos concedidos ao setor primário –, tem-se preocupado sobremaneira com a agricultura e pecuária do Rio Grande do Sul, incentivando o aumento da produção e favorecendo a comercialização, através da concessão de créditos.

Atuação do Setor Público Estadual

Com o objetivo de buscar a melhoria quantitativa e qualitativa da produção primária do Estado, bem como preservar os seus recursos naturais, o Governo desenvolveu o programa de agropecuária com a execução a cargo da Secretaria da Agricultura e seus órgãos vinculados. Tal programa consubstancia-se na prestação de serviços de apoio à lavoura, à produção animal e ao subsetor extrativo-vegetal, destacando-se os seguintes subprogramas:

- Pesquisa e Experimentação

No setor agrícola, em 1975, foram programados e executados 256 projetos de pesquisa nas áreas de Fitotécnica, fitossanidade, Ecologia Agrícola, Nutrição Vegetal, Tecnologia de Semente e Botânica Agrícola, conforme a atual estrutura do Instituto de Pesquisas Agronômicas, e assim distribuídas, por cultura:

<u>Cultura</u>	<u>Nº de projetos</u>
Trigo	28
Soja	33
Feijão	23
Milho	40
Fruticultura	84
Horticultura	28
Mandioca/Batata	10
Climatologia Agrícola	10

O número de cruzamentos, nas diversas espécies, foi de 3.315 com a seguinte distribuição:

<u>Cultura</u>	<u>Nº de Cruzamentos</u>
Trigo	1.170
Soja	865
Milho	300
Feijão	140
Outros	840

Por outro lado, é de 5.200 o número de coleções em estudo das diversas espécies e variedades em cultivo no Estado.

Foram ainda realizações da Supervisão de Pesquisas em 1975:

- a análise de 124.200 amostras de sementes de todas as espécies e variedades em cultivo, de 30.392 amostras de solos, 837 amostras de adubos e corretivos e de 144 amostras de inoculantes;
- a produção de 100.000 mudas de frutíferas, 500 kg de inoculantes (soja), 9.000 sacos de sementes de trigo, 10.000 sacos de sementes de soja, 300 sacos de sementes de milho híbrido, 500 sacos de aveia e 4.000 sacos de sorgo;
- o teste de 101 híbridos para vinificação produzidos pela Estação de Caxias, de 10 novos herbicidas (os quais estão sendo comercializados), 8 inseticidas e 3 fungicidas.

Entre os resultados dessas realizações salienta-se o melhoramento de sementes, que proporcionou a criação das seguintes variedades:

- Trigo: variedade "Coxilha", lançada com 400 sacos de sementes;
- Feijão: variedade "Maquiné", lançada com 50 sacos de sementes;
- Soja: variedade "Pampeira", lançada com 5.000 sacos de sementes;
- Marmeleiro: variedade "Radaelli", lançada por ocasião das comemorações da colonização italiana.

Estas e outras culturas têm linhagens em geração avançada as quais, possivelmente, fornecerão novas variedades. A introdução de variedades do exterior tem permitido o constante aumento das coleções de cada espécie, cujo material é usado em cruzamento e experimentação.

Estão em andamento os estudos que permitirão a regionalização das culturas, bem como poderão apontar a época mais adequada para o plantio das variedades de cada espécie.

A resseleção ou purificação das sementes dos cultivares de soja, feijão e trigo, no Estado, é, também, medida de grande repercussão na produção agrícola.

A Secretaria da Agricultura, por meio do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis, realiza pesquisa básica e aplicada convenientes e necessárias ao estabelecimento de técnicas de produção recomendadas e à preservação dos recursos naturais renováveis do Estado. Portanto, tem por objetivo a pesquisa e o estudo da água, solo, flora e fauna, como elementos da natureza postos a serviço do homem.

As realizações, em 1975, segundo a área, podem ser sintetizadas:

Quanto ao solo

- Calibração do primeiro simulador de chuva para o estudo da erosão hídrica nos diversos tipos de solos em utilização no Estado, além de mais de 5 projetos em andamento.

Estes trabalhos se desenvolvem com a colaboração da UFRGS e o Serviço de Ecologia Agrícola do Instituto de Pesquisas Agronômicas.

Quanto à flora

- Deu-se continuidade a 7 projetos que se preocupam com as principais essências florestais, principalmente as nativas, que são indicadas pela Campanha "Operação Verde", para florestamento e reflorestamento do Estado.

Nas Estações Experimentais foram produzidas, neste ano, 4.500.000 mudas de essências florestais.

A pesquisa e experimentação voltadas à cultura do arroz estão a cargo do Instituto Rio-grandense do Arroz. Visando a obter variedades mais produtivas, com grãos de melhor qualidade e com características agronômicas que as tornem adaptáveis ao clima, solo, topografia e condições de cultivo do Estado, foram desenvolvidas, em 1975, as seguintes atividades:

- pesquisa varietal;
- lavouras experimentais, envolvendo aspectos de adubação, controle de pragas e ervas daninhas e colheita.

Na Colônia Rizícola nº 1 da Estação Experimental foram produzidos cerca de 165t de sementes básicas, 552,6t de arroz semente (284ha), 3.574,7t de arroz comercial (891ha) e 36t milho (20ha).

O IRGA, através do seu Departamento de Obras e Assistência Técnica construiu, em 1975, na Estação Experimental do Arroz, um hangar para máquinas com 420 m² e instalou rede elétrica de 2.500m de extensão com 5 transformadores.

Foi ainda construído um depósito equipado com secadores, para beneficiamento de sementes, com capacidade de 10.000 sacos de 50 kg.

De outro lado, devem ser mencionadas as lavouras experimentais mantidas pelas empresas estatais, Açúcar Gaúcho S.A. e Produtos Gaúchos S.A.

A AGASA, no decorrer de 1975, tendo como objetivo principal o aumento de produtividade do cultivo de cana, passou a desenvolver produção própria na fazenda Maciel, alcançando 300 ha numa 1^a etapa, e esperando produzir este ano, em torno de 100.000 sacos de açúcar. Com a introdução de mudas de cana aclimatada, as lavouras experimentais já apresentam a produtividade de 120 t/ha.

Além disso, preocupou-se a AGASA em promover junto aos orizicultores da várzea, a introdução da plantação de cana naquelas terras que ficam em descanso. Para esta experiência piloto foram selecionados 10 grandes plantadores.

Por outro lado, a PROGASA, em seus 54 ha de plantio experimental, colheu diversos produtos, tais como cebola, alho, pepino, cenoura, pimentão e outros. Os resultados apresentados foram entusiasmantes. Numa área de 7 ha foram colhidas 220t de cebola, de ótima qualidade, o que equivale a uma média de 30t por ha, considerando que a média do Município de São José do Norte é de 6,5 a 7 t/ha.

Para realizar pesquisa veterinária a Secretaria da Agricultura conta com dois Institutos de Pesquisas – Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor e Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório.

No decorrer do ano de 1975, o primeiro Instituto aplicou Cr\$ 8.179.000,00 na realização de 48 projetos de Pesquisa, 35.886 diagnósticos e exames e produção de 8.175.285 vacinas e antígenos que forneceram respaldo técnico às campanhas sanitárias desenvolvidas no Estado.

No Instituto de Pesquisas Zootécnicas tiveram prosseguimento os testes de avaliação e teste de progênie com a participação de 46 proprietários de 27 municípios. No exercício destas atividades foram aplicados Cr\$ 5.150 mil.

Cumpra dizer que estes testes são importantes para a preservação do patrimônio genético dos rebanhos e no suprimento do Estado com touros testados e com sêmen de qualidade comprovada.

– Combate a Doenças

Uma das preocupações que envolvem os serviços de apoio à agropecuária gaúcha é a consecução de crescentes índices qualitativos do produto agrícola.

Para tanto têm-se desenvolvido diversas atividades de controle e combate às doenças e pragas que atingem a lavoura e os rebanhos.

Durante o ano de 1975 a Supervisão de Produção Vegetal, através da Patrulha Aérea de Defesa Fitossanitária, realizou, nos Municípios de Jaguarão, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Osório, Santo Antônio da Patrulha e Mostardas, atingindo cerca de 56 agricultores: – controle de pragas numa área de 2.571 ha; controle de doenças em 1.395 ha; controle de invasores em 191 ha; adubação em cobertura em 5.214 ha; adubação foliar em 155 ha e semeadura de pastagens em 680 ha.

Esta mesma Supervisão, visando à elevação do nível de vida do homem do meio rural através do aumento da produção, melhoria qualitativa do produto colhido e aumento da rentabilidade das culturas, desenvolveu atividades referentes à Defesa Sanitária Vegetal, que consistiram em:

combate e controle de pragas e moléstias desenvolvidos através da campanha "Uso adequado de defensivos agrícolas", que atingiu cerca de 80 municípios;

- controle da Formiga Cortadeira, atingindo a 11 municípios limítrofes com Santa Catarina e 4.750 agricultores, por meio de programas de rádio (44), de reuniões com demonstração (118) e distribuição de folhetos (3.150). O consumo de formicidas atingiu um total de 17.896 kg (iscas – 4.680 kg; pós 11.756 kg; gás – 1.460 kg), numa área tratada de 1.628.750 m² e com resultado de 32.574 formigueiros extintos.
- controle do Serrador da Acácia Negra, atingindo a 35 municípios e 229 propriedades, numa área de 17.000 ha, havendo sido controlados 41.250 pés de acácia.

Além das tarefas mencionadas anteriormente, várias campanhas de combate a doenças que atingem o rebanho gaúcho foram levadas a efeito neste ano de 1975.

O combate à febre aftosa objetiva reduzir o índice de infecção dos rebanhos gaúchos que se encontra no limite do permitido ($2/10^5$). Para tanto foram vacinados 100% dos bovinos maiores de 4 meses e controlada em 100% a movimentação de animais e dos focos existentes.

A campanha de combate à brucelose levou a vacinação a 100% das terneiras existentes (895.687) nos 107 municípios integrados à campanha obrigatória. A estimativa realizada de prevalência de brucelose bovina na pecuária de corte acusou um índice de 2,02% e no rebanho suíno o índice de 5,2%.

Foram realizadas ainda, com a assistência das Inspetorias Veterinárias, outras vacinações como as de combate à tuberculose, paratifo suíno, adenite eqüina, tifo aviária, cólera aviária, etc.

Durante a Campanha de Combate à Febre Aftosa foi levantado o número de bovinos, ovinos e suínos, o que acusou 12.370.174, 11.908.563 e 3.397.060 animais respectivamente.

- Fomento e Promoção

Outras atividades que visam a estimular a melhoria qualificativa dos produtos agropecuários gaúchos são as de fomento e promoção. Visam a assistir ao trabalhador rural, introduzindo o uso de novas técnicas de trabalho rural e facilitando os meios de comercialização do produto.

Com relação à assistência ao agricultor, em 1975, a Secretaria da Agricultura realizou 1.177 reuniões e visitou 15.495 propriedades, atingindo 56.159 agricultores, com objetivo de introduzir o uso adequado de fertilizantes e corretivos e práticas culturais tais como: espaçamento, profundidade de enterrio da semente e uso de boa semente. Foram ainda recolhidas 11.098 amostras de solo para análise, e distribuídos 2.112.347 kg de sementes e 158.534 mudas.

Várias realizações de Supervisão de Recursos Naturais Renováveis, no exercício de 1975, visaram a levar aos agricultores a assistência técnica através do trabalho dos extensionistas da área.

Na promoção do correto uso dos recursos naturais, foram realizadas 407 palestras, atendidos 7.140 agricultores e dada assistência na orientação e execução de terraceamentos, melhoramento de pastagens, controle de voçorocas e locação de canais escoadouros em 91.086 ha de terras.

No setor de Preservação e Controle, conseguiu-se manter a integridade patrimonial dos Parques Florestais, neles estabelecendo bases de produção.

Em 1975 foi criada, na Secretaria da Agricultura, a Unidade de Florestamento e Reflorestamento, através do qual foi deflagrada a "Operação Verde" quando foram distribuídas 221.799 mudas florestais.

Através da Central de Comandos Mecanizados, da Secretaria da Agricultura, e dentro do esforço de promover a permanência do agricultor no meio rural foram ampliados núcleos agrícolas numa área de 2.163 ha, atingindo 91 famílias.

Foram ainda expedidos 3.851 títulos, com um total de 42.231 ha, no esforço de fixação do homem ao solo e legalização de terras públicas, devolutas e patrimoniais.

Considerando os objetivos desse subprograma outras atividades realizadas pela CEMAPA merecem destaque, tais como:

- abertura de 202 poços tubulares profundos, num total de 14.917 m para irrigação e abastecimento de água a grupos populacionais;
- remoção de tocos com a finalidade de permitir a mecanização, atingindo 13 municípios, numa área de 1.405 ha;
- recuperação para agricultura de 34.245 ha em 3 municípios, pela irrigação e drenagem de terras e alagadiços;
- promoção, coordenação e execução de atividades geográficas e cartográficas com o fito de regionalizar o espaço agrícola e de pecuária, executados 90 mapas para o Plano Rodoviário do DNER, mapas municipais e do Diagrama Morfológico do Estado;
- construção de 142 açudes, 6 barragens em 15 municípios e abertura de 13.220 m de canais para aumentar e regularizar os recursos superficiais d'água, irrigação e controle das secas;
- pesquisa e prospecção de jazidas de calcário e fertilizantes minerais, resultando na localização de 2 jazidas avaliadas em 2.000.000 t de calcário.

Várias atividades desenvolvidas pelo Instituto Rio-grandense do Arroz, com objetivo de fomento e promoção agrária, merecem também ser citadas. Com relação à prestação de Serviços a lavoureiros destacam-se:

- análise de sementes, realizada em 3.417 amostras, abrangendo 50% da semente necessária ao Estado;
- análise de solo, em número de 1.323;
- combate a invasores, alcançando 65% da área tratada;
- realização de 160 projetos de açudagem e planejamento de lavouras;
- 65 palestras e reuniões de Engenheiros Agrônomos com orizicultores com a finalidade de divulgar novas técnicas de cultivo.

Além dos serviços rotineiros: levantamentos estatísticos (11.224 lavouras), impressão do Anuário Estatístico do Arroz (3.000 exemplares) e da "Lavoura Arrozeira" e da execução do Projeto Lagoa Mirim (IRGA e SUDESUL), foi realizado ainda o levantamento fotogramétrico para determinação da bacia hidráulica no rio Caçapava.

Na promoção de maior produtividade da cultura da cana-de-açúcar, a AGASA tem atuado na compra de adubo e sua revenda aos canavieiros sem lucros, além de dar assistência técnica, inclusive com plantações demonstrativas nas terras dos canavieiros, levando, deste modo, o conhecimento necessário ao agricultor.

Produto de acordo celebrado entre SUDESUL/Ministério da Agricultura/Governo do Estado, o Projeto Sudoeste 1, através de suas unidades operacionais de Alegrete, Santana do Livramento e Júlio de Castilhos, atingiu no ano de 1975 cerca de 165.500 ha na orientação do desenvolvimento agropecuário e conservação dos recursos naturais renováveis.

Outra tarefa deste projeto de importante significado é a de encaminhamento de 390 propostas de crédito no valor total de Cr\$ 37.013.388,35.

Através da CRIA - Central Riograndense de Inseminação Artificial, órgão da Supervisão de Produção Animal, tem-se difundido o uso da inseminação artificial. Durante o ano foram manipuladas 187.994 doses de sêmen, coletadas de 30 touros (11 touros de raça leiteira e 19 de raça de corte). Das doses manipuladas foram estocadas 175.741 realmente utilizáveis.

Com uma assistência permanente em 74 municípios e 85 postos de inseminação, foram inseminadas 42.186 vacas.

Por outro lado, em 1975, foram realizadas sete feiras de terneiros nas cidades de São Francisco de Paula, Bagé, Rosário do Sul, São Borja, Santa Maria, Pelotas, Carazinho onde foram vendidos 9.796 animais ao preço médio de Cr\$ 587,21.

O abate e comercialização de novilho precoce, na entressafra de 1975, foi acompanhado pela Unidade de Extensão Zootécnica que concluiu pela viabilidade de apronte de 2.011 novilhos que, antes mesmo de atingirem 2 anos (idade entre 18 e 20 meses) apresentavam um peso médio de 300 kg.

Outra realização de sucesso foi a 38ª Exposição Estadual de Animais realizada no Parque Estadual de Exposição de Esteio, onde estiveram inscritos 3.398 animais oriundos dos 3 Estados do Sul e do Estado de São Paulo. Nesta feira foram comercializados 36,2% dos animais inscritos resultando em uma soma de Cr\$ 19.395 mil. Durante os nove dias, a Exposição foi visitada por cerca de 175.955 pessoas.

As diversas obras de infra-estrutura para hospedagem dos animais e peões e nas vias de locomoção no interior do parque contribuíram em muito para o maior sucesso desta exposição, que bateu o recorde em número de animais inscritos em certames estaduais e teve satisfatório movimento de venda.

A atenção dispensada pelo Estado à atividade pesqueira pode ser avaliada através da atuação do grupo Executivo de Desenvolvimento Industrial da Pesca e da Companhia dos Terminais Pesqueiros.

O início da implantação da Escola de Pesca no ano de 1975, em convênio firmado entre a Marinha, Estado e a COTEPE, representa um passo importante para o desenvolvimento da pesquisa pesqueira e da formação de recursos humanos especializados.

Outra tarefa, produto de convênio GEDIP/COTEPE, e de considerável valia para a pesca gaúcha, é a ampliação da atividade de criação intensiva de tainhas em Tramandaí e Rio Grande, graças à construção de novos cercos de "fishing-Rams".

Está em execução ainda o projeto de Preservação e Orientação da Atividade Pesqueira, produto de convênio entre SUDEPE, e Secretaria da Agricultura (GEDIP/SPA).

Neste ano iniciaram-se também estudos de viabilidade técnico-econômica de implantação do terminal pesqueiro de Rio Grande, estudo este que está sendo realizado pela Hidroservice.

– Fiscalização

Ainda com a preocupação de alcançar um melhor nível qualitativo do produto agropecuário gaúcho é desenvolvida a atividade de fiscalização das lavouras e rebanhos.

No ano de 1975 a Secretaria da Agricultura, através da Inspeção Fitossanitária de Viveiros, atingiu a 64 municípios, inspecionando 6.422.535 mudas frutíferas, 16.007.140 mudas florestais, 1.322.200 mudas ornamentais a 2.005.000 mudas olerícolas. Foram fornecidas 384 certificados de sanidade, tendo sido interditados, permanentemente, 1 viveiro e, temporariamente, 12.

Com relação à Produção e Fiscalização de Sementes e Mudas, as realizações se voltaram para o seguinte:

- produção de Semente Básica, num total de 167 sacos de soja e 100 sacos (previstas) de feijão preto;
- produção de Semente Fiscalizada, num total de 63.839 kg de cebola, 18.347 sacos de trigo, 30.884 sacos de soja e 745 sacos de milho;
- participação do "AGIPLAN" no controle de sementes melhoradas, verificando-se:

Soja	33.600	sacos	controlados
Trigo	19.800	sacos	controlados
Feijão	50	sacos	controlados
Milho	3.200	sacos	controlados
FORAGEIRAS	441	sacos	controlados

- fiscalização do Comércio de Sementes, observando-se 3.590 amostras coletadas, 478 firmas visitadas, 48 embargos provisórios, 30 suspensões de embargos, 27 advertências num total de 60 comerciantes cadastrados e 204 municípios visitados.

Através da Unidade de Enologia foram realizados, em 1975:

- a Fiscalização de Vinhos e Derivados, compreende as seguintes tarefas:
 - fiscalização fixa, verificando-se aí a ocorrência de 90.989 guias desembaraçadas, 8.236 certificados expedidos, 6.754 firmas visitadas e 12.228,431 livres trânsitos negados;
 - fiscalização volante, através da qual foram inutilizados e apreendidos cerca de 330.000 litros de produtos entre vinhos, vinagres, compostos,

- aguardentes, licores e álcool e passadas mais de 22.000 notificações de infração, apreensão de rótulos, etc.;
- foram ainda autuadas 67 firmas, tendo sido visitados 109 municípios e 530 estabelecimentos, e realizadas 1.478 análises;
- análise de bebidas alcoólicas, sendo:
18.727 amostras de produtos recebidos
124.713 determinações efetuadas, e
166.000.007 produtos liberados.
- o levantamento estatístico da uva e vinho, verificando-se, uma produção de uvas correspondente a 337.987.962 kg em 1975, e a de vinhos e derivados, a 270.458.942 litros; um estoque de vinhos e derivados num total de 188.762.553 litros e comercialização de 119.190.652 litros.



INDÚSTRIA

O destacado desempenho do setor industrial do Rio Grande do Sul, no ano de 1975, poderia ser ainda melhor analisado caso se dispusesse de informações mais completas, que permitissem uma avaliação direta de seu comportamento. Todavia, como não estão disponíveis todos os dados para o período que se deseja estudar, procurou-se, limitando ao mínimo a margem para a extração de conclusões inadequadas, observar o comportamento setorial através de indicadores indiretos.

Assim, o desempenho analisado tem conotações bem mais reflexivas do que objetivas, contudo de maior consistência do que as resultantes de projeções embasadas em passado recente. Com isto se quer dizer, por exemplo, que existe mais segurança em analisar o comportamento industrial através do consumo de energia elétrica em períodos similares de 1974 e 1975, buscando a eliminação de tendenciosidades oriundas de sazonalidade, do que se projetar valores da produção industrial com base em uma longa série de dados passados. Atualmente, as variáveis que interferem na ocorrência dos fenômenos econômicos são mais numerosas e o impacto de tais ocorrências no desempenho setorial dificilmente pode ser previsto através do estudo de projeções evolutivas. Considerou-se, em conseqüência, que elementos reflexivos teriam mais consistência para a indicação das tendências comportamentais.

No intuito de minimizar quaisquer possíveis indicações apressadas sobre o assunto, procurou-se utilizar alguns indicadores reflexivos, especialmente o consumo de energia elétrica, a arrecadação do IPI, o movimento da mão-de-obra e os financiamentos concedidos.

Tais indicadores reflexivos não são suficientes para determinar, com precisão, as taxas de crescimento global para o setor. Ou, em outras palavras, o fato de se constatar um acréscimo no consumo de energia elétrica de 17,7% pelo setor, entre 1974 e 1975, não indica que, nesse período, o setor cresceu obrigatoriamente, na mesma proporção.

Pode-se explicar a impraticabilidade da determinação exata da taxa de crescimento do setor industrial através desses elementos com base na inexistência de um estudo – para o Rio Grande do Sul – que correlacione o crescimento do produto com o destes indicadores, o que por seu turno é dificultado pela viabilidade de utilizar diferentes funções de produção – por vezes mais intensivas no uso de tecnologia com menor

emprego de mão-de-obra – sem que se revelem oscilações expressivas no montante produzido. Eliminadas, porém, a sazonalidade do processo pela comparação dos períodos similares e admitida a inviabilidade de uma brusca mudança tecnológica, é válida a utilização deste indicador.

O indicador reflexivo em condições de oferecer uma visão mais aproximada do desempenho do setor secundário poderia ser o IPI. Porém, a variação de alíquotas que incidem com intensidades díspares sobre os vários tipos de mercadorias, a arrecadação efetivada sobre produtos industrializados provenientes do exterior e a dilatação nos prazos de arrecadação, são algumas das situações que fogem ao controle ainda, para que se possa avaliar o montante de variações assinaladas no setor secundário, quando ocorre uma determinada mudança no montante arrecadado pelo Imposto sobre Produtos Industrializados. Mesmo assim, dada a relativa similaridade de critérios entre um ano e outro, o IPI transforma-se num razoável indicador.

Outro indicador reflexivo estudado foi a flutuação do emprego industrial. O uso de tal indicador se embasa no pressuposto de que o movimento de ocupação ou liberação de mão-de-obra espelha, de certa forma, a ampliação ou retração da atividade industrial. Cabe, entretanto, aqui, como na abordagem das limitações dos demais indicadores, o alerta para o fato de que também as flutuações de mão-de-obra estão sujeitas a registrar fenômenos de sazonalidade, não só no que respeita a safras como, segundo se destacou, à diversificação do emprego de tecnologia em etapas diversas do processo produtivo que sofre com o impacto de inovações tecnológicas nas empresas. Tais limitações, à semelhança do que ocorre com as dos demais indicadores, são minimizadas pela similaridade das informações segundo a época e o curto espaço de tempo decorrido entre elas para a ocorrência de alterações marcantes na função de produção industrial.

Finalmente, os volumes de financiamentos concedidos pelo BRDE também devem ser recebidos com a devida cautela, como indicadores de desempenho industrial. Neste caso, é preciso lembrar que o BRDE não é a única fonte financiadora do setor: que as empresas podem investir apoiadas, exclusivamente, na sua capacidade interna de poupança, isto é, não se torna necessário que contratem financiamentos para a ampliação de sua capacidade produtiva. E, ainda, que os resultados da aplicação de investimentos podem não ser verificáveis – e geralmente não o são – num prazo imediatamente posterior ao investimento. Em decorrência, pode-se extrair como resultado de um estudo deste tipo a indicação de um comportamento mais perspectivo do que a do desempenho reflexivo. É inegável, porém, que as perspectivas embasadas no comportamento observado desempenham um importante papel no encorajamento às decisões de investir dos empresários e conseqüentemente conduzam a uma maior demanda de financiamentos. Poder-se-ia, com base neste raciocínio, deduzir que o crescimento dos financiamentos em 1975, embora não revelem “de per si” o crescimento do setor, sirvam como indicador das condições de

rentabilidade vigentes no período. Por outro lado, a busca de financiamentos para dinamizar, ampliar ou sedimentar uma empresa, pode ser considerada como uma abertura da classe empresarial para a aceitação de riscos necessários a seu crescimento, ou, em outras palavras, como a existência de decisões que transcendem à observação do passado, analisam com maior amplitude as variáveis que interferem em sua evolução e se voltam para o planejamento de mais longo prazo.

Não obstante o interesse do presente trabalho fosse uma análise específica do desempenho setorial no ano de 1975 e o fato de já se haver realizado uma série de publicações, com análise de períodos anteriores, permitisse um enfoque voltado apenas para a evolução relacionada ao ano imediatamente anterior, considerou-se mais consistente a abordagem de um período maior.

O crescimento médio anual registrado no consumo de energia elétrica entre 1968 e 1975 pelas indústrias do Rio Grande do Sul foi de 16,6%; há, porém, oscilações significativas neste aumento, quando se observam os acréscimos de um ano em relação ao imediatamente anterior. Entre o período analisado destaca-se o ano de 1970 como o de menor ritmo (11,8%) e o de 1973 como o de maior aceleração (21,9%) de acréscimos de consumo de energia para fins industriais.

O ano de 1975, acusou um acréscimo de 17,7% sobre o ano de 1974, situando-se acima da média de crescimento verificada no período analisado.

Conforme já se destacou anteriormente, quando da abordagem das limitações dos indicadores reflexivos, não se pode sugerir a partir das observações realizadas que o crescimento industrial beirou tais índices. A título de subsídio, porém, sem um maior rigorismo científico comparou-se o crescimento da indústria rio-grandense no período de 1968/73, e que foi da ordem de 10,4% com o crescimento do consumo de energia elétrica industrial.

O consumo industrial de energia elétrica no período para o qual se dispõe de informações sobre o crescimento do setor foi de 15,9%, superior, portanto, ao aumento setorial, mas inferior à média anual dos acréscimos de consumo verificados no período de 1968-75.

Tal observação, guardadas as devidas precauções permite que se admita que o aumento de setor industrial no último período citado (1968-75) pode ter recebido uma ligeira aceleração, cujo impulso se localize em etapa posterior a 1973. (Chama-se atenção, novamente, para o fato de que o crescimento entre 1968-75 do consumo energético industrial foi de 16,6% e, portanto, superior ao constatado entre 1968-73, quando a indústria cresceu a 10,4%). Por outro lado, tendo em vista que o aumento de utilização de insumo energético entre 1974 e 1975 atingiu a 17,7%, é de se supor que o crescimento industrial entre estes dois anos excedeu ao registrado no último período estudado pelos "25 Anos da Economia Gaúcha".

No intuito de enriquecer a análise, desejou-se aprofundá-la através do detalhamento a nível de ramos industriais. Neste caso, porém, o estudo teve que se limitar à comparação do agregado de alguns meses (obviamente os mesmos) dos anos de 1974 e 1975, por não se dispor de informações mais completas. Cumpre destacar, ainda, que a nível de ramos industriais não está incluído o consumo das empresas públicas e economia mista, o que pode desfigurar um pouco a realidade, especialmente no ramo metal-mecânico onde se inclui a Aços Finos Piratini.

Os dados comparados, a seguir, referem-se ao somatório do consumo de energia industrial, nos meses de agosto a novembro dos anos de 1974 e 1975, procurando-se, com eliminação de meses em que não havia informações para os dois anos, minimizar qualquer influência de sazonalidade na comparação.

O maior acréscimo de consumo de energia elétrica nos meses observados deu-se entre as indústrias denominadas tradicionais (15,30%), repercutindo, inclusive, na estrutura do consumo. Enquanto nos meses observados em 1974 e insumo energético, consumido pelas indústrias tradicionais, era representativo de cerca de 37% do consumo das indústrias de transformação, em ocasião similar, durante 1975, a significância da energia insumida pelas indústrias tradicionais beirava os 40%.

Couros, peles e similares foi a indústria que revelou o maior acréscimo de consumo entre 1974 e 1975 (62,51%), mudando sua participação no total consumido pelas indústrias de 2,7% para 4,2%, entretanto, também nas empresas dinâmicas revelaram-se acréscimos significativos. A indústria de produtos de matéria plástica, por exemplo, revelou um aumento na sua demanda de energia elétrica quase tão acentuado quanto o que se verificou com as indústrias de couros e peles, atingindo a 62,26%, todavia, dada sua menor representatividade no consumo industrial conjunto – 1,34% em 1974 e 2,02% em 1975 – o impacto de seu crescimento não chega a causar repercussão de monta.

Outras indústrias também revelaram índices elevados no aumento do seu consumo de energia elétrica, tanto entre as catalogadas como dinâmicas como entre as denominadas tradicionais. A diversificação do crescimento destas duas subdivisões deve-se, porém, ao fato de que as dinâmicas, que revelam maiores acréscimos, não assinalam uma representatividade destacável no somatório do consumo setorial.

A vulnerabilidade dos elementos obtidos a nível setorial e utilizados para o estudo, transferindo-lhe sua fragilidade, revela-se de forma mais incisiva não só porque o conjunto de meses utilizados para a análise comparativa nos dois anos não é representativo do comportamento global destes anos, como pela exclusão do consumo energético de indústrias estatais e de economia mista.

O mesmo critério utilizado para a análise comparativa, cronologicamente, do consumo de energia elétrica, qual seja a utilização de dados de uma série anual mais longa, também o foi para a observação do comportamento da arrecadação do IPI no Rio Grande do Sul. Quando se fala em série mais longa não se tem em mente a consistência evolutiva, por razões anteriormente abordadas, mas a extrapolação, do estudo puro e simples dos dois últimos anos, para que se realize outros tipos de comparações.

As modificações introduzidas nos critérios de tributação do IPI tornam-no um indicador de certa fragilidade quando não são detalhadas, para que se efetive a decorrente correção na análise da variável que tem seu comportamento espelhado, em parte, pela arrecadação deste imposto. Por outro lado, considerando seus três fatos geradores, sabe-se que alterações significativas nas importações ou apreensões de produtos estrangeiros podem revelar oscilações que pouco têm que ver com o desempenho do setor sobre o qual incide. Assim sendo, no caso da série de dados de 1968 a 1975 tem-se maior segurança na comparação interanual posterior a 1972, já que o decreto 70.168 de 18/02/72 assinala as reformulações mais incisivas neste tributo nos últimos anos.

O crescimento médio anual no período de 1968 a 1975 da arrecadação do IPI atinge a 13,2%, mas com variações bem mais incisivas do que as registradas com o crescimento de energia elétrica. Verifica-se, contudo, que a partir de 1973 o crescimento da arrecadação se revela mais constante.

O período de 1968 a 1973 registra as maiores oscilações de taxas de acréscimos de um para outro ano, dificultando a comparação com a taxa média, nesta época do crescimento industrial.

Em 1969, por exemplo, registra-se a menor variação observada no período quando se compara um determinado ano com o imediatamente anterior. O acréscimo em valores reais atinge apenas a 7,3%, ou seja, quase a metade da média anual de crescimento observada entre 1968 e 1973. Em 1971, porém, o índice de crescimento face a 1970 é de 21,5% aproximadamente, isto é, um índice superior em 50% à taxa média anual.

Entre 1974 e 1975 a arrecadação do IPI cresceu a 12%, índice inferior ao médio, que está, porém, um tanto inflacionado pelo acréscimo que se registrou entre 1970 e 1971.

Talvez, considerando a similaridade de critérios de arrecadação nestes últimos anos e a intenção, também já vigorante em 1974, de reduzir as importações, o crescimento do último período seja o mais reflexivo da realidade industrial. Não se pode, todavia, com base nele dar uma indicação do crescimento setorial em termos de índices. Pode-se, isto

sim, dizer que – considerando seu acréscimo no ano de 1975 e as dificuldades impostas para importações, neste mesmo ano, a indústria cresceu em 1975 e deve tê-lo feito com razoável intensidade.

Embora seja menos expressivo comparar crescimentos de empréstimos contratados, especialmente quando se trata de uma das fontes de financiamento cujo percentual no total oferecido às indústrias em 1975 não está determinado, fez-se um estudo retrospectivo desde 1968.

Conforme se destacou, não se pode considerar, pelas razões já assinaladas no início do texto, que a situação dos empréstimos contratados seja, isoladamente, um indicador da situação industrial. A observação destes montantes fica limitada à visão perspectiva do desempenho, e mesmo para isso, outros aspectos devem ser considerados. Assim, ao se abordar os financiamentos contratados pelo BRDE deseja-se sobretudo oferecer mais um subsídio disponível, que reafirma o dinamismo do setor.

Quando se compara, em valores reais, os créditos concedidos pelo BRDE às indústrias, entre 1968 e 1975, verifica-se que a nível setorial houve um crescimento vertiginoso. Atualmente, neste período, o índice de acréscimos atingiu a 37,5%. Quando se reduz o período de análise para 1968-73 percebe-se que neste quinquênio foi ainda mais intenso o ritmo de crescimento, uma vez que a taxa anual de acréscimos alcança a 44,8%. Embora permaneça crescendo de forma bastante significativa, entre 1974 e 1975 o índice assinalado, 18%, é bem mais modesto, quando comparado com os períodos anteriores. É provável que, em grande parcela, se explique o fenômeno observado em 1975 através da criação do BADESUL, que, tendo em vista seus objetivos, deve ter absorvido uma parcela da antiga clientela do BRDE. A estrutura da concessão de créditos por Estados da Região Sul demonstra também uma pequena moderação no atendimento deste Banco ao setor industrial gaúcho no ano de 1975. No ano anterior, ou seja, em 1974, cerca de 58% dos financiamentos contratados pelo BRDE ocorreram no Rio Grande do Sul, ao passo que em 1975 essa representatividade diminui para 46%.

Descendo a um maior nível de detalhe, ou seja, observando a nível de ramos industriais, registra-se que a indústria mecânica assinala o maior crescimento no montante dos créditos obtidos – 63% ao ano entre 1968 a 1975, 75% ao ano entre 1968 a 1973 e 54% entre 1974 e 1975 – constituindo-se em 1974 o ramo que absorveu o maior montante de empréstimos e só perdendo em 1975 para a indústria de “produtos alimentares”. Este último ramo, o de alimentos, revela um crescimento no seu valor de créditos contratados com o BRDE, entre 1974 e 1975, de 87,5%, e os dois ramos citados – mecânica e alimentos – absorveram em conjunto, durante 1975, aproximadamente 45% dos financiamentos contratados com o referido estabelecimento bancário.

A semelhança do que se verifica em relação à disponibilidade de subsídios estatísticos sobre o consumo de energia elétrica, por

ramos industriais, para cotejar o desempenho industrial entre 1974 a 1975, ocorre no que respeita à flutuação de empregos deste setor. Não se dispõe de informações totais destes anos e a forma de compará-los, evitando a introdução de tendenciosidade proveniente de flutuações sazonais, foi a de realizar um somatório homogêneo com dados mensais na maior amplitude possível.

Chama-se a atenção para este aspecto, porque, embora ao longo da análise se possa usar como expressão apenas a denominação anual, na realidade, por uma questão de fidedignidade à informação, deve-se lembrar que os meses de janeiro, novembro e dezembro estão excluídos do somatório e que os elementos disponíveis não são de ordem a que se possa deduzir que seu comportamento foi similar ao do período considerado.

Isto posto, e supondo-se que os desvios que tais meses possam apresentar em relação aos somatórios utilizados não apresentem grande amplitude, dada a homogeneidade do período – supõe-se que as possíveis alterações nos citados meses decorram de uma flutuação sazonal e que, portanto, tendam a repetir-se nas mesmas épocas, passa-se à observação do constatado pelos somatórios.

A flutuação do emprego industrial, dada pela relação entre admissões e desligamentos, assinala, no Rio Grande do Sul, uma favorabilidade de 1975 em relação a 1974. Em outras palavras, enquanto o quociente entre admissões e desligamentos em 1974 foi de 1,10, em 1975 ele atingiu a 1,17, assinalando maior amplitude do total de absorção de mão-de-obra face às dispensas.

O fato de o setor industrial ter aumentado sua oferta de empregos uma vez que o número de admissões foi maior do que o de desligamentos – não é, todavia, um indicador conclusivo do crescimento do produto industrial. Como se destacou no início dessa análise, para registrar tal constatação seria necessário observar o impacto de inovações tecnológicas nas empresas e a diversificação do emprego de tecnologia em etapas diferentes do processo produtivo.

Todavia, como nos nossos tempos as inovações tecnológicas tendem a dispensar e não a aumentar a absorção de mão-de-obra, o retorno a uma etapa tecnológica que substitua mão-de-obra por equipamento não é verificável comumente, e a similaridade de período observado dificulta a ocorrência de fenômenos de diversificação da função de produção ao longo do processo, de molde a distorcer as informações, é de se supor que o produto industrial tenha realmente crescido.

Por outro lado, como não é importante apenas o crescimento do produto, mas o nível de bem-estar social da população, parece

alentador o fato da indústria ter ampliado sua absorção de mão-de-obra em 1975, independentemente da tecnologia empregada ou do índice de acréscimo no valor de sua produção.

Quando se observa a flutuação de emprego a nível dos grandes grupos industriais, empresas tradicionais e dinâmicas, verifica-se que a melhoria da relação em 1975 está embasada no comportamento das primeiras. Aliás, as indústrias tradicionais revelam entre 1974 e 1975 uma significativa recuperação da relação apresentada entre admissões e desligamentos. Enquanto no primeiro ano observado as indústrias tradicionais revelam um quociente entre admissões e desligamentos da ordem de 1,01, ou seja, a absorção de mão-de-obra é praticamente para reposição, em 1975 este quociente atinge 1,21. Em termos fracionário poder-se-ia dizer que, além de substituir as dispensas, a indústria tradicional ampliou em 1/5, aproximadamente, sua oferta de emprego.

Com as indústrias dinâmicas já não se pode verificar fenômeno idêntico, pelo contrário, embora a amplitude de variação entre o quociente admissões e desligamentos, entre 1974 e 1975, seja menor, seu fenômeno de flutuação de empregos, nestes dois anos, é quase o oposto do que se verifica com as denominadas indústrias tradicionais.

Em 1974, a relação entre admissões e desligamentos nas empresas do tipo "dinâmicas" havia atingido a um quociente de 1,21, em 1975, porém, ele baixa para 1,12. Tal situação se reflete, naturalmente, na estrutura de admissões e desligamentos destes dois subsetores industriais. Por exemplo, enquanto em 1974 cerca de 46% da oferta de emprego se registrou entre as indústrias dinâmicas, em 1975, a absorção de mão-de-obra por este tipo de empresas atinge apenas a 38%.

Confrontando o comportamento do consumo de energia elétrica, entre 1974 e 1975, destes dois grandes aglomerados de indústrias com o que se registra neles no que concerne à flutuação de emprego, se é levado a admitir que, pelos reflexos sentidos, o setor industrial teve um crescimento sedimentado nas indústrias tradicionais. E, ainda, que o subsetor industrial dinâmico, não tenha mantido o mesmo ritmo de crescimento do ano anterior, os reflexos de sua atuação não marcaram acentuadamente o desempenho setorial que espelha mais a atuação das indústrias tradicionais no seu total.

Detalhando a nível de ramos, verifica-se que o único ramo que teve um contingente de mão-de-obra admitido inferior ao dispensado foi o de bebidas em 1975 - 0,88, ao passo que uma das maiores relações favoráveis à admissão se dá na indústria da "papel e papelão", com um quociente de 1,52.

De uma forma global, o emprego no setor cresceu, no período observado, já que as admissões ocorridas em 1975 são maiores do que as registradas em 1974 em cerca de 16%, enquanto as demissões são maiores em apenas 8,6%.

Pode-se, enfim, com base nas indicações emergentes destes indicadores, inclusive pelas comparações feitas entre si e em períodos para os quais se dispõe de dados sobre o crescimento setorial, deduzir que o comportamento do setor secundário em 1975, foi de ordem a indicar um acréscimo no produto industrial superior à média observada entre 1968 e 1974.

Em outras palavras, observadas comparativamente as médias de crescimento anual da indústria nos períodos de 1948 a 1959 (8,0%) de 1960 a 1967 (3,0%) e de 1968 a 1973 (10,4%) e elementos registrados na análise dos indicadores reflexivos, pode-se crer que o crescimento do setor industrial entre 1974 e 1975 atingiu a um índice superior às médias citadas, revelando um desempenho singular.

Atuação do Setor Público Estadual

– Programa de Desenvolvimento Industrial

Para apoiar o desenvolvimento industrial do Estado, no exercício de 1975, foram alocados recursos com vistas a atender três modalidades de atuação do setor público: – programação, promoção e produção industrial.

Programação Industrial

A Política de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul definiu duas ordens de prioridades: – as setoriais e as espaciais.

As setoriais abrangem programas operativos, projetos e estudos e as espaciais definem distritos e áreas industriais.

– Prioridades Setoriais

– Programas Operativos

Programa Agro-indústria.

Objetiva para o presente quadriênio intensificar as fontes absorvedoras de mão-de-obra, incrementar a produção de bens de consumo de massa, estimular inovações agrícolas e diversificação de sua produção, elevar o valor adicionado das matérias-primas locais e auxiliar na correção dos desequilíbrios espaciais.

Dentre a grande diversidade de atividades agro-industriais, estabeleceram-se critérios seletivos para efeitos de programação de atividades agro-industriais.

O critério básico que norteou esta seleção foi o de identificar, como prioridade, grupos de atividades que guardassem entre si

certas relações de dependência e complementariedade, além de se relacionarem com as atividades primárias mais importantes para o Estado como um todo ou para certas regiões muito especializadas. Complementarmente, e como ponto de partida para a definição de atividades prioritárias, deveriam estar incluídas entre estas as indústrias que, reconhecidamente, estivessem necessitando de melhorias no sentido de adequar-se a normas higiênico-sanitárias, nacionais e/ou internacionais e cuja modernização se impusesse para permitir a diversificação de linhas e processos que adicionassem maior valor à matéria-prima. Os grupos de indústrias que assim viessem a ser escolhidos seriam objetos de subprogramas específicos. Foram selecionados cinco subprogramas específicos:

- carnes bovinas e ovinas;
- carnes suínas e de aves;
- leite e seus derivados;
- transformação de grãos;
- transformação de cana-de-açúcar.

Obviamente, na elaboração desses subprogramas, deverá ser considerada toda a gama de utilização que pode ser dada a essas matérias-primas e não apenas àquelas que se relacionam com a alimentação animal.

Além desses cinco subprogramas, cuja prioridade foi acima conceituada, foi selecionado o da indústria de conservas de frutas e legumes para desencadeamento imediato. A caracterização da prioridade que se atribui a esse subprograma decorre da circunstância de que já se encontra em fase bastante adiantada a elaboração, por parte da CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia, de um detalhado diagnóstico dessas atividades industriais que, cronicamente, têm demonstrado certa instabilidade. A aceleração da conclusão desse diagnóstico permitirá que se passe, imediatamente, à formulação de um programa operativo que oriente a modernização dessa indústria adequando-a às condições dos mercados nacional e internacional e minimize seus problemas de ociosidade, decorrentes da estacionalidade e irregularidade da oferta de matérias-primas, pela diversificação de linhas de produtos tipificados e padronizados.

Por sua importância na agro-indústria gaúcha, despontam, também como merecedores de atenção especial, as indústrias de couro e calçados, de bebidas e de madeira e do mobiliário. Em termos de cronologia de abordagem, para defasar as tarefas de programação evitando congestionamentos de atividades, foi atribuída a esses gêneros industriais uma prioridade secundária. Justifica-se esta postergação pelo fato de se tratarem, os dois primeiros, de atividades já bastante estudadas e relativamente bem orientadas para suas ações de curto prazo, merecendo

um detalhamento maior suas perspectivas de médio e longo prazos. Enquanto isso, a programação das indústrias de madeira e do mobiliário estará condicionada, parcialmente, ao Programa de Reflorestamento, em elaboração na Secretaria da Agricultura do Estado. Seria temerário estabelecer metas de desenvolvimento para estas indústrias sem uma visão de médio e longo prazos das perspectivas de disponibilidade de matérias-primas.

A identificação e hierarquização desses grupos de indústrias, para efeitos de programação, não esgotam as perspectivas do planejamento da Agro-indústria do Estado, uma vez que um sem-número de outras atividades não está aí incluído. Na medida em que se desenvolvam as etapas de trabalho definidas, poderão ser identificadas novas prioridades, inclusive em decorrência do Programa de Comercialização de Produtos Agrícolas, também em desdobramento simultâneo.

Programa Metal-Mecânico

O programa visa viabilizar, detectar e dimensionar um Pólo Metal-Mecânico no Rio Grande do Sul. Alguns levantamentos preliminares atestam a existência de um potencial ainda não perfeitamente aproveitado no setor. Tal situação pode gerar o aparecimento de novas oportunidades de investimento ou de melhor desempenho do parque industrial existente.

A integração de diferentes unidades produtivas, representando um mesmo complexo, tende a ser uma política de complementação que deverá possibilitar um melhor rendimento, uma melhor economia de escala e, conseqüentemente, melhores condições de competitividade.

Ao estabelecer um programa para o ramo Metal-Mecânico, o Governo do Estado busca racionalizar a sua atividade promotora dentro de uma área onde o Rio Grande já possui uma tradição definida e um parque produtor capaz de criar, se complementado racionalmente, as condições para o estabelecimento de um pólo.

O poder estadual objetiva assim, criar um escopo técnico para inversões no ramo, que deverão fornecer as diretrizes necessárias para que, através de incentivos fiscais, creditícios e de infra-estrutura, possam atrair empresas de fora do Estado, na expectativa de que, por meio delas, se criem condições de dinamismo que possam influenciar as indústrias já existentes.

A análise preliminar do ramo permitiu concluir que dois problemas já existentes dentro do setor contribuem para a sua modesta participação na produção nacional e, também, lhe conferem poucas possibilidades de desenvolvimento autônomo. São eles os seguintes:

- inexistência e/ou insuficiência na sua pauta de produção daqueles produtos tanto mais dinâmicos do setor, como responsáveis por uma aglomeração metal-mecânica importante, dada a natureza geradora de indústrias subsidiárias que esses produtos possuem;
- insuficiente base industrial para o desenvolvimento racional da mecânica, isto é, falta e/ou inexistência de indústrias subsidiárias, o que leva à "verticalização" excessiva dos estabelecimentos principais, com os conseqüentes altos custos de investimentos e de produção, enfim baixa produtividade e capacidade competitiva.

Com base nas diretrizes aqui traçadas, propõe-se viabilizar a implantação de um "pólo" metal-mecânico integrado, constituído de indústrias principais e subsidiárias inexistentes e/ou insuficientes capazes de gerar condições de dinamismo. Tal fato não implica que se entenda o abandono da empresa já instalada. A integração proposta visa a dar melhores e maiores condições operacionais às indústrias ora em funcionamento, detectando os seus pontos de estrangulamento e as condições necessárias e suficientes para o seu crescimento mais acelerado.

- Projetos e Estudos

Foi realizada uma variada gama de estudos visando suprir as necessidades setoriais do Estado em algumas atividades industriais. Dentre estas, destacam-se, em ordem de importância pelo especial relevo que assumem para a economia estadual, as seguintes:

Pólo Petroquímico

Ainda no primeiro semestre do ano p.p., foi constituído um grupo de trabalho visando a oferecer apoio técnico para reivindicar junto ao Governo Federal, a instalação do III Pólo Petroquímico brasileiro no Estado.

Mais tarde, após tomada a decisão, algumas medidas mais efetivas foram realizadas. Para tanto, foi elaborado o termo de referência para o plano diretor relativo à implantação do III Pólo Petroquímico, que procura fixar a atuação do Estado, a ser desdobrado em:

- implantação da área industrial;
- aplicação de sua Indústria de bens de capital e de transformação final, como reflexo da implantação do Pólo;

- adequação urbana, capaz de atender os acréscimos demográficos previstos na área e nas suas imediações;
- programa e mobilização dos recursos necessários à execução dessas atividades.

Os programas Setoriais Específicos das Indústrias de Transformação Final (plásticos, elastômeros, fibras, etc.) e Indústrias de Apoio estão em andamento. O projeto relativo à Indústria de transformação se encontra atualmente em elaboração sob a responsabilidade da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, assessorada por consultores especializados. Quanto às Indústrias de Apoio, mesmo o Estado apresentando de imediato possibilidades limitadas, a longo prazo está em cogitação um Programa Especial para incentivar o Setor de Equipamentos para a Indústria Química e cuja execução estará a cargo da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC, juntamente com a CIENTEC.

Estudos Setorial sobre Cimento

Através deste trabalho foi constatado que, nos últimos anos, o Estado vem apresentando um crescimento significativo no consumo de cimento, sem um correspondente acréscimo da oferta local. Em vista disso, foram estabelecidas as linhas básicas de atuação da SIC relativas à situação do abastecimento de cimento do Estado, quais sejam:

- aumento da Produção Estadual;
- suprimentos externos ao Estado através de fontes nacionais e/ou internacionais.

Centro de Tecnologia de Alimentos

Ainda na área de estudos, deu-se início aos trabalhos com vistas à criação de um Centro de Tecnologia de Alimentos, capaz de promover o incremento a curto e médio prazo no setor, mediante a geração e/ou transferência de tecnologia. No momento, encontra-se em seu estágio final a elaboração de um documento que deverá gerar o plano Diretor do Centro de Tecnologia de Alimentos.

Materiais para Construção Civil

A análise da Indústria da construção civil procurou determinar o que é produzido no Estado, quais os espaços vazios e qual a demanda existente. Esta pesquisa visou a criar condições para a implantação de empresas que operem com economia de escala, elevando deste modo, os atuais índices de produtividade. Os dados obtidos demonstraram a necessidade de apoio financeiro, o que foi obtido através da criação de um programa de estímulo ao setor.

Máquinas Agrícolas

Foi realizada uma pesquisa junto às empresas de implementos agrícolas para constatar o aumento dos estoques nas indústrias. Também foram propostas medidas, visando suprir o consumo insatisfeito deste implemento, principalmente por parte dos pequenos agricultores.

Material Ferroviário

Este trabalho, integrando-se nos objetivos do plano nacional de desenvolvimento ferroviário, buscou atingir um panorama do Estado no que se relaciona com seu sistema de transporte ferroviário, à medida em que focalizou sua infra-estrutura, seus problemas e as providências que vêm sendo tomadas no sentido de dinamizá-lo. Foram também indicadas possibilidades de implantação de novas empresas neste ramo no Estado.

Estudos Diversos

No que se refere a Estudos, Pesquisas e Análises Industriais, foi efetuada a análise dos projetos apresentados à Secretaria, solicitando:

- incentivos materiais: 4 projetos;
- enquadramento em áreas industriais: 60 processos;
- apoio governamental para o equacionamento de seus problemas junto a outras entidades: 62 processos;
- prestação de informações econômicas: 137 processos.

Dentre outras atividades executadas pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial – CEDIC, constam a elaboração de 3 novos perfis setoriais (aspargo, morango e pêssego) e atualização dos 9 outros perfis já existentes, bem como a elaboração do cadastro industrial responsável pela divulgação de dados da pesquisa realizada no setor indústria e comércio em 217 municípios gaúchos.

- Prioridades Espaciais

Vem tentando o Governo seguir a linha programada em sua Estratégia de Ação Governamental, através do Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais – CEPEDI, no sentido de promover uma política de desenvolvimento industrial do Estado, clara e definida no que se refere aos aspectos localizacionais, procurando:

- proporcionar condições à implantação de pólos alternativos à Grande Porto Alegre;

- dar ordenamento à expansão das áreas com tendências naturais de crescimento, a fim de evitar estrangulamento e problemas que possam comprometer o bem-estar da população.

Desta forma, a atuação do CEPEDI, prendeu-se essencialmente à definição de uma política de prioridade no que respeita a Distritos e Áreas Industriais. Foram elaborados critérios de seleção que deverão ser aplicados a todas as solicitações trazidas pelos municípios, para que o Estado venha a participar da implantação de suas áreas industriais. As 65 solicitações trazidas ao CEPEDI foram agrupadas por regiões, e aproximadamente estão analisados 25 municípios correspondentes a 7 regiões.

Como continuidade das programações anteriores foi mantida a assistência e fiscalização de contatos e convênios relativos a elaboração de estudos e realizações de obras em distritos e áreas industriais anteriormente aprovadas pelo Conselho.

- Promoção Industrial

O Programa de Promoção Industrial consubstancia-se na concessão de incentivos materiais, financeiros e creditícios à atividade privada.

Incentivos Materiais

Áreas Industriais: foram firmados convênios com as Prefeituras para a execução de obras nas seguintes áreas industriais:

- Farroupilha: no valor de Cr\$ 400 mil para obras de infra-estrutura.
- Caxias do Sul: no valor de Cr\$ 1 milhão para terraplenagem e acesso.
- São Leopoldo: no valor de Cr\$ 1 milhão para o sistema viário e esgoto
- Campo Bom: no valor de Cr\$ 49 mil para a realização de trabalhos topográficos, planialtimétricos e cadastrais da área industrial.
- Guaporé: no valor de Cr\$ 40 mil para os serviços de terraplenagem.
- Santa Rosa: foram realizados estudos para sua nova localização, tais como: laudo técnico da localização,

concluindo que a área ao norte da sede do município apresentava melhores condições; levantamento topográfico planialtimétrico e descrição do polígono para efeitos de desapropriação e, finalmente, elaboração da proposta para a realização de estudos e projetos.

Distritos Industriais:

- Distrito Industrial de Cachoeirinha: foi iniciada uma pesquisa procurando estabelecer as características de mão-de-obra especializada que lá será empregada para elaboração de um programa de treinamento nos municípios de Cachoeirinha e Gravataí que venha a preencher as lacunas, que porventura forem constatadas. Para evitar problemas de poluição na área industrial de Cachoeirinha, foram elaboradas normas de controle de poluição das águas, controle de poluição atmosférica e controle de resíduos sólidos (lixo). Tais normas fazem parte das normas técnicas para as áreas industriais da CEDIC e foram concluídas em fevereiro de 1975. Foram executadas, também, obras de infra-estrutura que consistiram na implantação da 2ª etapa do Sistema Viário, trabalhos de drenagem e terraplenagem, proteção de taludes e obras de arte.

- Distrito Industrial de Gravataí: foi iniciado no mês de fevereiro de 1975, um levantamento junto às empresas que se instalarão no local, a fim de verificar a necessidade em mão-de-obra especializada, para possibilitar, conseqüentemente, a elaboração de um Programa de Treinamento. Essa atividade encontra-se em sua fase final. Em janeiro de 1975, foi concluído o projeto de abastecimento de água e em junho do mesmo ano foi concluído o projeto executivo da rede de águas residuais, ambos para a zona Industrial I. Encontram-se em execução os projetos executivos do tratamento e disposição final das águas residuais e do sistema de coleta e destinação das águas pluviais. Foi concluído pela CEEE, em maio, o projeto provisório de energia elétrica para o Escritório de Campo da CEDIC e para os canteiros de obra das empresas em implantação no distrito industrial. Atualmente, encontra-se em elaboração pela CEEE - o projeto de Engenharia Final. Visando à preservação do meio-ambiente, estão sendo efetuados estudos de arborização da área que objetivam: proteção contra ventos, proteção visual, proteção acústica, proteção de encostas, proteção de taludes, sombra e oxigenação. Este

projeto deverá abranger na zona I um total de 100 ha, aproximadamente. Até o momento, foram concluídos os projetos finais de terraplenagem e drenagem de 14 platôs, que possibilitarão a implantação de seis indústrias. Esses platôs perfazem um total de 40 ha de área. Consta também como realização da CEDIC, no Distrito Industrial de Gravataí, a instalação parcial do sistema viário.

- Distrito Industrial de Butiá: na fase de estudos e projetos relativos à implantação do Distrito Industrial de Butiá, desenvolveram-se projetos referentes à engenharia final do sistema viário, engenharia final das plataformas, drenagem de águas fluviais, abastecimento de água, esgotos e do sistema de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública.

Na etapa de implantação foi concluída a terraplenagem da plataforma destinada à Pitatininga Implementos Agrícolas Ltda, e construção das redes provisórias de energia elétrica, em 22kv, numa extensão de 1.135 m e de água numa extensão de 1.158 m.

- Distrito Industrial de Santa Maria: já se encontra concluído o laudo técnico comparativo de localização entre a faixa de Camobi e a Fazenda Santa Marta, o qual definiu que o melhor local alternativo seria o segundo. Foi também realizado o levantamento planialtimétrico total, incluindo a área industrial e a área destinada ao núcleo habitacional. Foi dado início aos estudos e projetos.
- Distrito Industrial de Rio Grande: os trabalhos realizados referentes aos projetos e a implantação parcial da infra-estrutura compreenderam:
 - projeto de implantação parcial do sistema viário: implantação do acesso à Area I, formada pelas ruas A e B pela via 8, que somando juntas 4.290 metros de extensão (contados a partir do eixo ferroviário atual), darão acesso às indústrias químicas, de cimento, artefatos de cimento e de gesso e misturadoras, indústrias de amônia, fertilizantes e ácido sulfúrico. As ligações rua A via 2 e rua B via 2 são provisórias, assim permanecendo até a implantação do sistema viário definitivo. Uma vez fechadas tais ligações, permanecerão as faixas laterais (drenagem e serviços) até a via 2 utilizando-se a faixa provisória das mesmas para usos de suporte da infra-estrutura. Quanto ao

sistema de Adução de Água, o relatório preliminar se encontra em fase final de elaboração. E, por último, o sistema de abastecimento de energia foi estabelecido em 69 kw.

Incentivos Creditícios e Financeiros

Como suporte creditício e financeiro aos programas industriais o governo conta com a participação do BADESUL, BRDE e BANRISUL além do FUNDOPEM e do FUNGAPEM, organismos cuja atuação é descrita em parte posterior deste relatório.

– Produção Industrial

No Programa Produção Industrial enquadram-se os projetos executados pela CRN, CORLAC, PROGASA, AGASA e VINOSUL. empresas estas, que estão voltadas principalmente para a promoção de setores que apresentam reduzida rentabilidade, tamanho mínimo do investimento de elevada magnitude ou que possuem um profundo alcance social.

No exercício de 1975, a CRN obedecendo a seu Programa de Ação para o período, executou as seguintes atividades: negociações para contratação de financiamento interno junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Financiadora de Estudos e Projetos – (FINEP); negociações com a Insumos Básicos S.A. – Financiamento e Participações (FIBASE), visando a definição da composição acionária da empresa, bem como seleção de “know-how” e Engenharias Básicas; negociações objetivando a obtenção de Licenças de Tecnologia e Aquisição de Serviços de Engenharia Básica.

No que se refere à tarefa de seleção da rota tecnológica a ser adotada pela CRN, os trabalhos foram concluídos no ano de 1974. Os estudos procedidos pela empresa indicaram o processo de oxidação parcial de frações residuais de petróleo como o mais viável para a produção de amônia. Para a unidade produtora de uréia foi selecionado o processo de “STRIPPER” da amônia. A fase seguinte se constitui na pré-qualificação de empresas fornecedoras de serviços de engenharia básica e assistência técnica para implantação. Das sete empresas selecionadas para a apresentação de proposta formal, foi indicada como vencedora pelo laudo técnico, concluído em junho, a DAVY POWER GAS.

Entre as metas alcançadas pelos Programas de Apoio na Área de Fomento à Produção Leiteira, sob a responsabilidade da CORLAC, destaca-se a melhoria das condições técnicas do produtor e, conseqüentemente, da quantidade e qualidade da matéria-prima. Tal situação permitiu a eliminação de importações de leite em pó para garantir o abastecimento de leite pasteurizado à grande Porto Alegre, principalmente na época de

entressafras, que vem sendo agora atendida unicamente com a produção gaúcha, sem necessidade de recorrer a aquisições, tanto nacionais como estrangeiras. Em função deste objetivo, encontra-se em andamento o projeto de ampliação de diversas usinas, localizadas no interior do Estado, o que resultará no atendimento de um maior número de consumidores que carecem dos benefícios do leite pasteurizado. Em Cachoeira do Sul está sendo concluída a construção de moderna usina de beneficiamento de leite, com área aproximada de 900m², aguardando somente a implantação do equipamento industrial para entrar em atividade. A capacidade nominal dessa unidade é de 30.000 litros diários. Em Montenegro se encontra em publicação o edital de concorrência para recebimento de propostas para construção de uma nova usina de beneficiamento, com capacidade de 50.000 litros diários em substituição à atual que não tem mais condições de atender à crescente entrada de leite "in natura".

Em Taquara se encontra na fase inicial a ampliação da fábrica de leite em pó, o que permitirá o aproveitamento do excedente de leite "in natura", eliminando dessa maneira, as importações do produto, bem como a formação de estoques para garantir o período de entressafra e venda do produto industrializado.

A instalação da nova Câmara de secagem propiciará um aumento de utilização de 100.000 litros/dias.

Na usina de beneficiamento de Osório, cerca de 50% das construções complementares para atendimento de exigências do DIPOA já foram executadas.

Na usina de Glória, localizada no município de Bom Retiro do Sul, estão sendo realizadas diversas modificações e ampliações, visando a adaptar a referida usina regional às técnicas exigidas pela saúde pública.

No prédio da usina central continua em andamento a execução de obras e reformas que se fazem indispensáveis ao processo produtivo e demais serviços.

Foi também, integralmente, cumprido o programa pré-estabelecido relativo à industrialização da cebola, sob responsabilidade da PROGASA. O alto da matéria-prima nesta safra, juntamente com o baixo rendimento que apresentam as variedades de cebola cultivadas no RGS, fizeram com que a PROGASA buscasse uma perfeita adequação entre o volume de sua produção e a demanda prevista, o que resultou na industrialização de 760.000 kg de cebola, no período.

Com o objetivo de aumentar a capacidade de produção e o nível de rendimento do equipamento, foi projetada, implantada e posta em funcionamento uma linha de pós-secagem, que permitiu um acréscimo de produção passando-se pois, de 2,5 t/dia para 18,5 t/dia.

Já a produção da linha de conservas atingiu os seguintes volumes:

Pepinos	100.000	unidades
Picles	30.000	unidades
Cebolinha	35.000	unidades
Creme de Alho	80.000	unidades

Além disso, a PROGASA que já incluía em sua linha de produção o "creme de alho", em decorrência da disponibilidade do equipamento de desidratação, logrou desidratar alho em razoável quantidade. O produto obtido, de excelente nível de qualidade, lançado no mercado consumidor, ainda abastecido em grande parcela pelo similar estrangeiro, caracterizou-se por ampla aceitação.

Dentre os objetivos da Central Vitivinícola do Sul (VINOSUL), destaca-se o aumento da capacidade de estocagem com vistas a auxiliar o setor vinícola, mediante a absorção do volume das safras. Consta portanto, entre as preocupações da empresa, a elevação da capacidade da concentradora de sucos, localizada em Caxias do Sul, de 1.300.000 litros para 4.580.000 litros, obra esta já concentrada e com conclusão prevista até a safra de 1976. No ano de 1975, constam a compra de 3.612 toneladas de uvas e a produção de 30.941 litros de sucos concentrados e beneficiados.

Foi executada também a melhoria das unidades industriais da empresa concentradora de sucos de Caxias e Bento Gonçalves, compreendendo não só reformas no setor de armazenagem, mas também nas instalações destinadas ao recebimento, moagem de uva e preparação de suco.

COMÉRCIO

Introdução

Este subsetor, que vem representando uma parcela significativa na formação da renda originada no Setor Terciário, possui como principal indicador reflexivo a arrecadação do ICM.

Pela arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, no Estado do Rio Grande do Sul, tem-se a indicação de que os acréscimos registrados em 1975, face aos montantes assinalados em 1974, em valores reais, atingiram a cerca de 10%.

Informações mais detalhadas do subsetor Comércio a nível estadual não estão disponíveis, ainda, para o ano de 1975. Todavia, tendo de um lado a disponibilidade de subsídios à análise comportamental do comércio em Porto Alegre e de outro a representatividade do desempenho da Capital no todo estadual, passou-se a analisar aspectos peculiares do comércio porto-alegrense.

As informações do Clube dos Diretores Lojistas de Porto Alegre, que não obstante sua pouca expressão em termos de empresas informantes têm uma alta significância no atendimento à demanda metropolitana, indicam um desempenho bastante alentador do comércio em 1975. Além disto, é interessante registrar que o índice assinalado de crescimento de vendas entre 1975 e o ano imediatamente anterior é bastante similar ao verificado com o ICM.

Assim, tem-se que, em valores reais, o crescimento das vendas do comércio varejista de Porto Alegre entre 1974 e 1975 esteve também em torno de 10% e que só no mês de dezembro o montante de vendas teve um incremento de 16%, aproximadamente, tendo em vista o valor das vendas do referido mês em 1974.

Pode-se também verificar que, segundo os informes do CDL, os maiores acréscimos no valor de vendas ocorrem com os ramos de

eletrodomésticos e vestuários, devendo tal fato refletir a política governamental de redução de preços destes produtos através de mecanismo similar com relação às alíquotas do IPI.

Comparando o índice de acréscimo de vendas em Porto Alegre com a tendência de crescimento demográfico (aproximadamente 4,5% a.a. na área metropolitana), é possível constatar um determinado incremento no poder de compra. E, mesmo que se atente para a polarização exercida pela Capital do Estado neste particular, a constatação fica embasada, porque tal polarização não é um fenômeno peculiar ao ano de 1975.

Outro aspecto interessante, no que concerne à demanda, é a pequena expressividade de acréscimos no que respeita à solicitação de créditos, pois o número de informações fornecidas pelo SPC em 1975 não conseguiu atingir a um índice superior a 1% do total de informes oferecidos em 1974. Por outro lado, quando analisada a estrutura de respostas, verifica-se que os informes negativos perdem um pouco sua representatividade, enquanto as respostas "nada consta" ganham maior expressão.

Tão importante quanto o desempenho favorável das vendas a varejo se afigura a mudança de mentalidade do consumidor que não só revela uma melhoria de resposta ao seu endividamento, como parece registrar maior preocupação em sacar contra o futuro.

Aliás, a mudança de mentalidade não é observada apenas no consumidor, mas no próprio empresariado comercial gaúcho, cujo comportamento vem permitindo vislumbrar uma maior abertura na tomada de decisões e na análise dos problemas que os envolvem. Um dos exemplos de tal assertiva é a revelação, por parte da liderança empresarial, à imprensa de que a abertura de novas lojas de vestuário em Porto Alegre não os estava preocupando.

Estudos realizados por iniciativa dos próprios empresários comerciais, outro sintoma de dinamismo manifesto através da tentativa de domínio do mercado pelo conhecimento de seu comportamento, indicam o fator climático como um dos significativos determinantes das vendas e a concentração do processo de comercialização a varejo nos fins-de-semana.

No final de 1975, a principal preocupação desta classe empresarial era disponibilidade de crédito, que poderia vir a afetar seu estado de liquidez. Entretanto, a linha de crédito ao consumidor oferecida pela Caixa Econômica Federal, segundo os lojistas, anulava, em parte, a preocupação, possibilitando ao setor extraordinárias esperanças. De fato, se verifica que se concretizaram seus anseios, quando se constata o crescimento das vendas a varejo em dezembro.

Verificado o comportamento do comércio interno no Rio Grande do Sul com base no desempenho do subsetor na Capital, cabe verificar a situação das exportações.

A abordagem da situação interna do comércio ganha um interesse especial na medida em que permite uma visão multilateral, ou seja, do ponto de vista do consumidor e do empresariado gaúcho; enquanto o estudo comportamental do comércio exterior possibilita a análise do papel que o Rio Grande do Sul vem desempenhando no contexto internacional, ou melhor, a importância deste papel para o Estado.

O estudo do processo de comercialização que se registra entre o Rio Grande do Sul e o resto do mundo foi elaborado com base nas informações de exportações autorizadas durante os primeiros dez meses dos anos de 1974 e 1975. Desta forma, se quer elucidar que não se está tratando do processo de comercialização externa na íntegra, já que, para tanto, dever-se-ia tratar também de exportações por vias internas, que, somadas ao consumo e às exportações efetuadas para o exterior, permitiriam conhecer a oferta global do Estado e das importações efetivadas. Na realidade, os informes disponíveis permitem, apenas, a ponderação do desempenho da oferta dos bens gerados no Estado tendo como destino outros países.

As exportações do Rio Grande do Sul em 1975, tendo como unidade padrão o dólar, revelam, no período estudado, um acréscimo de 38% sobre o igual conjunto mensal de 1974. Tal acréscimo, porém, não está equitativamente distribuído na pauta de exportações, verificando-se, em consequência, entre estes dois anos, uma leve mudança da estrutura.

No que se refere a grandes grupos, o maior acréscimo do montante exportado em dólares está entre os produtos manufaturados, cuja exportação em 1975 foi superior em mais de 90% a que havia sido autorizada em 1974. Assim, tais produtos, que participavam com 16% do valor das exportações autorizadas, atingem em 1975 a 22% influenciando de modo significativo para o fenômeno da exportação de óleo de soja, inexistente em 1974.

Os produtos de origem vegetal, significativos de mais de dois terços (70,65%) do valor das exportações autorizadas, assinalam no ano de 1975 um crescimento de 43% sobre o período imediatamente anterior, merecendo destaque especial a soja, responsável por mais de 50% do valor das exportações (57,7% em 1975) e apresentando um incremento sobre as exportações autorizadas em 1974 de 52%.

O único grupo que registra decréscimo do valor exportado em 1975, quando comparado com o de 1974, é o constituído pelos produtos de origem animal, cujo impacto no montante exportado é pequeno, dada sua representatividade (6,8%). Dentre este grupo, apenas "couros e peles" e "outros produtos de origem animal" assinalam acréscimos.

Retornando ao que se observou com o comércio de um modo geral, especialmente seu desempenho em Porto Alegre; e as exportações, tem-se que na realidade o observado no ICM espelha o ocorrido com esse subsetor, e o subsetor, por seu turno, reflete o que se pode verificar pela análise dos setores primário e secundário.

Concluindo, observa-se que todo o estudo autoriza a assertiva de que o desempenho da economia rio-grandense, de um modo geral, em 1975, foi bastante favorável e ainda que seu índice de crescimento econômico deve estar situado entre os melhores que até agora foram assinalados na década de 70.

Atuação do Setor Público

Os programas governamentais de Comércio visam a desenvolver estudos, pesquisas e análises de mercado e à promoção da comercialização de nossos produtos no mercado interno e externo.

Dentre as atividades desenvolvidas pela SIC com vistas a promover o comércio interno destacam-se:

- anteprojeto para a implantação das Unidades Regionais de Comercialização no Estado, que darão apoio efetivo ao melhor escoamento dos produtos;
- estudo elaborado para o FECOLAN, sobre a produção e comercialização de lã no Estado, através de pesquisa direta nas empresas que consomem a matéria-prima;
- mercado de tratores, abrangendo 12 municípios.

Através da Junta Intersetorial da Soja, o Conselho de Desenvolvimento da Comercialização analisou diversos problemas relativos à comercialização da soja e atendeu a 55 solicitações por parte dos empresários sobre comércio interno.

Na área de Comércio Externo, a Secretaria da Indústria e Comércio - SIC teve por objetivo maior o aprimoramento dos canais de comercialização, levantando informações sobre o mercado para determinar novas alternativas para a exportação dos produtos gaúchos, além de procurar colocar tais produtos no exterior em situação competitiva.

Dentre as tarefas realizadas com esse objetivo destacam-se:

- elaboração de um programa que será efetuado em 1976, objetivando a interiorização e o incremento das exportações;

- reivindicação de incentivo para a exportação de carne suína;
- estudo sobre o Balanço de Pagamentos;
- anteprojeto para desenvolvimento do setor de pedras semi-preciosas, dando ênfase à necessidade de mão-de-obra especializada na lapidação;
- levantamento das exportações brasileiras e gaúchas de carnes, fumo, lã, calçados, madeira, peles e couros;
- trabalho sobre os mecanismos de funcionamento da ALALC bem como participação de produtos brasileiros e gaúchos neste mercado.

Ainda no setor Comércio, a Secretaria da Indústria e Comércio tem atendido à divulgação de oportunidades comerciais, expedindo 751 ofícios, indicando fontes externas interessadas nos produtos gaúchos.

Outra atuação no setor de comercialização que merece ser mencionada é a da PROGASA.

Neste ano o processo de comercialização da safra de cebola se caracterizou por um escoamento mais rápido do que o usual. A empresa, apesar das condições adversas em que operou, ocasionadas principalmente pela concorrência em desvantagem que é forçada a enfrentar com os chamados "atravessadores", logrou comercializar, com bons resultados, mais ou menos 3.000.000 de quilos de cebola.

No apoio à comercialização da carne a atuação do Instituto Sul-Riograndense de Carnes se faz através de levantamentos sobre estocagem de carnes, preços do mercado interno e a promoção de um simpósio estadual de Carne e Lã.

Das metas alcançadas, destaca-se o levantamento da capacidade de estocagem frigorificada no setor de carnes bovinas, suínas, ovinas, eqüinas e de aves no Estado, totalizando o tabulado em 49.000 toneladas/ano. O citado levantamento, como outros informes, está contido em boletins estatísticos distribuídos mensalmente, bem como boletins informativos de orientação comercial de preços.

Visando a uma informática imediata, foi executada coleta de dados estatísticos sobre os preços do mercado interno, compreendendo a Grande Porto Alegre e o mercado regional. Cotados também os valores das exportações dos diversos tipos de carnes e miudezas para vendas FOB pelo porto de Rio Grande.

Na busca de melhores situações para a Agropecuária e seus problemas econômicos-comerciais, o Instituto, juntamente com a Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado, promoveu o Simpósio Estadual da Carne e Lã. No decorrer dos dias 19 a 23 de novembro próximo passado, foram então discutidos aspectos importantes do setor, com destaque para uma das grandes metas alcançadas – a equiparação de ICM da carne bovina e ovina.

TURISMO

O Turismo é uma atividade que abre amplas perspectivas para o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul, pois sendo um setor que poderá gerar significativo acréscimo de empregos, também contribuirá para melhor saúde da população através da recreação, bem como incentivará o desenvolvimento cultural tendo em vista a natural curiosidade dos turistas estrangeiros e de outros Estados em conhecer as tradições gaúchas.

Em face das amplas possibilidades que esta atividade sugere, uma série de medidas vêm sendo coordenadas e postas em execução, buscando a posição de destaque que o Estado merece, considerando as condições peculiares de topografia, clima, origem cultural e localização.

Salienta-se o fato do Rio Grande do Sul estar localizado no centro dos deslocamentos que se realizam entre os dois grandes pólos da América do Sul: cariocas e paulistas que descem em busca de um clima mais ameno e, em sentido contrário, argentinos e uruguaiois que sobem buscando conhecer São Paulo, Rio de Janeiro e atrações peculiares de outros Estados da Federação.

Por conseguinte, há necessidade de melhor aparelhar toda a infra-estrutura no setor turístico, buscando principalmente atrair o retorno do turista que transitou pelo Estado bem como daquele que tinha escolhido as acomodações locais para o lazer.

Uma das medidas que desenvolverão mais rapidamente o turismo gaúcho é a integração dos roteiros turísticos do Estado aos dos estados sulinos e aos dos países vizinhos, uma vez que a extensão territorial destes "blocos turísticos" é razoável para estimular o turista que geralmente gosta de percorrer vários países e estados em cada viagem turística.

As atividades de apoio ao desenvolvimento turístico no Estado contaram com a realização de estudos referentes:

– à comercialização de parques e "campings" estatais, visando a obter o correspondente retorno dos investimentos aplicados, bem como sua manutenção;

– à incrementação do turismo nas épocas de baixa temporada, com a finalidade de eliminar a ociosidade da estrutura turística da Região Sul em geral, salientando-se o projeto comunicação-76, que objetiva a realização em Caxias do Sul da I Feira de Exposição de Material de Comunicação;

– ao Plano Global das Missões e de viabilidade econômica da FEARTE S/A – turismo e empreendimentos, que tiveram realizados os escopos de trabalho e os primeiros levantamentos de dados;

– à obtenção do perfil do turista, através de levantamentos realizados pelos centros de informações.

Os projetos elaborados ou em fase de elaboração englobam: o Projeto Cultura, a ser realizado nas ruínas de São Miguel; o Projeto Turismo Jovem, que visa a usar os meios de alojamento extra-hoteleiros e o Projeto Fazenda-Modelo, que pretende a organização-motel com todas as peculiaridades da vida gaúcha, permitindo a participação ativa do turista.

As demais atividades realizadas como apoio ao desenvolvimento turístico foram:

- a publicação de vários trabalhos, tais como: Monografia das Missões; Manual do Campista; Subsídios para Investir em Turismo no Rio Grande do Sul; Rio Grande do Sul Turístico 75/76; Consolidação de Estudos e Projetos; Roteiros Turísticos a serem divulgados através dos Centros de Informação;
- o levantamento das Agências de Turismo da Capital, buscando a organização de um cadastro;
- a elaboração do plano de curso para recepcionistas;
- a conclusão do zoneamento turístico do Estado em 7 zonas, a saber: Zona do Litoral (Costa do Sol, Zona Sul); Zona da Serra (Uva e Vinho, Campos de Cima da Serra; Hortência); Zona Metropolitana (Vale do Rio Pardo, Vale do Alto Taquari, Grande Porto Alegre); Zona do Alto Uruguai (Estâncias Hidrominerais Colonial); Zona das Missões; Zona do Centro (Vale do Jaguari, Vale do Jacuí); Zona da Fronteira (Campanha, Fronteira-Oeste);

– projeto completo para o pórtico do Parque da Guarita de Torres, compreendendo os seguintes elementos:

- administração;
- local de exposição artesanais;
- bilheteria;
- sanitários;
- depósitos;



- projeto completo de ampliação do Camping de São Lourenço, com os seguintes elementos:

- área coberta para sombra com 96.000 m²;
- duas baterias de sanitários para ambos os sexos com um total de 8 chuveiros, 10 vasos sanitários, 8 lavatórios, 8 lava-pratos, 8 tanques e 4 mitórios;
- área para jogos infantis;
- duas quadras para esportes;
- torneiras e chuveiros ao ar livre;

No que se refere à área de empreendimentos, que compreende todos os investimentos realizados pelo sistema na execução de vários projetos programados para o exercício, foram executados os seguintes projetos:

- projeto completo para o Terminal Turístico de Tramandaí, compreendendo um total de 1.872,00 m² de áreas cobertas e projeto completo para o Terminal Turístico de Cidreira, compreendendo um total de 1.872,00 m² de áreas cobertas, ambos com os seguintes elementos:

- áreas de sombra;
- estacionamento de ônibus;
- prédio de administração, ambulatório e local para funcionários da Companhia Rio-grandense de Turismo - CR-TUR;
- quiosques para vendas de frutas, bebidas, etc.;
- áreas para jogos infantis;
- áreas para esportes;

- instalação elétrica subterrânea com colocação de postes para iluminação da área e tomadas para atendimento das barracas;
- churrasqueiras individuais e cobertura com sapé da churrasqueira coletiva existente;
- projeto das instalações do pátio do artesanato na exposição de Esteio;
- projeto para o Stand do "Roteiro Integrado" no Congresso da ABAV;
- projeto para o "Rincão Gaúcho" no Congresso da ASTA no Rio de Janeiro;
- projeto de sanitários pré-fabricados em fibra de vidro para instalação temporária em campings, exposições, etc.;
- projeto completo para Camping de Pelotas;
- projeto completo para um Camping em Vacaria, com sanitários para ambos os sexos, rede elétrica geral, instalação hidro-sanitária, estacionamento e pórtico com administração;
- projeto completo para um "camping" em Torres, com sanitários para ambos os sexos, administração, áreas de sombra, minimercado, restaurante, estacionamento, rede geral de instalação elétrica e hidro-sanitária, zona de jogos infantis e churrasqueiras.

As obras executadas em geral e em execução foram:

- Belvedere do Sonda (obra concluída), compreendendo 226.00m² de área coberta com instalações de bar, sanitários, cozinha e lojinha de "souvenirs";
- Parque de Bento (obras em fase final de conclusão);
- Camping de São Lourenço - em execução as baterias sanitárias, rede elétrica geral, rede hidráulica, área de sombra e churrasqueiras;
- Terminal Turístico de Tramandaí - em execução os módulos de sombra, o módulo central do bar e os quiosques para venda de frutas;

- Terminal Turístico de Cidreira – em fase de terraplenagem;
- Balneário Vicente Dutra – está concluída a 3ª etapa de acordo com o previsto. Agora aguardando liberação dos equipamentos e móveis para funcionamento imediato;
- Balneário Osvaldo Cruz (Iraí) – obra em andamento;
- instalações da Secretaria de Turismo – (obra concluída). Consta da instalação de painéis divisórios, remanejamento da rede elétrica, telefônica, hidráulica e ar condicionado, pintura geral e decoração de vários ambientes;
- Camping de Vacaria – executadas 6 baterias de sanitários para ambos os sexos, rede geral de instalação elétrica e hidráulica;
- execução do Stand do "Roteiro Integrado" para o Congresso da "ABAV";
- execução do Stand do Rio Grande do Sul no Congresso da "ASTA" no Rio de Janeiro;
- Belvedere da Serra do Umbu – obras de terraplenagem concluídas, estando agora em execução o reservatório;
- Stand para o Parque de Exposições da Festa da Uva.

Na promoção e fomento das atividades turísticas a Secretaria de Turismo e a CR-TUR estimularam a realização e colaboraram na efetivação da quase totalidade dos eventos de interesse turístico, ocorridos durante o exercício de 1975.

Esta colaboração se concretizou, principalmente, através da elaboração de calendários, folhetos, cartazes, bem como pela assessoria, informações e serviço de recepção prestados pelos órgãos mencionados acima.

Do material promocional executado, salientam-se:

- Revista do Rio Grande do Sul, em Inglês;
- Calendário de Eventos das Quatro Estações;
- Calendário de Eventos Anual;

- Folheto Trilíngue (Português, Espanhol e Inglês);
- Adesivo "Leve o Rio Grande do Sul no Coração";
- Folhetos sobre os oito principais roteiros turísticos do RS.

A Secretaria de Turismo participou em mais de meia centena de eventos, dos quais se destacam:

- Campanhas de Arborização do Litoral;
- Festa Nacional da Uva;
- Festa Nacional do Vinho;
- X FENAC;
- XXXVIII Exposição Estadual de Animais;
- III Congresso Brasileiro de Agentes de Viagens (Sogipa, P. Alegre);
- II Congresso Nacional de Universitários de Relações Públicas (Caxias do Sul);
- IV FEARTE (Gramado);
- Congresso da ASTA. (no Rio de Janeiro).

Á R E A D E I N F R A - E S T R U T U R A

INTRODUÇÃO

Nesta área incluem-se importantes setores, destacando-se Transportes, Energia, Mineração e Telecomunicações, os quais necessitam estar perfeitamente articulados entre si e com os demais setores para que se possa atingir o desenvolvimento e a integração sócio-político-econômica a nível estadual e nacional. Salienta-se, ainda, nesta área, a execução dos programas de Armazenagem, Habitação e de Desenvolvimento Urbano e Regional.

TRANSPORTES

Rodoviário

Como principal órgão executor da política dos transportes rodoviários no Estado, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem procurou, durante o ano, dar prosseguimento à implantação da infra-estrutura rodoviária básica indispensável à melhor integração intermodal e ao escoamento da produção agrícola.

Neste sentido as principais realizações concentram-se na melhoria, ampliação e manutenção da rede rodoviária, principalmente dos acessos às grandes troncais convergentes aos entroncamentos rodo-ferro-hidroviários.

Os resultados globais alcançados foram os seguintes:

- Implantação de rodovias - 379,4 km;
- Pavimentação - 226,7 km;
- Repavimentação - 12,27 km;
- Obras de Arte (pontes) - 1522,2 m;
- Conservação permanente de 9.135 km de rodovias.

A realização destas metas exigiu da autarquia um montante de investimentos na ordem de Cr\$ 562.976.000,00.

Obras realizadas em 1975:

- RS/1 - Porto Alegre - S. José do Norte (RS T 101). Implantados 12 km e construída ponte sobre a sanga das Traíras, 10,30 m no trecho Palmares-Mostardas-São José do Norte.
- RS/2 - Porto Alegre - Passo de Santa Vitória (RS/110). Implantados 6 km no trecho Rio das Antas-Alziro Ramos.
- RS/3 - Porto Alegre - Alegrete (RS/240), (RST/377 - 481). Implantados 8 km e pavimentados 35 km no trecho Sta. Maria - S. Vicente (RST 453)

- RS/4 – São Leopoldo – Passo do Domingues (RS/122), Implantados 8,50 km e repavimentados 11,27 km no trecho Rincão do Cascalho – São Sebastião do Caí.
- RS/5 – Rincão do Cascalho – Iraí (RS/240), (RS/324). Repavimentado 1 km no trecho Passo Fundo-Marau (RS/324) e implantados 10 km no trecho Rincão do Cascalho – Montenegro (RS/240).
- RS/7 – Pelotas – Passo do Irani (RS/135), Implantados 3,50 km e pavimentados 20,50 km no trecho Passo Fundo – Getúlio Vargas e acesso a Sertão.
- RS/8 – Pelotas-Garruchos (RS/168), Implantado 1 km e pavimentados 43,30 km no trecho Jaguari – Santiago (RST/453) e construídas as seguintes pontes:
 – Sobre o Rio Jaguari – 309 m.
 – Sobre o Arroio Tigre – 109 m.
 – Sobre o Rio Rosário – 180 m.
- RS/10 – Arambaré – Duque de Caxias. Construída a ponte sobre o Arroio Sta. Tereza, 53 m no trecho Três de Maio – Ijuí.
- RS/11 – São Bernardo – Serrilhada.
 Implantados 8,64 km e construída a ponte sobre o Arroio Castelhana, 100,60 m no trecho Lajeado – V. Aires.
 Implantados 9,10 km e pavimentados 17,53 km no trecho Muçum – Cruzeiro do Sul.
- RS/12 – Passo do Barracão – Porto Xavier (RS/210).
 Implantados 60 km no trecho Sarandi – Sta. Rosa.
- RS/15 – S. Ângelo – Porto Mauá (RS/344).
 Implantados 8,70 km e pavimentados 18,70 km no trecho Sto. Ângelo – Giruá.
- RS/17 – Vista Alegre – Tramandaí (RS/030).
 Implantados 11 km no trecho Osório-Tramandaí.
- RS/18 – Três Portos – Parque do Itapoã (RS/118).
 Implantados 14 km no trecho Sapucaia – Gravataí e 12 km no trecho Gravataí – Viamão.
- RS/19 – Rincão do Cascalho – Maquiné (RS/239), (RS/484).
 Implantados 24 km.
- RS/23 – Nova Petrópolis – Passo da Cadeia (RS/235).
 Implantados 5 km e pavimentados 2 km.
- RS/24 – Bom Princípio – Nova Palmeira (RS/452).
 Implantados 6 km.
- RS/25 – Estrela – Taimbezinho (RS/427), (RS/470)
 Pavimentados 6 km e construídas pontes sobre Arroio Marrecas, 36 km e sobre Arroio Biriva, 36 m no trecho Tamandaré – Farroupilha.
- RS/27 – São Marcos – Marcelino Ramos (RS/129).
 Implantados 6 km no trecho Guaporé-Casca.
 Implantados 250 km e pavimentados 0,50 km no trevo de Estrela.

- RS/28 - Caxias - André da Rocha (RS/122).
Implantados 0,61 km e pavimentados 6,50 km no trecho Caxias - Flores da Cunha.
- RS/34 - Portão (RS/99);(RS/12);(Quatro Irmãos),(RS/473).
Implantados e pavimentados 4,30 km no trecho Getúlio Vargas - Estação Getúlio Vargas.
- RS/42 - BR/386 - RS/6 (RS/223).
Implantados 11 km e construídas as pontes sobre o Arroio Pulador (53 m) e sobre o arroio Grande II (80 m), no trecho Ibirubá - BR/377.
- RS/45 - Nova Prata - Marau (RS/324).
Implantados 2 km no trecho Nova Prata - Nova Araçá.
- RS/46 - BR/158 - Itaqui (RS/531);(RST/453).
Implantados 19 km no trecho Santiago-Arroio Iguariaçá e construídos as seguintes pontes:
- sobre o Arroio Iguariaçá - 53 m;
- sobre a Linha da RFFSA - 61,2 m;
- sobre o Arroio Caixa D'Água - 30,94 m.
- RS/49 - Palmeiras das Missões - São Borja (RS/176), (RS/537). (RST/453).
Implantados 20 km e pavimentados 26 km no trecho Iguariaçá - São Borja, construída ponte sobre o Arroio Caraguataí.
- RS/50 - Ijuí - Porto Soberbo (RS/155);(RST/468).
Implantados 20 km no trecho Ijuí - Três Passos.
- RS/56 - BR/290 (Jeriguá) - RS/3;(RS/640).
Implantados 11 km e construídas pontes sobre a Várzea do Rio Ibucuí (75,40 m) e sobre a Linha da RFFSA (28 m), no trecho Cacequi - BR/290.
- RS/62 - Passo das Carretas - Santa Maria (BR/392).
Construído viaduto do Acesso a S. Sepé, 39,
- RS/63 - Boçoroca - Passo do Isidoro (RS/168).
Implantados 4,80 km no acesso à ponte e construída ponte sobre o Rio Piratini, 180 m
- RS/71 - Faxinal do Soturno (RS/149).
Implantados 2 km.
- RS/85 - Barra do Ribeiro - Barão do Triunfo (RS/709);
Implantados 0,50 km no trecho Barra do Ribeiro - BR/116.
- RS/95 - Muçum - Dois Lajeados, (RS/129)
Implantados 6 km.
- RS/99 - Taquari - Barracão (RS/470)
Implantados e pavimentados 0,40 km no trecho São Vendelino - Adolorata.
Implantados 14,40 km e pavimentados 18 km no trecho Veranópolis - Nova Prata.
Implantados 9 km no trecho Montenegro - C Barbosa.
- RS/103 - Barra do Ouro - RS/23;(RS/484).
Implantados 0,50 km.

- RS/105 – BR/290 – São Jerônimo (RS/401);
Implantados 4 km no trecho Charqueadas – São Jerônimo e
13,50 km no trecho BR/290 – S. Jerônimo.
- EP – Minas do Camaquã – BR/153 (RS/625)
Implantados 3 km.
- EP – Tramandaí – Quintão (RS/786)
Implantados 4,5 km no trecho Quintão-Pinhal e 13 km no
trecho Cidreira-Tramandaí.

Substituição de Pontes de Pequeno Porte:

- construídas pequenas pontes na rede do DAER, totalizando
34,80 m.

No que concerne às estradas alimentadoras, a anexação da atividade de construção de estradas coloniais da Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura, da Secretaria da Agricultura, à Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, trouxe bons resultados. Esta união de esforços, cujo objetivo foi de dotar as zonas de produção do Estado de uma boa rede de estradas e otimizar a utilização das estradas-troncos, fez com que fossem alcançadas as seguintes metas:

- construção de 294,7 km;
- ensaibramento de 197 km;
- conservação de 145 km;
- construção de 5.618 m de bueiros;
- construção de pontes de concreto: 15 obras concluídas com extensão de 351,1 m e 26 obras em andamento com extensão de 1.153,7 m;
- elaborados 67 projetos de obras de arte;
- fiscalização da construção de 76 pontes que receberam auxílio por decreto estadual.

Por último, destaca-se o esforço do Estado em equipar esta Companhia, pois no decorrer do exercício em questão, foram adquiridos máquinas e implementos rodoviários que montaram a Cr\$ 75.000.000,00.

Hidroviário

O transporte hidroviário recebeu especial atenção durante o ano de 1975, no sentido de criar condições para um maior uso desta modalidade, que permite o transporte de um maior volume de carga a longas distâncias, com um menor consumo de combustível.

Com recursos próprios, ou com recursos federais provenientes do Fundo de Melhoramentos de Portos e do Fundo Portuário Nacional, ou ainda com recursos de convênio com o DNPVN, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais desenvolve suas atividades buscando ampliar, melhorar e reaparelhar as instalações portuárias e as condições de navegabilidade das hidrovias, visando a uma maior integração intermodal.

Assim, durante o exercício, as realizações do DEPRC foram as seguintes:

Acompanhamento de Obras e Projetos:

- entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário de Estrela, objeto de convênio com o Governo Federal, através do DNPVN, estando em construção o cais de carga geral e granel e o Porto de carga local;
- construção da Barragem de Bom Retiro do Sul, também objeto de convênio com o Governo Federal, através do DNPVN;
- entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário do Rio Jacuí, estando o projeto em elaboração pela empresa Montreal Engenharia S/A;
- estudo e projeto para um Pier Petroleiro, em Rio Grande, para navios de grande porte;
- acompanhamento de um estudo para o Terminal de Granéis líquidos no Porto Novo de Rio Grande.

- Porto de Rio Grande:

Foram realizadas as seguintes obras, no Porto Novo:

- instalação de uma torre de concreto armado, com três luminárias junto ao Armazém A-1 e 8 refletores orientáveis nos tripers e cabines de comando;
- colocação de meios-fios de granito e tela de arame na zona de expansão do porto, pavimentação de passeios e fechamento de parte da área portuária com tela de arame e poste de concreto armado;
- construção de 8 prédios de alvenaria no interior dos armazéns e colocação de calhas pluviais em 10 armazéns, bem como a construção da rede de hidrantes para incêndio e rede de esgotos, dos poços dos elevadores e caixa de inspeção em 2 armazéns;

- construção da 2ª etapa da rede de drenagem na área de expansão do porto.

O movimento geral de mercadorias no Porto de Rio Grande foi de 7.191.524 toneladas, representando um acréscimo de 26% sobre o movimento de 1974.

- Porto de Porto Alegre:

Durante o exercício de 1975, no Porto de Porto Alegre foram concluídas as seguintes obras:

- instalação da nova rede elétrica em baixa tensão nos Armazéns D1, D2 e D4, bem como da Subestação abaixadora de tensão no Entrepasto Frigorífico;
- construção de cabine para Fiel, no armazém D2, Sanitários e Vestiários para o pessoal da Capatazia;
- construção de nova rede de esgotos pluvial no Cais da Mauá, bem como reparação de pavimentos e reconstrução de linhas férreas no referido Cais;
- No Cais Navegantes foram concluídas:
 - construção de linhas férreas, pavimentação e repavimentação de áreas do cais, construção de nova rede de água potável, construção da Estação de Pesagem e instalação de duas balanças, uma rodoviária e outra ferroviária, com capacidade para 100 toneladas cada uma;
 - aquisição de 6 empilhadeiras com maior capacidade de carga, com vistas a atender ao crescente movimento de cargas no Porto de Porto Alegre.

O movimento de mercadorias no Porto de Porto Alegre foi de 5.117.262 toneladas.

- Porto de Pelotas

No Porto de Pelotas, cujo movimento de mercadorias foi de 233.113 toneladas, destacam-se a dragagem do canal da Barra do São Gonçalo.

- Administração de Vias Fluviais

O serviço de hidrologia manteve em funcionamento 162 estações de observação para a obtenção de fluvio-gramas. No que toca a estudos e projetos, foi dado prosseguimento aos levantamentos topohidrográficos.

Na manutenção e modernização do balizamento dos rios Jacuí e Taquari, foi realizado:

bóias novas colocadas	-	257
bóias recolocadas	-	108
sinais novos colocados	-	267
sinais recolocados	-	126

Visando a aumentar a eficiência da sinalização para a navegação interior, foram confeccionadas bóias de fibra de vidro dotadas de refletores para radar, o que se constituiu em inovação.

As oficinas localizadas em Triunfo, apresentaram grande atividade na manutenção do equipamento que é constituído por sete dragas, uma derrocadeira, quatorze lanchas rebocadoras, doze batelões, três barcas de travessia de São Jerônimo e Cachoeirinha e quatro lanchas.

Cabe ainda destacar os encargos decorrentes dos Serviços prestados pelos portos fluviais de Mariante e Rio Pardo.

As operações de dragagem alcançaram um volume de 341.316 m³ realizadas no Jacuí, Taquari e Guaíba. O derrocamento atingiu um total de 98.317 m³

- Administração dos Serviços Delegados

No setor de levantamentos, sondagens, estudos e projetos foram realizadas as seguintes atividades:

- levantamentos ecobatimétricos nos canais dos rios Guaíba, Gravataí, trecho da Lagoa dos Patos e em toda extensão do canal de São Gonçalo;
- sondagens na 4^a Secção da Barra, nos canais de acesso e na bacia do Porto Novo, em Rio Grande;
- levantamentos topo-hidrográficos na barragem eclusada do canal de São Gonçalo, em Pelotas;
- projetos para execução de obras e serviços, nas oficinas de Porto Alegre.

No setor de dragagem foram realizados pela ASD, 1.227.928,2 m³ de material dragado, além de aterros realizados junto ao Rio Guaíba.

As oficinas da ASD, além de prestarem total assistência aos reparos de manutenção e conservação do sistema de balizamento das hidrovias do Estado, executaram as seguintes tarefas:

- reparação, reforma e conservação de máquinas e motores dos rebocadores, lanchas, dragas, batelões e cábrea;
- confecção de flutuantes de aço e montagem de canarias nos mesmos, para os serviços de descarga das dragas de sucção;
- conclusão das obras de reforma geral do Rebocador Caxias e da lancha empurradeira Giat-2.300.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos pela ASD:

- um motor hidráulico para guincho de lança da draga Governador Triches;
- um motor diesel marítimo, reversão, caixa de redução, implementos, hélices e painel de comando para a lancha Teles de Miranda;
- um motor diesel estacionário, para a draga Eng. Antônio Pradel;
- um compressor estacionário acionado por motor elétrico de indução, destinado à pedreira do Capão do Leão.

No exercício, foi concluído, mobiliado e dotado de todo o equipamento necessário, o edifício-sede da Administração dos Serviços Delegados.

Aeroviário

As obras realizadas pelo Departamento Aeroviário do Estado tiveram como objetivo dotar o Estado de uma melhor infraestrutura aeroportuária, através da construção, ampliação e pavimentação de pistas de pouso, acessos a pátios de estacionamento, bem como urbanização e construção de estações e hangares dos aeroportos localizados nos municípios a seguir especificados:

- | | |
|----------------------|--|
| Garibaldi | - Pavimentação asfáltica da pista de pouso numa superfície de 42.000 m ² . |
| Caxias do Sul | - Complementação da pavimentação asfáltica da pista de pouso, com um volume de 6.000 m ³ de macadame betuminoso. |
| Frederico Westphalen | - Ampliação da pista de pouso compreendendo: <ul style="list-style-type: none"> - Ensaibramento da pista e pátio 7.832 m² |

- Regularização da pista	96.400 m ²
- Terraplenagem	930 m ³
- Recuperação da cerca	850 m
- Balizamento diurno.	

Nova Prata – Complementação da ampliação da pista de pouso compreendendo:

- Terraplenagem	24.584 m ³
- Ensaibramento	18.437 m ³
- Enleivamento	6.587 m ²
- Boeiros	184 m

Três Passos – Complementação da ampliação da pista de pouso compreendendo:

- Ensaibramento	10.113 m ³
- Terraplenagem	800 m ³
- Cercamento	1.220 m
- Boeiros	216 m
- Enleivamento	450 m ²

Vacaria – Início da retificação do perfil longitudinal da pista de pouso compreendendo:

- Limpeza da Vegetação	101.032 m ²
- Terraplenagem	18.938 m ³
- Cercamento	615 m

Canela – Início de ampliação da pista de pouso compreendendo:

- Ceifamento	73.200 m ²
- Terraplenagem	22.422 m ³
- Cercamento	300 m
- Destocamento	3.860 m ²
- Drenagem	60 m

Lagoa Vermelha – Início de restauração da pista de pouso compreendendo:

- Terraplenagem	6.630 m ³
- Regularização da pista	93.300 m ²

Além destas obras, realizaram-se outros serviços de conservação. (ceifamento, marcações, pinturas, etc.) nos aeroportos dos Municípios de Carazinho, Livramento, Dom Pedrito, Passo Fundo, Rio Grande, São Gabriel, Sarandi, Torres, Cruz Alta, Santo Ângelo, Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul.



ARMAZENAGEM

Através da Companhia Estadual de Silos e Armazéns procurou-se ampliar e melhor adequar a rede operacional de silos e armazéns, de forma a poder atender em boas condições técnicas, uma parcela significativa da produção, apoiada nas seguintes diretrizes:

- concentração da oferta (grandes capacidades), situando-as estrategicamente em zonas de convergência da produção em função dos troncais rodó-ferro-hidroviários e pólos de captação, tendo por fim regular o nível da demanda regional e ao mesmo tempo escalonar os fluxos direcionais de escoamento.
- aumento da operacionalidade nos portos através da implantação de unidades terminais e reguladoras de grande porte e alta cadência funcional, como meio de suporte às pressões dos fluxos originados pela rede coletora.

Neste sentido, foram os seguintes os resultados alcançados:

- conclusão da construção do Silo de São Luiz Gonzaga, 40.000t estáticas. (Células de estocagem - 53.330 m³; obras complementares - 2.100 m²; totalmente equipado);
- conclusão da ampliação do Silo de Santo Ângelo em mais 17.000t estáticas. (Células de estocagem - 22.666 m³, conjugado funcionalmente à unidade antiga de 10.000t);
- conclusão da ampliação do Silo de Ibirubá em mais 17.000t estáticas. (Células de estocagem - 22.666 m³; conjugado funcionalmente à unidade antiga de 10.000t);

- conclusão da construção do Granelheiro de Camaquã- 22.000t estáticas. (Compartimentos de estocagem – 29.333 m³; obras complementares – 372m²; totalmente equipado; adequação do armazém convencional de 8.000t);
- conclusão da construção da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul para 3.500t. (Câmaras frigoríficas – 12.000 m³; obras complementares – 776 m²; totalmente equipado);
- ampliação da capacidade da dinâmica operacional do Silo Portuário de Rio Grande. (Capacidade de carregamento de navios 1.00t/h; capacidade de recebimento rodo-ferro-hidroviário – 700t/h; instalação de balança ferroviária; adaptação e melhorias dos pontões flutuantes);
- ampliação da capacidade de carregamento de embarcações fluviais no Silo intermediário de Cachoeira do Sul. (Capacidade de carregamento de barcos – 300t/h);
- melhorias operacionais na rede de silo e armazens, tais como: conclusão do aterro da Doca nº 6 (futura ampliação do Silo Portuário de Porto Alegre); conclusão das instalações de quatro conjuntos de limpeza/seagem (Cachoeira do Sul, Santa Rosa, Erexim, Dom Pedrito); conclusão da instalação de três balanças rodoviárias (Dom Pedrito, Getúlio Vargas e Canguçu); conclusão das instalações de balança ferroviária no Silo de Porto Alegre; manutenção e conservação geral da rede; instalação do Laboratório de Controle de Qualidade em Rio Grande;
- conclusão da instalação da rede de radiocomunicações entre a rede e sede administrativa;
- conclusão dos estudos preliminares para fins de implantação do sistema de computação eletrônica no controle contábel/operacional da rede;
- elaboração de diversos projetos técnico-econômicos visando a futuras ampliações;
- participação e assessoramento junto à CIBRAZEM, objetivando a instituição do Programa Nacional de Armazém – PRONAZEM;

- assessoramento a várias Companhias co-irmãs instaladas em outros Estados;
- Movimentação de 1,5 milhões de toneladas de grãos (soja, trigo, arroz, sorgo, etc.), além de significativa contribuição na estocagem frigorífica de carnes, frutas e produtos industrializados pela entrada em funcionamento da Unidade Frigorífica Polivalente instalada em Caxias do Sul.

ENERGIA

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, concessionária dos serviços de Energia Elétrica no Estado, atendendo atualmente 98% da energia distribuída, 92% em termos de municípios ligados e 95% de área coberta por seus sistemas de transmissão e distribuição, desenvolveu suas atividades objetivando dotar o Estado de indispensável suporte ao desenvolvimento, através de um criterioso planejamento que, em termos de Sistemas Elétricos de Potência, transcende os aspectos estaduais para integrar-se no âmbito nacional.

Em fins de 1975, a CEEE atendia diretamente 203 sedes municipais e 2.129 distritos, vilas e povoados. Além disso, entregava energia em grosso a revendedores (outras concessionárias, prefeituras e cooperativas) que a distribuíam em 22 sedes municipais e 28 localidades, perfazendo um total de 225 sedes municipais e 2.157 localidades servidas direta ou indiretamente. No exercício, registram-se 420 novas ligações, elevando o número de consumidores para 886.577 (não incluídos os servidos indiretamente, através das revendedoras).

O mercado próprio da CEEE apresentou uma elevada taxa de crescimento de 14,3%, destacando-se o mercado industrial, que alcançou um crescimento de 17,7% e o rural (aqui representado pelas Cooperativas de Eletrificação Rural) com 28,9%.

O número de consumidores residenciais cresceu em 9,7%, atingindo 754.922 consumidores no fim de 1975.

A produção de energia teve um aumento de 22,7% sendo que a geração hidroelétrica apresentou um aumento de 25,7% e a termoelétrica 8,4%, enquanto a compra de energia apresentou uma redução global de 3,6%, ocorrendo em 1975 o cancelamento das compras de energia da Companhia Pelotense e da Petrobrás. Os resultados referentes à produção da compra de energia, acima apresentados, decorreram de uma correta e adequada política de operação interligada aos sistemas da Região

Sul, de condições de hidraulicidade favoráveis, bem como de paralisação das termoelétricas a óleo (Nutepe, Piráquê e Grupo Diesels) visando a restringir o consumo de combustíveis derivados do petróleo.

As obras realizadas durante o exercício foram as seguintes:

Geração de Energia

- Usina Hidroelétrica de Itaúba

Terceiro aproveitamento hidroelétrico do rio Jacuí, com 4 unidades de 125 MW encontra-se em fase de construção, com a primeira unidade prevista para operar em janeiro de 1978.

Ao término do ano de 1975, encontravam-se concluídas a galeria de desvio do rio, as ensecadeiras da barragem, as obras civis da tomada d'água e as bases dos condutos forçados em execução, o tratamento das fundações da barragem, o revestimento de concreto da parte embutida dos condutos forçados, o vertedouro e a concretagem de parte das fundações da casa de força, tendo sido iniciada a montagem dos condutos forçados.

Grande parte dos equipamentos eletro-mecânicos encontra-se contratado, podendo-se destacar as turbinas, os geradores, os barramentos brindados, comportas diversas, condutos forçados, stoplogs, estruturas de subestação, disjuntores e chaves seccionadoras.

Em termos de obras civis em 1975 tivemos:

Escavações	665.000 m ³
Aterros	241.000 m ³
Concreto	66.000 m ³

- Usina Termelétrica Presidente Médici

Fase "A"

A fase "A" da UTE Presidente Médici, instalada na região carbonífera da Candiota, município de Bagé, compreende duas unidades geradoras de 66 MW, cada uma, já em operação, tendo sido realizados, no exercício de 1975, alguns trabalhos de acabamento e reformas na caldeira de um dos grupos, devido a deficiências verificadas durante o funcionamento.

Fase "B"

Consiste na ampliação da instalação da fase "A", com mais duas unidades turbo alternadoras de 160 MW, cada uma, e respectivas caldeiras e equipamentos auxiliares.

As atividades, no decurso do exercício, no que se refere ao canteiro de obras, trabalhos preparatórios de engenharia civil para os setores de apoio (construção de pavilhões destinados a escritório e laboratório), compreenderam: serviços de terraplenagem, estradas de acesso, pavimentação, iluminação, instalações hidráulicas e comunicação.

Simultaneamente, foi instalada a Vila Residencial, onde foi realizada a pavimentação asfáltica das ruas, construídas 20 residências, alojamentos e trabalhos de arborização.

Com respeito à obra principal, foi efetuada a pré-qualificação dos concorrentes, elaboradas as especificações técnicas e os dados gerais de condições de concorrência.

Transmissão de Energia

- Linhas de Transmissão Concluídas:

Na Região sul foi concluída a importante linha de transmissão UTE Presidente Médici – Subestação de Quinta, de 230 Kv e 157 Km de extensão, cuja entrada em operação permitiu reforçar e dar maior confiabilidade ao suprimento de energia nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

Na região noroeste (Alto e Médio Uruguai) foram concluídas as LTs Guarita-Campo Novo e Guarita-Frederico Westphalen, ambas de 69Kv e com 24 e 32 Km de extensão, respectivamente. Estas linhas constituem-se, ao lado da LT UHE Passo Fundo-Guarita e das subestações de Guarita e Frederico Westphalen, em um conjunto de obras da maior importância para o reforço do abastecimento duma região altamente progressista, abrangendo 50 municípios com 418 localidades atendidas pela CEEE.

Na região nordeste foi concluída a LT Atlântida-Torres, de 69 Kv e 60 Km de extensão, servindo de reforço ao abastecimento da zona do litoral.

- Linhas de Transmissão em construção

Para escoamento da energia gerada pela Hidroelétrica de Itaúba, em direção à área mais industrializada do Estado, a CEEE está construindo linhas de transmissão de 230 kv, ligando aquela central com a subestação da Cidade Industrial, em Canoas, com a extensão de 215,8 km, cada uma, tendo sido executadas, até o fim do ano de 1975, cerca de 45% das obras.

A interligação das Usinas Itaúba e Passo Real, por uma linha de transmissão, também de 230 kv, e com a extensão de 30,3 km, encontra-se com 54% das obras concluídas.

Da mesma forma, a LT. de 230 kv, Itaúba-Santa Maria-São Vicente, com a extensão total de 174 km, destinada ao maior intercâmbio de energia entre as usinas Hidrelétrica de Itaúba e Termelétrica de Alegrete, já limitado devido às características das linhas existentes, tem realizado 14% das obras no primeiro trecho.

Acha-se também em construção, com 38% de suas obras executadas, a LT. de 138 kv, UHE Passo Fundo-Guarita com 87 km de extensão, que, conforme já foi acentuado, é de capital importância para o reforço do suprimento nas regiões do Alto e Médio Uruguai.

A LT Bugres-Cambará do Sul, de 44 kv, com a extensão de 97 km, acha-se com suas obras 50% realizadas.

Transformação de Energia

- Foram concluídas as seguintes subestações transformadoras:

	Capacidade MVA	Tensão kv
SE - Cruz Alta (ampliação)	54	138/69
SE - Caxias II	15	69/13,8
SE - Rio Pardo	8	69/13,8
SE - Torres (provisória)	5	69/6,9
SE - São Lourenço do Sul	3,75	69/23
SE - Tapes (Vila Vasconcelos)	3,75	69/23

- Além dessas, acham-se em construção, as seguintes subestações:

	Capacidade MVA	Tensão kv	Obras Civis %	Mont. Equip. %
SE - SEPA - 9				
(P. Alegre)	165	230/69	5	-
SE - Quinta	165	230/69	20	-
SE - Rio Grande				
II	25	69/13,8	75	50
SE - Guarita	23	138/69	15	-
SE - Frederico				
Westphalen	15	69/23	90	20
SE - Nova Prata				
(provisória)	8	69/23	100	95

Distribuição de Energia

– Reformas e Ampliações de Redes de Distribuição

Durante o exercício, foram executadas reformas e ampliações de redes de distribuição nas áreas sob jurisdição das 29 Gerências da CEEE do interior do Estado e de Porto Alegre, com as seguintes extensões:

Alta Tensão 850 km
Baixa Tensão 760 km

– Rede Subterrânea de Porto Alegre

A moderna rede subterrânea do tipo NET-WORK, que está sendo implantada na área central de Porto Alegre, abrangerá uma superfície de 2 km², contará com uma extensão de 115 km de alimentadores primários e beneficiará cerca de 20.000 consumidores.

Em fins de 1975, as obras civis do Sistema Nordeste, compreendendo a zona entre as Av. Borges de Medeiros, Salgado Filho, Elevada da Conceição e Cais do Porto – escavações, implantação de dutos e câmaras transformadores –, ficaram praticamente concluídas, estando em fase adiantada de montagem a parte eletrônica, compreendendo a instalação de cabos, 65 transformadores de 500 KVA e equipamento de manobra, proteção e medição. Nos Sistemas Oeste e Sudeste foram concluídas as escavações para a implantação das obras civis.

– Eletrificação Rural

Sob orientação e coordenação do Setor de Distribuição, foi elaborado um Plano Quadrienal da CEEE para Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul. O Plano compreende:

- 11 (onze) projetos de reforço de obras de infra-estrutura para suporte do incremento de carga prevista, em decorrência da realização das obras de distribuição rural, com um investimento da ordem de 318 milhões de cruzeiros;
- 56 (cinquenta e seis) projetos e 214 (duzentos e quatorze) anteprojetos de eletrificação rural contemplando 16.686 propriedades, em 59 municípios e representando um investimento, a nível de preços atuais, de 290,87 milhões de cruzeiros. Entre as áreas contempladas com obras de infra-estrutura e de eletrificação rural, cita-se:
- Irapuazinho e Capivarita, nos municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo, respectivamente, de extração de calcáreo, com finalidades corretivas de solos;

- Quinta-Taim, Arroio Grande-Jaguarão, Palmares-Mostardas-Salinas e Harmonia-Uruguaiana-Barra do Quaraí, típicas de cultivo de arroz, onde se prevê a substituição paulatina dos motores diesel por elétricos, nos grupos elevatórios usados na irrigação.

Serviços e Obras Gerais

- Postes e Reflorestamento

Através da Usina de Preservação de Madeira (UPM) em Barreto, foram produzidos 67.672 postes com tratamento sob pressão. Além disso, foi instalada, em novembro de 1975, a UPM de Alegrete com capacidade de produção estimada em 5.000 postes mensais, o que garantirá à empresa o abastecimento até 1980.

Por intermédio do plantio direto, da distribuição de mudas e da orientação técnica gratuita, a CEEE vem contribuindo efetivamente ao programa de florestamento e reflorestamento do Estado. Em 1975 a produção de mudas foi de 1.500.000 unidades.

- Sistema de Telecomunicações

Prosseguindo a execução do Plano de Telecomunicações, foram colocados em operação Sistemas de Ondas Portadoras, Rádio Móvel e Microondas, ligando diversas subestações e geradores, com o objetivo de atender mais rapidamente aos usuários, bem como dar maior confiabilidade nos serviços de despacho de cargas.

MINERAÇÃO

A Companhia Riograndense de Mineração, órgão executor da política mineral do Estado, promove sob a coordenação da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial do carvão mineral, bem como de outros minerais.

Durante o ano de 1975 foram alcançados os seguintes objetivos e metas:

- produção de carvão mineral nas minas localizadas nos municípios de Butiá e Bagé, atingindo, respectivamente, 50 mil toneladas na Mina do Leão e 400 mil toneladas na Mina de Candiota;
- aparelhamento das Minas de Carvão de Leão e Candiota;
- trabalhos de prospecção para a ampliação das reservas medidas de carvão na jazida de Candiota atingindo um total de 2.100 metros de sondagem, acrescentando à reserva medida, 45 milhões de toneladas;
- execução de cinco sondagens pioneiras, num total de 680 metros, na região de Candiota e sete sondagens na jazida de Leão, abrangendo 850 metros, visando a racionalizar os trabalhos de mineração subterrânea;
- encaminhamento ao Departamento Nacional de Produção Mineral de licença para pesquisa de carvão, em 7 novas áreas, abrangendo 14.000 hectares, na região de Candiota, visando a garantir reservas compatíveis com novas previsões de consumo;
- conclusão do dimensionamento das reservas de carvão existentes em Capivarita (municípios de Encruzilhada

do Sul e Rio Pardo), constatadas através de 532 sondagens a trado, com um total perfurado de 2.660 metros e 11 sondagens rotativas, num total de 238,8 metros, cujo resultado foi de:

reservas medidas	3.551.104	toneladas;
reservas indicadas	2.554.724	toneladas;
reservas inferidas	18.310.442	toneladas;

- solicitação de alvarás de autorização de pesquisa de feldspato, cuja ocorrência foi constatada no município de Encruzilhada do Sul, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral;
- realização de pesquisa do cobre e metais associados (ouro, prata e chumbo), tanto no dimensionamento de reservas conhecidas como na ocorrência de minerais de interesse exploratório. No município de Lavras do Sul, região de Volta Grande, foram executadas 2.150m de sondagens e 1.848 análises químicas; e na região de Piquiri, situada nos municípios de Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul, foi realizada a prospecção geoquímica numa área de 46 km², através da coleta de 200 amostras de solos e sedimentos;
- participação, em caráter experimental, juntamente com o Conselho Nacional de Petróleo, no fornecimento de carvão mineral, às seguintes empresas:
 - Aços Finos Piratini S.A. para a produção de ferro esponja, pelo processo SL/RN, do carvão beneficiado das Minas do Leão;
 - Companhia Siderúrgica Mannesmann, no processo produtivo do baixo forno elétrico empregando o carvão anteriormente citado;
- participação no Grupo de Trabalho para implantação da indústria carboquímica, visando a aproveitar o carvão gaúcho como matéria-prima. Para isto foram executados estudos de lavabilidade e gaseificação;
- instalação de uma unidade experimental de Hidrometalurgia de Cobre nas Minas do Leão, visando a desenvolver tecnologia apropriada ao aproveitamento dos recursos supríferos locais.

TELECOMUNICAÇÕES

A Companhia Riograndense de Telecomunicações, como concessionária dos serviços de telecomunicações no Estado, e responsável pela realização de planos de expansão do sistema de Telecomunicações, vem desenvolvendo suas atividades no sentido de dotar o Rio Grande do Sul de uma infra-estrutura de telefonia necessária ao seu desenvolvimento sócio-econômico.

Assim, durante o exercício de 1975, foram concluídas e entregues ao público as seguintes obras:

Serviços Urbanos

Centrais automáticas implantadas:

LOCALIDADE	Nº TERMINAIS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)
PORTO ALEGRE		
Matriz III	10.000	8.000,00
Bela Vista	10.000	6.451,42
São João	5.000	1.627,00
BENTO GONÇALVES	1.200	1.143,00
ESTRELA	400	751,16
CRUZ ALTA	1.000	1.000,91
PALMEIRA DAS MISSÕES	500	751,16
FARROUPILHA	400	753,73
CAMPO BOM	400	685,36
ESTEIO/SAPUCAIA	400	635,29
GUAÍBA	400	635,29
SAPIRANGA	400	635,82
VACARIA	400	751,16
MONTENEGRO	400	751,16
TAQUARA	400	751,16
QUARAI	400	169,00
	<u>31.700</u>	<u>25.492,62</u> m ²

Todas as centrais acima estão equipadas com serviço de DDD, com exceção de Quaraí, que está interligado ao sistema estadual de Telecomunicações, via Alegrete, por meio de equipamento de rádio em UHF, com 18 canais, bem como a Artigas (Uruguai), por cabo, com 4 canais.

Centrais automáticas ampliadas:

LOCALIDADE	Nº DE TERMINAIS		
	ANTERIOR	AMPLIAÇÃO	TOTAL
N. Hamburgo	1.200	800	2.000
Canoas	800	600	1.400
Sta. Cruz do Sul	800	600	1.400
Passo Fundo	1.000	800	1.800
D. Pedrito	400	200	600
Ijuí	1.000	200	1.200
Santo Ângelo	1.100	100	1.200
Carazinho	600	400	1.000
S. Borja	800	200	1.000
Campo Real	200	100	300
S. Marcos	200	100	300
Torres	300	200	500
Sta. Vitória do Palmar	150	100	250
Caçapava do Sul	300	100	400
Rio Pardo	300	200	500
	9.150	4.700	13.850

As centrais de Novo Hamburgo, Canoas, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo possuem equipamentos para DDD.

Serviços Interurbanos

Enlaces de microondas e em UHF, concluídos:

Rotas de 960 Canais

Porto Alegre – São Leopoldo
 Porto Alegre – Santa Maria
 Santa Maria – Cruz Alta
 Santa Maria – Cerro Palomas
 Porto Alegre – Pelotas
 Porto Alegre – Passo Fundo

Rotas de 300 Canais

São Leopoldo – Campo Bom
 Porto Alegre – (Tandem Bela Vista) –
 Canoas
 Santa Cruz – Cerro Santa Cruz

Cruz Alta	-	Santa Rosa
Livramento	-	Cerro Palomas
Alegrete	-	Rosário do Sul
Pelotas	-	Rio Grande
Caxias do Sul	-	Bento Gonçalves
Carazinho	-	Passo Fundo

Rotas de 120 Canais

Campo Bom	-	Taquara
Veranópolis	-	Vacaria
Porto Alegre	-	Guaíba
Porto Alegre	-	Montenegro
Cachoeira do Sul	-	Santa Cruz
Santa Cruz	-	Cruzeiro do Sul - Lajeado
Cacequi	-	Jaguari
Alegrete	-	Cruguaiana
Gramado	-	Caxias do Sul

Rotas de 24 Canais (UHF)

Pinhal	-	Osório
Cidreira	-	Osório
Arroio do Sal	-	Torres
Tapes	-	Camaquã
Dom Pedrito	-	Teófilo Santos
Cachoeira do Sul	-	Restinga Seca
Júlio de Castilhos	-	Cruz Alta

Foram acrescidos, sobre os serviços existentes, os seguintes circuitos entre as localidades abaixo mencionadas:

LOCALIDADES		ACRÉSCIMO
Panambi	- Cruz Alta	12 circuitos
Ibirubá	- Cruz Alta	12 circuitos
Eneruzilhada	- Rio Pardo	12 circuitos
Santo Augusto	- Ijuí	24 circuitos
Cerro Largo	- Santo Ângelo	12 circuitos
Três de Maio	- Santa Rosa	12 circuitos
Restinga Seca	- Agudo	1 circuito
Restinga Seca	- Dna. Francisca	1 circuito
Restinga Seca	- São Sepé	2 circuitos
S. Francisco de Paula	- Taquara	1 circuito
Nova Petrópolis	- Caxias	1 circuito

Foram concluídas as ligações intermunicipais, abaixo referidas, em regime de co-participação entre a CRT e as respectivas municipalidades, propiciando sua interligação à rede estadual, através da construção de linhas físicas de alumínio com alma de aço, ou implantação de enlaces rádio-monocanais (VHF/UHF) em substituição às linhas físicas de ferro, municipais e em estado precário.

Enlaces Rádio-Monocanais

Butiá	- Taquari
D. Feliciano	- Camaquã
Campinas do Sul	- Jacutinga
Cambará do Sul	- Bom Jesus
Passo do Sobrado (Rio Pardo)	- Venâncio Aires
Salvador do Sul	- Montenegro
Tenente Portela	- Três Passos
Sto. Antônio das Missões	- São Luiz Gonzaga
Caibaté	- Cerro Largo

Linhas Físicas

Muçum	- Encantado
Gaurama	- Erexim
Monte Belo	- Sta. Teresa - Bento Gonçalves

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, reestruturada administrativamente em 1975 por necessidades decorrentes da dinâmica da ação governamental, procurou desenvolver suas atividades no sentido de propiciar o bem-estar social nas áreas urbanas, bem como promover o desenvolvimento integrado das comunidades do interior do Estado, destacando-se as seguintes realizações:

- pesquisa básica geo-sócio-econômica para fins de planejamento, envolvendo 10 regiões do Estado, abrangendo 177 municípios e uma população de aproximadamente 4.280.000 habitantes;
- pesquisa das condições de desenvolvimento urbano em 15 cidades de grande e médio porte;
- atendimento a 80% dos municípios do Estado referente a assistência técnica, envolvendo promoção, controle, elaboração, implantação de planos, programas e projetos de desenvolvimento, bem como assistência jurídico-administrativa-organizacional dos municípios;
- execução de serviços técnicos de apoio às atividades básicas e atividades legais, tais como levantamentos plani-altimétricos e setoriais, levantamentos espaciais, levantamentos plani-altimétricos cadastrais e levantamentos aerofotogramétricos;
- realização, em convênio com o CERTAM, de 10 cursos de treinamento, destinados ao pessoal das Prefeituras Municipais, beneficiando 177 municípios;
- prosseguimento das obras do projeto de Defesa de Porto Alegre Contra as Inundações, através da aquisi-

ção de equipamentos diversos, construção de casas de bombas, aterro da Praia de Belas e dragagem de canais na bacia do Rio Guaíba, em convênio com o DNOS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

- conclusão da engenharia final do projeto de Proteção Contra as Cheias do Rio dos Sinos, em convênio com o DNOS e República Federal da Alemanha.

No ano de 1975, foi instituída a Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAM, resultante da fusão de dois órgãos técnicos complementares: a Unidade de Programação Regional e Urbana da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras e a Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios (COATAM) da então Secretaria do Interior e Justiça. Esta nova Superintendência tem a finalidade de implementar programas de desenvolvimento regional e local e de prestar assistência técnico-administrativa aos municípios, de forma isolada ou congregada.

Foi também criado, em 1975, um grupo de trabalho intersecretarial, com o fito de elaborar o Programa do Litoral Norte do Estado.

Há razões objetivas para a implantação de um plano para o litoral. Entendendo que o processo de desenvolvimento exige a adoção de medidas não confinadas a uma ótica meramente setorial, o Governo do Estado tem procurado encaminhar ações também sobre o espaço geográfico, visando à eliminação de disparidades e desequilíbrios regionais em seu território.

O Litoral Norte foi identificado como região a ser alcançada prioritariamente por tais ações, face à natureza e à magnitude dos problemas que apresenta e também às evidências de capacidade de resposta aos estímulos que venha a receber.

Considerando da outra parte o interesse sobre a área manifestada pela SUDESUL, e pelo DNOS, o qual já desenvolvia na região um projeto de recuperação de terras agricultáveis, foi celebrado em 28 de junho de 1975, um convênio entre o Governo Estadual e aqueles Órgãos, visando à execução de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Litoral Norte.

Por conseguinte foi elaborado um minucioso diagnóstico econômico territorial, que precedeu a montagem de um Programa de Trabalho constituído de dois grandes grupos de ações:

- Pré-investimentos estratégicos, correspondentes à elaboração de estudos sobre aspectos, áreas ou setores

ainda não plenamente conhecidos. Inclui: estudos geológicos, geomorfológicos, pedagógicos, de zoneamento agroclimático, investigações genéticas, alternativas de transporte, investigação sociológica, vida de relação regional e estudos das finanças municipais.

- Ações tangíveis sobre a área através do reforço das atuais fontes da produção, intensificação do uso dos recursos naturais, ampliação da capacidade de reter os estímulos externos e da elevação da dotação do capital social básico. Abrangem os seguintes subprogramas: Melhora do Sistema de Comercialização, Ampliação da Capacidade da AGASA, Estímulos aos Projetos Produtivos Existentes; Produção de Laticínios; Integração Agropecuária; Florestamento; Legislação sobre Uso do Solo; Produção Hortigranjeira; Estudos e Projetos de Turismo e Lazer; Indústria Alimentícia; Artesanato; Indústria de Móveis; Metalurgia de Construção, Extração e Processamento de Minerais não Metalúrgicos; Estradas Alimentadoras; Educação; Saúde; Habitação; Saneamento Básico e Infra-estrutura.

O custo global aproximado da implementação do Programa é de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para o qual necessita-se o aporte de recursos federais correspondentes a 50% das despesas estimadas.

Instituída em maio de 1975, a Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN absorveu as atividades do Grupo Executivo da Região Metropolitana – GERM, a partir de agosto do mesmo ano, no sentido de promover o planejamento integrado do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Metropolitana de Porto Alegre, operacionalizar o sistema de planejamento metropolitano e organizar o uso do solo e o aproveitamento dos recursos hídricos, bem como o controle da poluição ambiental.

Sob esse aspecto, durante o exercício de 1975, realizou as seguintes atividades:

- estudos para localização do Pólo Petroquímico e de estudos de alternativas para o ordenamento físico espacial da área dos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul;
- definição de áreas para 10.000 unidades habitacionais na Região Metropolitana;

Em andamento, encontram-se:

- elaboração do Plano Diretor de Transportes Região Metropolitana, realizado em convênio com o GEIPOT;

- pesquisas e estudos necessários à localização dos Centros Sociais Urbanos;
- montagem de um sistema de informações a fim de atender às necessidades para reavaliação do Plano Diretor do Desenvolvimento Metropolitano, bem como servir de ponte para outras entidades.

Com a interveniência do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Rio Grande do Sul – FUNDURBANO/RS e METROPLAN, foram elaborados ou estão em fase de elaboração os seguintes projetos:

- operacionalização do sistema de planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre, compreendendo todos os setores específicos estabelecidos pelas Leis Federais e Estaduais referentes ao assunto, e estudo de um plano conjunto para a destinação do uso do solo, relacionando-o com a definição de espaços abertos e problemas de cheias;
- estudo de alternativa a ordenamento físico-especial da área de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul;
- complementação do acesso à cidade de Esteio e ao Parque de Exposições;
- ligação entre os dois ramos da Avenida Guilherme Schell, no município de Canoas;
- engenharia final do acesso suplementar à cidade de Cachoeirinha, a partir da rodovia federal Porto Alegre-Osório (BR-290);
- engenharia final do viaduto da Avenida Fernando Ferrari, sobre a Avenida dos Estados.

No ano de 1975, o Governo do Estado e a União firmaram um convênio objetivando a conjugação de recursos financeiros com a finalidade de proporcionar aos municípios da Zona Sul do Estado, integrantes do Consórcio Intermunicipal da Lagoa Mirim – CICLAM, meios para a realização de investimentos de infra-estrutura urbana, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 cabendo ao Estado 50%, e que, no ano em questão, foram desembolsados Cr\$ 700.000,00.

Ainda, visando a apoiar os municípios em investimentos na área urbana, o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, firmou os contratos e convênios que seguem:

- com a Prefeitura Municipal de Ivoti e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, para a execução das obras de canalização, por dragagem, do Arroio Feitoria, no município de Ivoti;
- com o município de Uruguaiana, objetivando a execução de terraplenagem parcial na área Distrito Rodoviário;
- com o município de Pelotas, para execução de aterramento em área localizada na antiga zona do Gazômetro;
- com o município de Novo Hamburgo, para execução de obras de pavimentação asfáltica de avenidas.

ÁREA SOCIAL

EDUCAÇÃO

Nas realizações educacionais de responsabilidade do Setor Público Estadual, em 1975, destaca-se como agente coordenador e executor a Secretaria de Educação e Cultura pela própria pertinência de seus objetivos. É o órgão responsável pelo desempenho do sistema regular de ensino de 1º e 2º graus, desenvolvendo atividades simultâneas de integração com o ensino superior, de ensino especializado e supletivo, de educação física e desporto e de cultura.

Entretanto outros órgãos da Administração Pública Estadual também desenvolvem atividades educacionais voltadas para a formação, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos dos mais diversos setores de atividades.

A seguir especifica-se o desempenho desses diferentes órgãos no âmbito educativo, em 1975.

Ao estabelecer os objetivos Setoriais da Educação em seu Plano de Ação, o Governo considerou os seguintes aspectos relevantes em sua filosofia de ação:

- focalizar as atenções na formação do indivíduo, pois a política de Recursos Humanos deve tornar-se o centro das demais;
- buscar a eficiência dos métodos de ensino em todos os seus aspectos, a fim de estabelecer uma analogia com o mundo produtivo;
- aperfeiçoar a escala de valores na solução dos problemas educacionais;
- colocar no núcleo central da formação da política educacional o conjunto de variáveis relativas à qualidade do ensino;

– utilizar o bem mais precioso dentro da escala de valores da sociedade – a inteligência humana – potencial que, adequadamente utilizado, garantirá o futuro e a segurança coletiva;

– consolidar a assistência ao educando, assim como a interação comunitária escolar.

O esforço da SEC, em 1975, procurou converter em ações concretas estes postulados, conforme se poderá deduzir pelo relato que se seguirá.

A implementação do Processo de Planejamento Educacional mobilizou a SEC para a adoção de medidas sumamente importantes, cujos resultados levarão a uma maior racionalização e otimização do Sistema Estadual de Ensino. Entre elas destacam-se a elaboração do Plano de Ação da Supervisão Técnica; do Plano Operativo Anual da SEC; de diretrizes para o Sistema Operacional dos Planos de Aplicação dos Recursos Financeiros do Salário Educação-Quota Unidade Federada; de Diretrizes para Implantação do Subsistema de Acompanhamento, Avaliação e Controle de Planos, Programas e Projetos Educacionais; de Subsídio para o Plano Estadual de Educação. Entre outras atividades não menos importantes, efetuou, ainda, a Unidade de Planejamento da SEC o diagnóstico das necessidades da rede física, relativamente ao ensino de 1º e 2º graus, bem como elaborou Projeto – Piloto para testagem de Metodologias Custo/Qualidade da Educação.

Concomitantemente, aperfeiçoa-se o Sistema de Informações Estatísticas de Educação e Cultura, oferecendo, com maior rapidez, maior disponibilidade de dados para o planejamento. Integra-se o Sistema com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC/MEC) para unificar o levantamento de dados.

A política de recursos humanos mereceu ênfase especial, promovendo a SEC Seminários, cursos e encontros para Técnicos da Supervisão Técnica, para elementos em exercício na Revista do Ensino, para Chefias e Assessorias, para Delegados de Ensino, Supervisores e outros profissionais da educação.

Destacam-se:

– a realização do IX Encontro Nacional de Secretários de Educação e de Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação com a participação de Reitores de Universidades do Brasil como objetivo geral foi possibilitar um diálogo entre as Universidades e os Sistemas de Ensino para o delineamento de ações conjugadas;

– a realização do IV Encontro Nacional de Moral e Civismo, desenvolvido na Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Estado.

As demais atividades da SEC em 1975 serão descritas a seguir, de acordo com os diferentes programas que lhe são cometidos, quais sejam: Ensino de 1º grau, Ensino de 2º grau, Ensino de 3º grau, Ensino Especializado, Esporte e Cultura.

Ensino de 1º grau

No que diz respeito ao Ensino de 1º grau, dois foram os grandes objetivos contidos na Estratégia de Ação Governamental, quais sejam, elevar a taxa de escolarização, conforme o previsto no II PND e reduzir substancialmente a retenção e/ou evasão do fluxo da 1ª e da 2ª séries.

As realizações da SEC neste sentido levaram ao alcance das seguintes metas, relacionadas, respectivamente, com os elementos:

Rede física

- Manutenção e conservação da Rede Escolar, incluindo a substituição de 5 prédios e o equipamento de 656 salas de aula;
- conclusão, ampliação, recuperação, adaptação de Prédios escolares, em um total de 145 prédios, incluindo-se entre os mesmos 33 prédios do PREMEN;
- renovação de 7 contratos e celebração de 13 contratos novos para locação de prédios para funcionamento de Delegacias de Educação e escolas;
- manutenção do Programa com Prefeituras para funcionamento da Rede de Escolas de 1º grau, beneficiando-se 231 Municípios;
- concessão de auxílio para 45 Escolas Municipais e Privadas de 1º grau, que resultou no atendimento a 762 alunos e para a cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que mantém escolas de 1º grau ao longo de suas vias férreas.

Além da elaboração dos Planos de Aplicação do Salário Educação - Quota Unidade Federada, elaborou a SEC projetos relativos à construção de 795 Escolas Rurais em 231 municípios e de 81 prédios no meio urbano com recursos financeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

Recursos Humanos

A capacitação de Recursos Humanos para o ensino de 1º grau mobilizou a SEC no atendimento de 3.338 professores e foram expedidos 17.300 certidões para exercício profissional a título precário, da mesma forma que foram tomadas providências para a regularização da situação dos professores contratados. Houve também o Treinamento de 14 Auxiliares Escolares, em execução do Projeto de Mobilização da Comunidade para apoio à Operação UMI/2.

– Atendimento ao aluno

Neste particular, no que se refere ao ensino de 1º grau, destacam-se:

– atendimento a 115.111 alunos carentes através da compra de vagas em escolas particulares;

– concessão de bolsas de Estudos que beneficiaram 465 alunos do 1º grau de acordo com convênio MEC/SEC;

– distribuição de material escolar a alunos carentes, a saber: 17.236 cadernos, 28.224 lápis e 12.869 borrachas.

A isenção da contribuição do salário Educação a empresas que mantêm ensino próprio ou bolsas de estudo beneficiou 96.535 alunos.

A execução do projeto de Avaliação e Acompanhamento Psicológico de 6.194 alunos de 1ª série foi uma das medidas adotadas especificamente para a redução da retenção e/ou evasão escolar.

– Tecnologia educacional

O ensino no meio rural e urbano foi contemplado, em 1975, com medidas que visaram a prosseguir na introdução da tecnologia na educação com o objetivo de lhe melhorar a qualidade. Destacam-se, assim:

– a manutenção de 44 Unidades Móveis para o Trabalho, das quais 20 receberam equipamentos especiais e de 9 Centros de Artes, Ciência e Tecnologia;

– a análise e adaptação de equipamentos dos Laboratórios Portáteis, com aplicação do material no Ensino de 1º grau;

– a expansão do Ensino de 1º grau pela TVE

Ensino de 2º grau

O desempenho da SEC no que diz respeito ao Ensino de 2º grau, em 1975, teve, como elemento norteador, o objetivo contido na Estratégia de Ação Governamental de "Propiciar condições que permitam atender ao aumento do percentual de matrícula".

Desta forma, a ênfase foi dada à expansão, conservação, melhoria da rede física das escolas de 2º grau. Destacam-se, assim:

– Na rede física

– a construção, ampliação, adaptação, manutenção e conservação da rede escolar, incluindo a concessão de auxílios para aquisição de material permanente e equipamentos, no atendimento a 34 unidades escolares;

– a locação de prédios para funcionamento de escolas com a renovação de 3 contratos e celebração de 23 novos contratos;

– aquisição de um prédio escolar com matrícula, em 1975, de 4.000 alunos;

– o atendimento específico a escolas de 2º grau localizadas na região da fronteira;

– a obtenção de financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) para construção de 81 escolas e recuperação de 4.

Neste particular foi também elaborado o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Projeto de Assistência Técnica e Financeira às Unidades Federadas (ASTECA) para obtenção de auxílio para elaboração de 5 projetos.

Quanto aos Recursos Humanos, foi regularizada a situação dos Professores Contratados, foi feito o recrutamento e seleção de Recursos Humanos para o Sistema Estadual de Ensino.

O atendimento ao aluno se realizou pela compra de 38.819 vagas em estabelecimentos particulares, para a matrícula de alunos carentes, excedentes da escola pública e pela concessão de Bolsas de Estudo (Lei 5953 – A – 70) a 414 alunos dos cursos de Agronomia, Veterinária e Agrotécnica.

A aquisição de 18 Laboratórios de Física, Química e Biologia e de 3 Escritórios – modelos para escolas de 20 municípios, que implantaram o ensino de 2º grau em 1974 e 1975, se fez em função da necessidade de dotar os estabelecimentos de ensino de recursos tecnológicos necessários para o cumprimento da nova orientação técnico-pedagógica da reforma implantada.

Ensino de 3º grau

A integração do Setor Público Estadual com as Instituições de Ensino Superior foi alcançada, em 1975, através das seguintes metas:

- articulação entre Sistema Estadual de Ensino e 170 Instituições de Ensino de 3º grau;
- levantamento de dados estatísticos de 168 Instituições de Ensino de 3º grau; publicação de dois periódicos – “Estatísticas Básicas do Ensino de 3º grau – 1974 e 1975”;
- levantamento das necessidades prioritárias em recursos humanos para o Ensino de 1º e 2º graus do Sistema Estadual de Ensino das 28 Delegacias de Educação;
- celebração de 4 Convênios e 15 Acordos com Instituições de Ensino de 3º grau e outros órgãos de formação de recursos humanos;
- intercâmbio de recursos humanos através da cedência de 198 professores em um programa de 3º grau;
- estágio de 593 alunos de 12 Instituições de Ensino de 3º grau em 82 escolas de 1º e 2º graus da rede Estadual;
- diagnóstico dos recursos humanos em nível de pós-graduação;
- concessão de Bolsas de Estudo para 11 graduados em cursos superiores para realização de cursos de pós-graduação no país e no exterior (Lei 3023/56) e para 865 estudantes de 3º grau carentes de recursos financeiros, com prioridade para as áreas de Educação, Tecnológica e Saúde;
- licença para qualificação profissional a 186 membros do Magistério Público Estadual, que realizam cursos da área de Educação em nível de 2º ou 3º graus;

- formação de recursos humanos para a educação através da habilitação de 1.205 professores em diferentes aspectos, tais como artes industriais, educação artística, ensino especializado, estudos adicionais de especialização em alfabetização;

- assistência financeira a 7 Instituições de Ensino de 3º grau através da concessão de auxílios complementares para expansão e melhoria da qualidade do ensino superior;

- concessão de recursos financeiros a 10 Instituições de Ensino de 3º grau que formam profissionais para educação.

Com o objetivo de realizar intercâmbio nacional e internacional oportunizou a Secretaria de Educação e Cultura em 1975, o estágio de 24 professores de 2 Entidades e 12 Instituições de Ensino de 3º grau no Centro de Educação Internacional do Sistema Educacional de Massachusetts - USA.

Ensino Especializado

Destacam-se nas realizações da SEC referentemente ao Ensino Especializado, em 1975, em obediência ao objetivo de "Incentivar o Ensino Supletivo e Profissionalizante":

- a manutenção do ensino Supletivo de 1º grau através de 91 cursos Supletivos, níveis 3 a 4, atendendo a 18.055 alunos. Foi necessário para isso contratar 903 professores;

- a implantação e manutenção de Centros Rurais de Ensino Supletivo;

- a realização de Exames Supletivos de 1º e 2º graus para o total de 47.807 alunos;

- o treinamento de recursos humanos, atendendo a 1.164 profissionais ligados ao ensino supletivo, tais como professores, monitores e técnicos;

- a expansão do ensino supletivo pela TVE através de 27 telepostos em 23 escolas, atendendo a 1.099 alunos;

- o acompanhamento, avaliação e controle do ensino pelo rádio através de 117 emissoras;

– auxílio para a FEPLAN com destino à elaboração de conteúdo e escripts para sonoplastia e gravação de material didático destinado a servir de apoio à preparação de candidatos;

– ainda no que diz respeito a subversão sociais, concedeu a SEC auxílio para a Fundação Gaúcha do Trabalho com destino à produção e impressão de material de Treinamento por correspondência para o setor primário; ao Ministério do Exército – Parque Regional de Motomecanização (3ª Região Militar) para o atendimento de 80 adolescentes em cursos profissionalizantes: será a Fundação Ruy Ramos em Tapes, destinado à compra de equipamentos agrícolas, visando à sua aplicação em cursos de qualificação para adolescentes e adultos no setor primário;

– concessão de Bolsas de Estudos a 965 alunos carentes do ensino especializado.

Esporte

As realizações da SEC quanto às práticas desportivas embasam-se nos objetivos de “Dar apoio à construção e equipamento de ginásios e Praças de Esporte” e “Integrar a ação pública às entidades associativas privadas visando ao desenvolvimento das práticas esportivas em geral”

Foram concedidos, assim, auxílios financeiros para aparelhamento de Parques e Entidades Desportivas e para construção de ginásios esportivos, beneficiando-se com isso 22 municípios.

O treinamento de recursos humanos atendeu a 200 pessoas em 4 municípios. Outras atividades realizadas:

– participação nos VII JEBS com a representação de 182 alunos – atletas, 16 técnicos, 10 dirigentes, 19 alunos componentes do grupo de folclore;

– participação de alunos – atletas representantes das 28 DES em um total de 74.400 estudantes;

– promoção de Recreio Desportivos em Colônias de Férias e Colônias de Ar e Sol e Colônias de Serra e Mar, atendendo a 4.800 escolares;

– realização dos Jogos Intermunicipais em 48 Municípios com a participação de 2.690 atletas.

Cultura

As realizações no âmbito da cultura põem em destaque:

- a conclusão da 2ª etapa da construção do Museu Arqueológico do Estado do Rio Grande do Sul;
- o início das obras de restauração do Teatro São Pedro;
- a restauração do prédio e móveis da Biblioteca Pública, do prédio do Museu Júlio de Castilhos, do prédio do Museu Histórico Farroupilha e de obras de arte do Museu de Arte do Rio Grande do Sul;
- a execução do Plano de Ação Cultural e de Interiorização da Cultura do DAC/SEC, através de promoções artístico-culturais, atingindo os 232 Municípios do Estado num total de 1.400 realizações assistidas por, aproximadamente, 1.200.000 pessoas.

O objetivo contido na Estratégia de Ação Governamental de “Desenvolver formas de estímulo ao aperfeiçoamento técnico-científico e humanístico, mediante programas que possibilitem o aprimoramento cultural, além da formação universitária” foi operacionalizado pela promoção de 93 cursos para 3.622 pessoas e de 6 Concursos; pela publicação de 24 edições de obras, boletins e catálogos, perfazendo o total de 48.000 exemplares.

– Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos

É a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos o órgão encarregado de elaborar, executar e supervisionar programas e atividades de formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos. Seu desempenho, em 1975, contribuiu para a capacitação e valorização do potencial humano da administração pública e privada do Estado através da realização dos seguintes programas:

- Treinamento para a Administração Pública, com a realização de 27 cursos, 1.049 participantes e a duração de 3.680h;
- Treinamento para a Administração de Empresas com um total de 7 cursos, 158 participantes e 1.513 horas de duração;

– Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação com a realização de 11 cursos, 1.427 participantes e 5.730 horas de duração;

– Projetos Especiais com um total de 7 cursos, 193 participantes e a duração de 125 horas.

– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, órgão que tem como objetivo proporcionar condições de desenvolvimento científico, cultural e econômico, através de auxílios à pesquisa e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, atuou de forma ativa na consecução de seus objetivos:

- concedeu 46 bolsas para aperfeiçoamento; 67 para pós-graduação; 8 para pesquisas no País e 6 para pesquisas no exterior;
- concedeu auxílio financeiro a 83 projetos de pesquisa, fazendo sentir sua ação na agricultura, pecuária, ciência, tecnologia, esporte, cultura, saúde, administração e também formação de recursos humanos.

Sua atuação se fez junto a órgãos estaduais, universidades e setores privados.

– Secretaria da Agricultura

A Secretaria da Agricultura, através de sua Supervisão de Produção Vegetal, realizou, em 1975, cursos de qualificação com vistas a treinar e especializar pessoal, tendo atendido a uma clientela de 605 pessoas: 39 engenheiros-agrônomo, 64 técnicos rurais, 485 operadores de máquinas agrícolas (treinados) e 17 monitores de máquinas agrícolas (formados).

Atuou, através das Inspetorias Veterinárias, junto a 412.008 criadores; foram proferidas, reuniões e palestras, no total de 1.035, com a assistência de 8.921 pessoas; foram publicados em jornais 426 artigos.

Mediante a realização de 25 cursos de treinamento e Formação de Inseminadores, foram treinados 291 inseminadores, atingindo 13 municípios.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Projeto sudoeste-1, que reúne em convênio o Ministério da Agricultura, a SUDESUL e o

Governo do Estado, foram realizados 6 cursos de treinamento ao trabalhador rural e a orientação a 130 famílias rurais em alimentação, saúde e habitação, através de suas unidades operacionais de Alegrete, Livramento e Júlio de Castilhos.

— Secretaria da Saúde

A Secretaria da Saúde atua também no desenvolvimento de Programas de Formação e Treinamento do Servidor Público Estadual.

Em 1975 seu desempenho neste aspecto se efetivou no prosseguimento de 4 cursos (Curso Básico de Saúde Pública para Técnicos de Nível Superior, Curso de Residência para Médicos de Comunidade, Auxiliar de Enfermagem e Inspetor de Saneamento), atendendo ao total de 107 alunos.

Concluiu os cursos de Auxiliar de Nutrição – 1ª e 2ª etapas; Auxiliar de Radiologia, Auxiliar de Epidemiologia, Metodologia do Ensino, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Atualização em Técnicas de Abordagem, Auxiliares de Serviços Psiquiátricos, Trabalhos Manuais, Crochê, Pintura em couro e tecidos, Tapeçaria, Artesão em couro (estes últimos 5 no H.P.S.), Artesão em Tapeçaria e Costureiro, destinados para o total de 287 alunos.

— Secretaria da Segurança Pública

A Divisão de Ensino da Escola de Polícia da Secretaria da Segurança Pública registra o atendimento em 1975, de 2.899 alunos que realizaram cursos de formação, cursos extraordinários e reciclagens.

— Secretaria do Trabalho e Ação Social

A formação de recursos humanos a cargo da Secretaria do Trabalho e Ação Social registrou, em 1975, as seguintes atividades:

– realização de 8 cursos para dirigentes de 335 obras sociais, 20 Prefeituras Municipais, abrangendo 528 pessoas;

– realização de 13 cursos de Métodos e Técnicas de Pesquisa Social destinados a 304 alunos;

– realização de 6 cursos de treinamento de lideranças comunitárias de 37 municípios, com o total de 24 pessoas treinadas;

- realização de 35 cursos de Iniciação Profissional e Formação Familiar, com o total de 537 pessoas treinadas;
- Supervisão de 18 estagiários de Serviço Social;
- realização de 32 encontros e seminários de capacitação comunitária com 1.152 participantes.

SAÚDE

A Estratégia de Ação Governamental estabelece que o Estado deverá desenvolver ações, na área da Saúde, com ênfase na ampliação e modernização da rede ambulatorial e hospitalar visando a aumentar a cobertura da assistência médica e a produção de insumos básicos para o setor saúde.

Tendo em vista esses objetivos, podem-se destacar as seguintes realizações no período ora considerado, a saber:

- assinatura e efetiva implantação do convênio com o INPS, no sentido de ampliar e uniformizar as ações de luta contra a tuberculose;
- atendimentos médicos em unidades sanitárias à 1.814.600 pessoas;
- reabilitação de 847 tuberculosos, 8.135 doentes mentais, 2.055 cardiopatas e 69 leprosos;
- compra de 65.000 leitos/dia na rede hospitalar do Estado para combate a desidratação;
- atendimento de enfermagem a 1.267 alunos do ensino de 1º grau;
- prevenção da cardiopatia reumática em 600.000 escolares do 1º, 2º graus e pré-escolares;
- elaboração de normas de atendimento e implantação em todas as unidades Sanitárias do tratamento da angina (da garganta) na população em idade escolar;
- vacinação contra a meningite meningocócica em 5.916.000 pessoas (80% da população do Estado), con-

- tra a poliomielite em 434.304 pessoas, contra a raiva em 42.825 pessoas, contra o sarampo em 63.152 pessoas, contra o tétano em 362.589 pessoas, contra varíola em 403.577 pessoas, contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice) em 366.195 pessoas;
- execução do convênio com a PUCRGS para diagnóstico precoce do câncer oral;
 - execução do plano de prevenção e controle do câncer ginecológico através da instalação de laboratórios em Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande;
 - investigação epidemiológica em 146 escolas e realização de 194 palestras para alunos, pais e professores;
 - pesquisa amostral para avaliar o estado vacinal da população de 0 a 5 anos em Itaqui;
 - estudo da triagem cardiológica dos candidatos ao serviço militar rejeitados por suspeita cardiovascular;
 - produção de 25.000.000 comprimidos diversos, 2.000.000 frascos de xaropes diversos e soluções medicamentosas diversas, 205.000 bisnagas de antibióticos com diluentes, 2.302.000 drágeas diversas, 400.000 cápsulas de rifampicina e ampicilina;
 - atendimento a 1.511 alunos portadores de deficiências neurológicas e dos órgãos sentidos;
 - atendimento odontológico a 164.700 alunos, num total de 139.423 restaurações e 69.492 extrações;
 - execução do convênio com a Faculdade de Odontologia da PUCRGS para atendimento a 180 pessoas carentes;
 - desenvolvimento do projeto do hospital materno-infantil e identificação das fontes de financiamento;
 - formulação de um programa materno-infantil, coordenado com o INPS e Prefeitura Municipal de Santa Rosa;
 - distribuição de 50.625 quilos de leite em pó a 3.375 gestantes, nutrizes e lactantes;
 - suplementação alimentar a 803.947 alunos do 1º grau, através do fornecimento de 60.765.109 refeições;

- distribuição de gêneros alimentícios para a confecção de 2.358.900 refeições;
- treinamento de 82 professores e 222 mães de alunos sobre alimentação e nutrição;
- distribuição de 665 caldeirões, 12.000 colheres de sopa, 2.500 pratos, 10.272 canecos e 67 conchas a escolas carentes com vistas a merenda escolar;
- implantação das diretrizes Curriculares de Programas de Saúde, nas áreas de Educação Alimentar, Saúde Oral, Crescimento, Desenvolvimento e Influências Recíprocas entre o Homem e o Meio-Ambiente;
- fornecimento de medicamentos à Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- fornecimento de fluoreto de sódio à Companhia Rio-grandense de Saneamento para fluoretação das águas de abastecimento público de 72 municípios;
- análise de 566 produtos elaborados e de 207 matérias-primas;
- produção de 6.745.900 vacinas;
- realização de 13.127 análises de controle sanitário e exames complementares;
- realização de 33.581 visitas a estabelecimentos comerciais, industriais, feirantes, ambulantes, veículos que lidam com produtos de consumo;
- inspeção de 253.617.005 gêneros alimentícios;
- inspeção de 95.969.927 litros nas usinas de beneficiamento de leite;
- inspeção de abates de 14.342.058 bovinos, suínos, ovinos e aves;
- inauguração do novo centro de processamento de dados e implantação das aplicações administrativas (pessoal, material e finanças) e das aplicações técnicas (estatísticas de saúde, estudos de morbidade e mortalidade, controle da tuberculose, lepra, dos doadores de sangue, controle epidemiológico, controle de alimentos e controle da febre reumática);

- construção das Unidades Sanitárias de Gravataí, Marau, Santa Cruz do Sul, São Sebastião do Caí, Augusto Pestana, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Canela, Casca, Catuípe, Cerro Largo, Dois Irmãos, Fontoura Xavier, Mariano Moro, Miraguai, Pejuçara, Roca Sales, Rondinha, Rolante, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, São Francisco de Paula, Sapucaia do Sul, Sobradinho, Três Passos, Tucunduva, Tupanciretã, Victor Graeff, Erval do Sul, Nova Brésia e São Sepé;
- construção, ou reforma ou ampliação do Centro nº 2 e 3 de Porto Alegre, das Unidades Sanitárias de Garibaldi, São Gabriel, Arroio Grande, Arroio do Tigre, Barracão, Boa Vista do Buricá, Cacique Doble, Candelária, Carazinho, Carlos Barbosa, Piratini, Planalto, Portão, Porto Alegre-Ipanema, Putinga, São Borja, São Francisco de Paula (sede), São Francisco de Paula (Jaquirana), Constantina, Crissiumal, Esmeralda, Feliz, Frederico Westphalen, Gramado, Ijuí, Ilópolis, Nova Araçá, Nova Bassano, Osório, Palmeira das Missões, São Lourenço do Sul, Sarandi, Seberi, Severiano de Almeida, Tapes (sede), Tapes (Vasconcelos), Taquari, (Tabaí), Tenente Portela, Triunfo, Vacaria, Viadutos, Erval Seco, David Canabarro, São José do Norte, Cruz Alta, Herval Grande, Mostardas, Bagé, Espumoso;
- construção do Laboratório Regional de Caxias do Sul e de Passo Fundo e elaboração do projeto de construção do Laboratório Regional de Pelotas;
- prosseguimento das obras do Instituto de Pesquisas Biológicas;
- aquisição de material permanente para o Instituto de Pesquisas Biológicas;
- conclusão do Projeto de complementação do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre;
- realização de melhorias, ampliação e adaptações nos hospitais especializados de tuberculose, lepra, cardiologia e doenças mentais;
- 1.550 melhorias diversas em abastecimento de água;
- 1.652 melhorias diversas em destino dos dejetos;

- 1.924 melhorias diversas em destino do lixo;
- 1.864 melhorias diversas na habitação;
- perfuração de poço artesiano, aquisição de bomba e construção reservatório na Vila Panorama (Viamão);
- conclusão do Almoxarifado Central da Secretaria da Saúde e aquisição de móveis;
- iluminação externa do Hospital Penitenciário do Presídio Central;
- reformas e adaptações na área física do 15ºa., localizada na Secretaria da Saúde, na Av. Borges de Medeiros, 328/308;
- aquisição de 14 ambulâncias para dar execução ao convênio Governo do Estado-INPS;
execução do convênio da UFRGS para capacitação de técnicos em Odontologia;
- estudo da carreira profissional – Secretaria da Saúde;
- elaboração do manual de normas e procedimentos da administração de pessoal da Secretaria da Saúde.

SANEAMENTO

No setor do saneamento destaca-se, em 1975, a assinatura de convênio entre o Banco Nacional da Habitação, o Governo do Estado e a Companhia Riograndense de Saneamento, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização de programas integrados que objetivem o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água e de esgotos sanitários, com vistas ao controle da poluição hídrica, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

Também importantes foram as demais realizações desse setor, a seguir relacionadas:

- conclusão da barragem de captação de Vacaria e execução das barragens de captação de São Gabriel e Erechim;
- perfuração concluída de 62 poços e perfuração em execução de mais 12 poços;
- melhorias na fonte de uma localidade;
- melhorias na captação superficial de 3 localidades e melhoria em execução noutra localidade;
- construção de 15 estações de bombeamento e substituição de grupos de bombeamento em 4 estações;
- construção de 5 estações de bombeamento e substituição de 3;
- construção de 2 subestações transformadoras;
- montagem de equipamentos em 16 poços e execução da montagem de equipamentos em outros 11 poços;

- montagem de equipamento junto a fontes de 2 localidades e execução da montagem em outra localidade;
- automatização do equipamento em 2 estações de recalque e execução da automatização de outras 3;
- conclusão da construção de 8 novas estações de tratamento e construção de outras 2;
- reforma e ampliação de 5 estações de tratamento e execução de reforma e ampliação em outras 7;
- construção concluída de 29 reservatórios e execução de outros 11;
- reforma de um reservatório e execução de reforma de mais 3;
- execução de 372 km de redes de distribuição;
- execução de 54 km de adutoras;
- conclusão de 11 postos de serviço de obras civis e execução de outros 4;
- conclusão de 18 abrigos de bombas e execução de outros 5;
- conclusão de 3 abrigos para Quadros e execução de outro;
- conclusão de 3 casas do poceiro e do laboratorista e execução de outras 2;
- execução de melhorias diversas em 18 localidades.

PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE

Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas salientam-se as atividades desenvolvidas pela Fundação Zoobotânica, constituída pelo Parque Zoológico, Jardim Botânico e Museu de Ciências Naturais:

- recuperação do Jardim Botânico;
- manutenção do Parque Zoológico;
- estudos ecológicos das ilhas fronteiras à capital;
- fixação de parâmetros ecológicos para a área metropolitana;
- inventário da fauna e flora do Estado;
- levantamento de anfíbios no Estado;
- estudo da distribuição geográfica de serpentes peçonhentas;
- estudos sobre a ecologia de peixes, com a finalidade de desenvolver a pesca continental;
- levantamentos, visando ao desenvolvimento da pesca marinha;
- inventário de algas;
- edição de 2.000 exemplares de revistas científicas.

A Fundação realizou, ainda, intercâmbio com 369 instituições nacionais e estrangeiras.

Atendendo ao objetivo de promover a difusão da cultura no Estado, cabe ressaltar a promoção de II Zooarte, na qual houve a participação de 103 municípios e a visita de 53.000 crianças ao Parque Zoológico.

Cabe, ainda, mencionar o acréscimo de 11.000 espécies ao acervo do Museu.

Dentro desse programa, com a finalidade de orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Pela Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico

- desenvolvimento, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, da campanha do Uso Adequado de Defensivos Agrícolas, executada na bacia do Rio Jacuí;
- elaboração do programa estadual de Controle da Qualidade do Solo frente às Contaminações por Agentes Químicos;
- elaboração de pareceres técnicos, por solicitação da Secretaria Especial do Meio-Ambiente do Governo Federal, em projetos de portarias sobre controle e proteção de água e ar e sobre critérios de balneabilidade de águas continentais;
- realização de estudos para a implantação do Parque Estadual do delta do Jacuí, através de comissão especialmente nomeada;
- coordenação do grupo de trabalho constituído pela Portaria nº 230/75-Secretaria da Saúde, para disciplinar e fiscalizar a utilização de defensivos domissanitários e estabelecer normas técnicas a serem observadas pelas empresas desinsetizadoras e desratizadoras;
- elaboração de diretrizes e normas técnicas referentes à proteção ambiental para o Distrito Industrial de Rio Grande;
- assessoria técnica à Comissão SEC/SAÚDE na elaboração de currículos sobre saúde e ecologia nas escolas de 1º grau;
- publicação de manual sobre "Conduta nas intoxicações por compostos praguicidas";

– participação e apresentação de trabalhos em diversos encontros sobre proteção ambiental, a saber:

- 1ª Semana do Meio-Ambiente – Erexim;
- 2ª Semana do Meio-Ambiente – Cubatão, São Paulo;
- Semana de Debates Biológicos, com o patrocínio da UFRGS – Porto Alegre;
- 1º Encontro Nacional Sobre Proteção e Melhoria do Meio-Ambiente – Brasília-DF;
- Ciclo de palestras sobre avanços tecnológicos no controle da poluição industrial – Rio de Janeiro;
- 1ª reunião de integração técnica para estudos toxicológicos – Pelotas;
- 26º Congresso Nacional de Botânica - Rio de Janeiro;
- encontro com indústrias de produção de defensivos, patrocinado pelo Centro de Estudos Toxicológicos;
- Simpósio de toxicologia de pesticidas e envenenamento ambiental – Porto Alegre;
- Palestras sobre proteção ambiental – Pelotas e Erexim;
- Criação de 5 parques estaduais e duas reservas biológicas, em função de sugestões apresentadas no relatório da "Comissão verde";

Pela Fundação Metropolitana de Planejamento

- análise sistemática das águas dos rios da Região Metropolitana, realizada em convênio com o DMAE e CORSAN;
- estudos de normas para prevenção e controle da poluição do meio-ambiente;
- levantamentos fluviométricos pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, destinados ao estudo da poluição das águas do trecho inferior do Rio Gravataí, com a interveniência do FUNDURBANO/RS;

Pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

- recuperação do Jardim Botânico;
- manutenção do Parque Zoológico;
- estudos ecológicos das ilhas fronteiras à capital;
- fixação de parâmetros ecológicos para a área metropolitana;
- inventário da fauna e flora do Estado;
- levantamento de anfíbios no Estado;
- estudo da distribuição geográfica de serpentes peçonhentas;
- estudos sobre a ecologia de peixes com a finalidade de desenvolver a pesca continental;
- levantamentos visando ao desenvolvimento da pesca marinha;
- inventário de algas;

HABITAÇÃO

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB, seguindo os objetivos de ampliar a oferta habitacional para as populações de baixa renda e dar suporte à política do Banco Nacional de Habitação, no sentido de implantar novos núcleos habitacionais, teve durante o exercício de 1975 as seguintes realizações:

- aprovação, pelo Conselho de Desenvolvimento Social, do Programa Estadual de Núcleos de Habitação Popular, que prevê a construção de 35.493 casas populares, através da implantação de conjuntos habitacionais em 41 municípios situados na região metropolitana e/ou considerados em grande desenvolvimento, e 3.000 casas populares em municípios de menor porte;
- levantamento sócio-econômico, estrutural e físico, através de contrato com o Projeto Rondon, de 147 núcleos habitacionais;
- contrato de Concessão de Empréstimo com o BNH para obras de infra-estrutura e recuperação de núcleos habitacionais em 12 municípios;
- encaminhamento ao BNH de dossier para recuperação de pavimentação e praças da Vila Farrapos, bem como projetos para 10 núcleos habitacionais com um total de 4.287 unidades;
- declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de áreas em 7 municípios, e estudo em mais 12 municípios;

- conclusão das obras do Mercado no núcleo habitacional de Pelotas e do Prédio da nova sede da Companhia em Porto Alegre.

Além disso, encontram-se em andamento, na COHAB, elaboração de projetos para 5 núcleos habitacionais com 988 unidades e em execução 3 núcleos com 633 unidades; em contratos com terceiros, estão em elaboração projetos para 10 núcleos com 13.334 unidades.

TRABALHO

Atividades visando a assistência e a valorização do trabalhador foram promovidas pela Secretaria do Trabalho e Ação Social. Procurou-se desenvolver de modo correlacionado atividades relativas ao preparo de mão-de-obra, emprego, incentivo ao sindicalismo e valorização do trabalho.

Realizaram-se estudos e efetivaram-se entendimentos com os órgãos federais tendo em vista a implantação do Programa Estadual de Emprego a fim de efetivar a participação do Estado no Sistema Nacional de Emprego. As atividades que vinham sendo realizadas nessa área foram portanto ampliadas, passando a compreender:

- seleção de candidatos a emprego;
- pesquisa de vagas junto a empresas;
- encaminhamento a empregos;
- acompanhamento dos casos encaminhados;
- expedição de carteiras profissionais;
- orientação social, psicológica e jurídica.;

Foram atendidos 17.006 candidatos a emprego, visitadas 5.526 empresas, identificadas 17.753 vagas e encaminhados 7.264 trabalhadores. Beneficiaram-se com orientação social 1.341 candidatos a emprego, com orientação psicológica 751 e com orientação jurídica 886.

Por outro lado, procurou-se incentivar e dar assistência a entidades de classe através de:

- financiamento de sedes de sindicatos;
- assessoramento na criação de associações profissionais;
- assessoria a sindicatos;
- promoção de encontros de associações representativas de classe e de trabalhadores.

Nesse sentido foram efetivados:

- concessão de financiamento do Fundo Estadual de Financiamento a Sindicatos e Federações de Trabalhadores e Profissionais Liberais (FINASIND), aos municípios de Gaurama, Jacutinga e São Valentim ;
- criação de 4 associações profissionais;
- assessoramento a 22 sindicatos;
- realização da promoção "Semana de Promoção de Trabalhadores Rurais" em convênio com a FETAG em 14 municípios, atingindo 109 localidades;
- realização da promoção "Semana Sindical", com a participação de todas as federações de trabalhadores, sete federações patronais e sindicatos de trabalhadores da Grande Porto Alegre.

Com o propósito de atender da forma mais global possível a população carente de qualificação profissional, foram realizados cursos de treinamento a cargo da Fundação Gaúcha do Trabalho e em convênio com o Ministério do Trabalho e a FUNDACENTRO.

Foram realizados durante o ano de 1975, 2.391 cursos para treinar 35.463 trabalhadores, sendo:

- 115 cursos de qualificação de mão-de-obra nos setores secundário, terciário e artesanal como parte do programa de valorização do trabalhador, para 1.592 participantes.
- 808 cursos de qualificação de mão-de-obra nos setores primário, secundário, terciário e artesanal, para 10.399 participantes.

- 126 cursos de qualificação de mão-de-obra do setor primário, para 1.916 participantes.
- 6 cursos de qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no Estado, para 89 participantes.
- 66 cursos de qualificação de mão-de-obra para a construção civil, para 740 participantes.
- 474 cursos de qualificação de mão-de-obra para atividades domésticas para 8.983 participantes.
- 111 cursos de qualificação de mão-de-obra do setor primário, como parte do Programa Nacional de Valorização do Trabalhador, para 1.721 participantes.
- 4 cursos de qualificação de mão-de-obra artesanal, como incremento às atividades artesanais no Estado, para 67 participantes.
- 50 cursos para qualificação de conscritos que não possuíam habilitação profissional para 741 participantes.

Na área da segurança do trabalho houve a preocupação de treinar recursos humanos necessários para promover a conscientização do trabalhador em relação a sua segurança física. Foram realizados pela Fundação Gaúcha do Trabalho 30 cursos, dos quais 17 destinados a dirigentes sindicais, para 478 participantes e 13 destinados a qualificar mão-de-obra para primeiros-socorros, e supervisão de segurança do trabalho, para 560 participantes.

Visando a acentuar uma política de incentivo ao lazer e à recreação operaria foi concluída a 1ª etapa do Centro de Recreação do Trabalhador da Região Metropolitana, com a construção de 2.200m² de área coberta, e a implantação de infra-estrutura de esgotos, água, energia, além de gramados e áreas para passeios. Estão em execução obras de pavimentação das ruas internas e de quiosques, praças infantis e serviços de lixeiros e bebedouros.

O Centro de Recreação do Trabalhador, cuja administração foi confiada à Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação, promoveu atividades recreativas e sócio-culturais constantes de:

- práticas esportivas;
- cursos de expressão artística;
- estágios para alunos do CELAR/PUC;
- Levantamentos sócio-econômicos e de interesses em algumas vilas;
- seminário visando a promoção da mulher na consciência dos valores do lazer;
- atividades relativas a efemérides, destacando-se a Semana da Criança e a Festa do Natal;
- atendimentos a empresas e sindicatos referentes a atividades esportivas;

Visando à interação sócio-pedagógica nas atividades do CRT, foi firmado acordo com a FEEVALE.

Ainda dentro da política de incentivo às atividades comunitárias, ao lazer e à recreação realizaram-se estudos preliminares de implantação de projeto de instalação ou complementação de centros sociais urbanos na região metropolitana e no interior. Como consequência foram selecionadas as localidades prioritárias para instalação de centros, das quais 14 cidades da região metropolitana, 10 cidades com população superior a 50.000 habitantes e 26 cidades com 60% da população concentrada na área urbana.

Elaborou-se o projeto de complementação de entidades para centros sociais urbanos, abrangendo 50 cidades e 122 entidades, projeto esse já aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social.

Foram realizados, ainda, estudos relativos à implantação de centros sociais urbanos na região metropolitana, dos quais participou a Metroplan.

ASSISTÊNCIA

No setor de assistência a populações carentes procurou-se promover pesquisas visando o diagnóstico de zonas marginalizadas e a catalogação dos recursos sociais existentes, ao mesmo tempo em que eram assessoradas e incentivadas as entidades assistenciais comunitárias e municipais.

Realizou-se o diagnóstico das vilas marginalizadas de 19 municípios do Estado, cadastramento de 2.600 obras sociais, publicação dos catálogos de recursos sociais do Estado, da Região Metropolitana e das entidades de assistência ao menor de Porto Alegre. Foram publicados ainda um estudo das vilas marginais de Cachoeira do Sul e uma pesquisa do setor social das prefeituras municipais do Estado.

Procurou-se a dinamização das atividades assistenciais nos municípios através da criação e ativação do setor social em 17 prefeituras, do fortalecimento de 96 entidades de assistência à velhice, da dinamização de 103 entidades de promoção e assistência social e 40 entidades comunitárias, da criação de 10 novas obras sociais, bem como da criação de conselhos de entidades sociais. Concedeu-se ainda, complementação financeira ao setor social de 67 prefeituras, 96 obras de assistência à velhice e 167 obras de promoção e assistência social. Através da Fundação Sul-Riograndense de Assistência foram concedidos auxílios financeiros a 63 hospitais que atendem a indigentes.

Além dessas atividades foram realizados ainda estudo social e encaminhamento de 1012 pessoas carenciadas, internamento direto de 46 pessoas idosas, seis levantamentos de situações de emergência ou calamidade pública de 3 municípios do interior e 3 bairros da capital, manutenção de 29 grupos de atividade com 616 pessoas carenciadas atingidas e manutenção de 960 vagas de assistência à velhice, em asilo e à domicílio.

Com relação às atividades meio, merecem citação:

- a estruturação da Fundação Estadual do Lazer e Recreação, que foi incumbida da administração do Centro de Recreação do Trabalho da Região Metropolitana e da preparação e implantação do programa de centros sociais urbanos no Estado;

- a conclusão e aprovação da nova estrutura jurídica e administrativa da Fundação Sul-Riograndense de Assistência, que vai torná-la agente operacional de serviço social no Estado.

Assistência ao Menor

No setor de Assistência ao menor carente desenvolveram-se programas de ação preventiva e terapêutica, coordenados pela Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, e que envolveram, além do setor público, entidades particulares e comunitárias.

De abril a dezembro o atendimento geral do menor cresceu de 10.009 para 20.196, registrando-se um aumento de 101,7%.

Desenvolveram-se programas de ação preventiva, visando a fixação do menor na família, envolvendo:

- assessoria técnica às instituições particulares em convênio de cooperação técnico-financeira;

- execução de projetos específicos de atendimento ao menor, objetivando: recreação, complementação escolar e pré-profissionalização;

- atuação de centros de Bem-Estar do Menor (CEBENS) compreendendo: Unidade de Atendimento Infantil (0 a 7 anos) e Unidade de Atendimento Juvenil (15 a 18 anos);

- atuação dos Centros de Estudos do Menor e Integração Comunitária compreendendo áreas diversificadas de atendimento. Caracterizou-se este trabalho pelo esforço ligado à mudança de mentalidade em relação ao problema do menor, que, envolvendo amplamente a comunidade, foi realizado com a colaboração de voluntários;

- atuação de centros de atendimento ao menor trabalhador ambulante.

Na área preventiva, os convênios com entidades de atendimento ao menor, permitiram passar de 4.285 para 5.831 beneficiários.

Merece destaque o apoio dispensado pelo Estado às entidades particulares na implantação de Centros de Bem-Estar do Menor, cujo atendimento cresceu de 796 para 6.536 crianças, enquanto nos CEMICs a prestação de serviços passou de 780 para 2.023 menores.

Os programas da área terapêutica compreenderam:

- trabalho de proteção e promoção do menor abandonado, infrator e com problemas de conduta em institutos de rede própria da FEBEM, em instituições particulares ou em famílias substitutas;

- agilização na triagem e remanejamento de menores aos lares de origem, instituições próprias ou particulares, bem como colocação e acompanhamento profissional do menor junto à empresa.

Procurou-se por outro lado a ampliação, a integração e a racionalização das atividades de atendimento ao menor através de gestões com organismos relacionados ao setor.

Na rede própria de institutos da FEBEM foi duplicado o número de vagas, passando-se de 623 para 1.231 vagas.

Complementando a prestação de assistência ao menor carente, iniciou-se um processo de treinamento profissional, que deverá atingir 15.000 menores, com recursos provenientes do Ministério do Trabalho. A execução desse programa está sendo efetivada pela Fundação Gaúcha do Trabalho que já realizou 631 cursos, tendo treinado 9.215 menores.

PREVIDÊNCIA

A concessão de benefícios previdenciários e serviços assistenciais aos servidores públicos estaduais foi realizada pelo Instituto de Previdência do Estado.

A concessão de benefícios foi estendida a 21.621 pensionistas, 1.242 beneficiados com pecúlios, 4.262 beneficiados com auxílio-natalidade.

Os serviços de assistência médica incluíram consultas, serviços complementares, atendimentos de emergência e hospitalizações. O número de servidores e dependentes beneficiados com assistência médica do IPE foi bastante elevado na capital como no interior.

Foram os seguintes os atendimentos efetivados:

- consultas: 213.036 na capital e 344.612 no interior;
- serviços complementares: 205.497 na capital e 132.646 no interior;
- emergências: 12.220 na capital e 800 no interior;
- hospitalizações: – casos clínicos – 5.254 na capital e 19.664 no interior, sendo 9.878 em Unimed e 9.786 em coordenadorias;
- casos cirúrgicos: 15.647 na capital e 21.870 no interior, sendo 10.703 em Unimed e 11.167 em Coordenadorias;

ÁREA ADMINISTRATIVA

INTRODUÇÃO

Integram a Área Administrativa os órgãos que, por suas precípua atribuições, asseguram o funcionamento do sistema administrativo do Estado, consubstanciado essencialmente no desempenho das funções de previsão, planejamento, organização, direção, coordenação e controle.

A relevância destes órgãos evidencia-se no fato de que são o apoio indispensável para que o Estado exerça a sua ímpar finalidade de possibilitar o bem-estar geral a todos os cidadãos, independente de condição social, raça e religião.

Atendendo aos objetivos expressos na "Estratégia de Ação Governamental", tem-se desenvolvido ações, sobretudo, no sentido de:

- intensificar o planejamento, coordenação e controle das atividades administrativas;
- descentralizar a execução de rotinas administrativas, com delegação de competência a outros escalões;
- evitar paralelismo de ação e dispersão de recursos;
- controlar, direta e indiretamente, todas as atividades administrativas;
- continuar os trabalhos de reorganização e modernização administrativa dos órgãos que integram a administração estadual;
- dotar as instalações dos serviços públicos daquelas melhorias indispensáveis ao aperfeiçoamento de suas atividades.

Na Área Administrativa destaca-se a execução dos Programas: Planejamento, Administração, Justiça e Segurança, e Serviços Fazendários e Financeiros.

PLANEJAMENTO

O Rio Grande do Sul já possui uma significativa experiência em planejamento. Há mais de 20 anos, o Estado passou a planejar, com um caráter imperativo, a aplicação dos seus recursos, abrangendo os setores de infra-estrutura econômica e social. Ao longo destes anos houve diversas tentativas com vistas ao planejamento global, se consideradas as atribuições dos diversos órgãos criados, em um processo que culminou com a criação de Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Apesar do Estado ter optado por um modelo globalista conforme é explicitado nos diplomas legais que institucionalizaram a Secretaria de Coordenação e Planejamento e por iniciativas práticas tentadas, o planejamento global, integrado, abrangente e articulado ainda inexistente no Estado. O orçamento é o mais poderoso instrumento de que se dispõe para implementar um Sistema Estadual de Planejamento, dado que a divisão de competências entre as esferas do poder público atribui à União a utilização dos instrumentos de política econômica, o que limita o acesso dos Estados aos mesmos e por, via de consequência, a sua ação de planejamento.

A evolução do processo de planejamento, apesar dos obstáculos de toda ordem – financeiros, administrativos, institucionais – é evidente. A Secretaria de Coordenação e Planejamento que possui já um quadro de especialistas para atuarem na área do planejamento, organizou grupos de estudos com a pretensão de formular proposições técnicas com vistas ao aperfeiçoamento do instrumental de planejamento que vem sendo utilizado no Estado.

Ressaltam-se iniciativas tomadas no sentido de:

- aperfeiçoar a metodologia da elaboração do programa de ação anual do governo;
- cadastrar todos os recursos humanos disponíveis no Estado, tanto pertencentes à esfera pública como

privada, com experiência significativa nas áreas de planejamento, orçamento, administração e estatística;

- qualificar os recursos humanos atuantes na área do planejamento, com vistas à especialização nos diversos setores e ao recrutamento de novos elementos;
- diagnosticar as causas determinantes das dificuldades administrativas que têm retardado o processo de aperfeiçoamento do sistema global de planejamento;
- montar um sistema de acompanhamento físico dos projetos e programas prioritários da ação governamental.

O planejamento será abordado segundo as funções de orçamento, desenvolvimento organizacional, estatística e apoio financeiro ao desenvolvimento.

- Orçamento

Em 1975, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, incorporou, efetivamente, às suas atividades, não somente a coordenação da elaboração da lei orçamentária anual, mas a sua total elaboração, como já vinha sendo feito com o Orçamento Plurianual de Investimento.

Para que esse objetivo fosse atingido foi implantada, ainda em caráter experimental, a Supervisão de Orçamento, com uma equipe de técnicos responsáveis pela elaboração dos dois importantes documentos acima mencionados.

Com a nova atividade procurou esta Secretaria, mantendo a tradição do Estado do Rio Grande do Sul, aperfeiçoar cada vez mais os processos e padrões orçamentários, procurando atingir a meta na qual o Orçamento Público represente realisticamente o programa de trabalho do Governo, destinando, a todos os setores da administração pública, recursos suficientes, apesar de sua reconhecida escassez e limitação, para que possam ser atingidos as metas e objetivos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social da comunidade sul-rio-grandense.

Ainda no correr do exercício de 1975, a partir do mês de maio, assumiu esta Secretaria a atribuição relacionada com o exame, elaboração e encaminhamento de toda a matéria relacionada com a abertura de créditos adicionais, tanto no orçamento da administração direta, como da autárquica, atribuições essas que vinham sendo desempenhadas, até então, pela Secretaria da Fazenda.

Por outro lado, foram reativados na Supervisão de Orçamento, os estudos relativos à montagem de um sistema de acompanhamento físico-financeiro de todos os investimentos do setor

público estadual, o qual, a partir de 1976, já deverá entrar em plena execução, permitindo aos administradores a obtenção periódica de uma visão de conjunto das aplicações em despesas de capital, não somente sob o aspecto financeiro, mas principalmente, sobre seu desenvolvimento físico.

— Desenvolvimento Organizacional

Buscando o maior entrosamento com órgãos públicos do Estado e com o objetivo de prestar uma consultoria que permitisse às Secretarias uma reavaliação de seus objetivos foram efetuados no primeiro semestre de 1975, trabalhos de levantamento, análise e diagnóstico nas Secretarias do Trabalho e Ação Social, da Administração e da Indústria e Comércio. Os estudos foram realizados com a colaboração dos órgãos interessados sendo que na Secretaria do Trabalho e Ação Social o trabalho concluiu com um encontro de integração do qual participaram todos os dirigentes de órgãos subordinados e vinculados. Na Secretaria da Indústria e Comércio e na Secretaria da Administração os estudos foram até a fase de diagnóstico.

Ainda dentro deste espírito, por solicitação da Secretaria da Saúde, foram iniciados no 2º semestre de 1975 os trabalhos de análise organizacional no Instituto de Pesquisas Biológicas. No primeiro momento buscou-se identificar "o problema organizacional", através de reuniões e entrevistas com os dirigentes de equipe e a direção do Instituto. Delimitadas as áreas de disfunções, passou a ser feito um trabalho de desenvolvimento organizacional com a equipe de dirigentes, do IPB, procurando conduzi-los à definição de seus objetivos.

Além disso, foram dados pareceres em diversos expedientes e examinados os seguintes projetos:

- de decreto, propondo a reorganização da Secretaria da Agricultura;
- de decreto, propondo a reorganização da Secretaria da Saúde;
- de decreto, propondo a reorganização da Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- de decreto, transformando cargos em comissão e funções gratificadas;
- de decreto, instituindo o Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística - SEITE;
- da lei, criando e ou extinguindo cargos de provimento efetivo, bem como exame de especificação de classe.

— Estatística

A elaboração de estatísticas como apoio operacional ao planejamento do Estado, tem sido uma das atribuições da Fundação de

Economia e Estatística, bem como a execução de estudos e pesquisas. A realização destes com o objetivo de integrar estudos estratégicos mais amplos, ou responder à solicitação de pesquisas e trabalhos que venham complementar diagnósticos ou subsidiar decisões governamentais, tem sido sua preocupação.

Ao desenvolver qualquer de suas atividades a FEE tem presente as razões que objetivaram a sua criação, a fim de responder sempre, na medida do esperado, proporcionando o maior volume viável de informações ao menor custo possível, sempre objetivando possibilitar subsídios à tomada de decisões com o mínimo de risco.

A Fundação de Economia e Estatística está consciente, de um lado, de que estudos, pesquisas e análises para embasar decisões governamentais, revestem-se de uma magnitude e complexidade crescentes, na medida em que a unilateralidade de observação, ou a insegurança na escolha de variáveis, podem conduzir ao desempenho inadequado do papel de apoio.

A realização de todas as atividades, desenvolvidas durante o exercício de 1975, teve presente a filosofia da instituição, vivenciada em cada uma de suas Unidades:

- a elaboração de estatísticas derivadas, sistemática e permanentemente organizadas e atualizadas, representando as variáveis agregadas essenciais para a descrição e interpretação do funcionamento do sistema econômico regional; estatísticas que permitam identificar a existência ou não de problemas em áreas definidas como socialmente importantes, e ainda a elaboração de análises e interpretações de problemas sócio-econômicos.

Destacam-se dentre os vários Projetos desenvolvidos pela FEE, aqueles que não só respondem a informes estatísticos, mas também procuram fornecer ao Governo elementos ponderáveis nas tomadas de decisões tais como:

- Projeto SEITE - recentemente foi assinado Decreto que institucionaliza o Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas, fornecendo base legal para a montagem administrativa e alocação de recursos;
- Projeto PLINCO - Programa de Localização Industrial e Comercial o qual trata da avaliação das condições locacionais do Estado, procurando um confronto sistemático de uma matriz de oferta (disponibi-

lidade) de fatores locacionais a nível de município com uma matriz de demanda (necessidade) de fatores a nível de atividade industrial.

Também tem procurado desenvolver atividades que constituem não só assessoramento ao Governo mas a entidades de caráter privado, destacando-se os seguintes estudos:

- impacto do aumento do preço de gasolina nos orçamentos familiares onde se analisa o reflexo do aumento do preço do produto e seus derivados nos transportes, e destes nas economias familiares;
- correlação entre o Imposto de Circulação de Mercadorias e a renda interna, onde se busca uma forma de estimar, ainda que preliminarmente, a renda interna com base na arrecadação do ICM, tendo em vista que se pode admitir que essas duas variáveis possuem um comportamento correlacionado.

Apoio Financeiro ao Desenvolvimento

Neste setor, no ano de 1975, merece especial destaque a implantação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL. Desta forma a economia gaúcha que já contava com a significativa participação do BRDE no financiamento de seus programas de desenvolvimento conta, além dos bancos comerciais oficiais e privados, agora, com uma maior capacidade de mobilizar recursos internos e externos para financiar o seu crescimento. De outro lado, o Governo do Estado dotou-se de maior flexibilidade no sentido de orientar a sua política econômica, posto que gerencia diretamente recursos financeiros que representam um considerável suporte ao crescimento dos setores econômicos.

- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A. – BADESUL

Dentre as atividades desenvolvidas pelo BADESUL destacam-se:

- implantação: eleita a atual diretoria em 16 de abril de 1975, iniciou de imediato os trabalhos de organização, instalação, seleção e treinamento de pessoal. A 1º de setembro, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL, começou o atendimento ao público;
- PROPEM – Programa de Operação com Pequena Empresa: este programa teve seu plano piloto aplica-

do na cidade de Ijuí, onde foram pesquisadas 473 empresas, das quais 51 já encaminharam ao Banco solicitação de financiamento e assistência técnica/gerencial, num total de recursos da ordem de 4 milhões de cruzeiros. Destes já estão liberados mais de Cr\$ 1.000.000,00 destinados a dezoito (18) empresas;

- FUNGAPEM – Fundo de Garantia a Pequena Empresa: criado pela Lei Estadual nº 6.972 de 31 de dezembro de 1975, encontra-se em fase de constituição. Objetiva dar acesso ao crédito institucionalizado às pequenas empresas, através do fornecimento da garantia complementar ao bem financiado, exigência legal nestas modalidades de operações;
- PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenagem: somando esforços à política econômica nacional, o BADESUL deu incondicional apoio ao PRONAZEM, tanto na área rural como industrial e visando colaborar na redução do “deficit” da capacidade de armazenagem do Estado, financiou nesta fase inicial, seis (6) milhões de cruzeiros.
- Balanço e Resultados: durante o exercício econômico-financeiro de 1975, o BADESUL operou efetivamente durante quatro meses. Neste período foram realizadas trinta e uma (31) operações de crédito industrial e quarenta e três (43) de crédito rural. Apesar das significativas despesas que oneram uma instalação desta ordem, foi encerrado o exercício com um resultado positivo no montante de Cr\$ 300.450,55.
- Outros Programas em andamento ou em estudo:
 - indústria de Material de Construção;
 - supermercados;
 - FIAPEME – Programa de Financiamento da Assistência Gerencial a Pequenas e Médias Empresas;
 - novilho precoce;
 - barragens;
 - integração lavoura/pecuária;
 - crédito fundiário;
 - suinocultura;
 - reflorestamento;
 - maquinário agrícola.

– Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

A Agência de Porto Alegre do BRDE registrou bom desempenho em 1975 em decorrência do elevado montante de suas operações financeiras diretas e indiretas.

O montante das operações contratadas atingiu Cr\$ 1.276.882.583,00, sendo Cr\$ 1.235.442.583,00 de financiamentos e Cr\$ 41.440.000,00 de prestação de garantia a empréstimos concedidos por outras instituições financeiras nacionais e internacionais. Tal montante é superior em 26,2% ao registrado em 1974. No entanto, observa-se que as operações de financiamento em Cr\$ 1.235.442.583,00, foram superiores em 39,0% às realizadas em 1974. Houve uma considerável redução nas operações de prestação de garantia, que representaram apenas 33,6% das efetivadas em 1974. Isto se deve, fundamentalmente, ao estímulo às importações de máquinas e equipamentos, de parte das autoridades federais.

Comparando-se setor por setor nos anos de 1975 e 1974 tem-se: as operações de financiamento com o setor primário em 1975 foram superiores em 208,9% às realizadas em 1974; o setor secundário recebeu em 1975, 39,0% de recursos a mais do que em 1974; o setor terciário, no entanto, teve reduzida sua participação na absorção dos recursos do Banco em 1975, pois demandou 70,8% dos financiamentos concretizados em 1974. É interessante ressaltar que em 1974 cerca de 99% das operações por este setor foram realizadas com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e com a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA. Somente o Projeto Itaúba da CEEE recebeu cerca de Cr\$ 212,2 milhões em 1974.

Em 1975, portanto, o setor primário recebeu 25,1% dos financiamentos do Banco contra 11,3% em 1974; o setor secundário 60,5% contra idêntico percentual em 1974. O incremento das operações com o setor primário revela o fortalecimento da agricultura do Estado.

– Análise dos financiamentos contratados por destino dos recursos

Os recursos destinados a inversões fixas representam 67,2% dos financiamentos contratados em 1975; para capital de giro das empresas foram canalizados cerca de 17,3%; os financiamentos para pré-investimento e outras finalidades participaram com 15,1% do total contratado.

– Análise dos financiamentos contratados por origem de recursos

Em 1975, para cada Cr\$ 1,00 de recursos próprios o Banco aplicou cerca de Cr\$ 10,00 de recursos externos. Contando com a colaboração financeira de 9 (nove) entidades, o Banco aplicou Cr\$ 1.111,7 milhões na

economia estadual. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entrando com 40,4%, o Banco Central do Brasil com 30,2% e o FINAME com 11,4% contribuíram com cerca de 82,0% dos recursos injetados na economia pelo Banco no ano passado. Este fato expressa o conceito que o Banco adquiriu junto aos principais órgãos financeiros oficiais do País.

– Análise da demanda total de financiamento

Em 1975 foram propostas ao Banco operações de financiamento que assumiram o montante de Cr\$ 1.507,8 milhões, representando 38,1% a mais do que o montante das solicitações de 1974. Da demanda de financiamento ocorrido no ano passado 87,1% foram aprovados pelo Banco, contra 92,8% em 1974. De outra parte, cerca de 89,8% dos financiamentos propostos ao Banco foram contratados, ao passo que em 1974 esse percentual situou-se em 81,1

Além da ação financeira – via financiamentos e prestações de garantia, – foram emitidos 37 pareceres sugerindo o benefício do Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM – para projetos financiados pelo Banco. Citados pareceres tiveram acolhida favorável pelo Conselho do FUNDOPEM, tendo sido firmados os contratos respectivos no valor de 37,9 milhões de cruzeiros.

ADMINISTRAÇÃO

Administração de Pessoal

A Secretaria de Administração realizou a implantação do projeto Base/75 visando a introduzir mecanismos que assegurem um aprimoramento das técnicas de administração de pessoal do Estado. Concluiu o projeto/CGS (Cadastro Geral dos Servidores) objetivando, pela coleta de dados básicos, em forma de um censo dinâmico, o conhecimento da situação real dos servidores estaduais, de modo geral, setorial e individual. Foi criado o Conselho Estadual de Administração de Pessoal (CEAP) que tem como finalidade integrar os esforços do setor com os das entidades de classe no que diz respeito à valorização do servidor público.

Foi concluído também o projeto/CTS (Cômputo do Tempo de Serviço) que objetiva computar a efetividade dos servidores estaduais de forma compatível com o processamento eletrônico de dados.

Foi criada a Comissão Intersecretarial de Concursos Públicos, integrada por técnicos da Secretaria da Administração e Secretaria de Educação e Cultura.

O Plano de Classificação e Avaliação de Cargos, com vistas a propiciar um plano de carreira para os funcionários públicos, tem sua conclusão prevista para junho de 1976.

Foi realizado um levantamento de recursos humanos em todas as Secretarias de Estado, buscando compatibilizar os cargos atualmente existentes e ainda vagos, com necessidade de novos cargos a serem criados, para atender as exigências da implantação da Reforma Administrativa do Estado.

Obras e Edificações

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, através da Companhia Estadual de Desenvolvimento

Regional e Obras – CEDRO, criada com o objetivo específico de executar a política estadual de construção de prédios e a referente a problemas de desenvolvimento regional e urbano, teve como destaque entre suas realizações, durante o exercício de 1975, as seguintes:

- implantação do Centro Administrativo do Estado, no qual já estão construídos 58% do bloco das Secretarias, 14% da Plataforma de Serviços e 84% do Centro de Processamento de Dados;
- elaboração e implantação de 35 projetos de construção de prédios diversos, dos quais 19 já foram concluídos;
- elaboração de trabalhos de consultoria em desenvolvimento regional e levantamentos aerofotogramétricos de áreas de infra-estrutura industrial;
- prestação de assistência técnica às associações de municípios.

Sistema de Transporte

O Decreto nº 241129, de 17.10.75, institui o Sistema de Transporte Oficial do Estado, demonstrando cabalmente a preocupação do Governo em dotar a administração pública, no que se refere a transporte, das técnicas mais avançadas, objetivando racionalizar o uso de veículos de representação, no âmbito do Poder Executivo.

Processamento de Dados

Cabe à Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul PROCERGS, o apoio à administração estadual através da execução de serviços de processamento de dados e tratamento de informações.

Dentre as atividades que desenvolveu cabe destacar: a elaboração das folhas de pagamento e o índice de distribuição do ICM, para a Secretaria da Fazenda; a implantação do Cadastro dos Beneficiários do IPERGS, para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; estudos sobre a Repercussão Financeira/Aumento Salarial e Elaboração Orçamentária, para a Secretaria de Coordenação e Planejamento; elaboração de Estatísticas para a Fundação de Economia e Estatística.

Serviços Gráficos

Sob a responsabilidade da Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, está a execução dos serviços gráficos e

atividades correlatas – edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Assembléia, do Diário da Justiça e do Diário da Indústria e Comércio.

A renovação de seu equipamento, propiciou o aumento da produção e a operação gráfica em novas técnicas.

O prédio de sua sede (Avenida Aparício Borges) foi concluído, perfazendo uma área construída de 9.257,58m².

JUSTIÇA

Ministério Público

Cumprindo suas atribuições eminentemente sociais, a Procuradoria Geral da Justiça, atendeu de modo satisfatório e mediato às solicitações advindas das promotorias da Capital e do Interior, num total de 221, o que contribuiu, de modo efetivo, para o desempenho eficiente das funções pertinentes às respectivas entidades.

Através da aplicação dos recursos do Programa de Modernização Administrativa, foram obtidas condições mais adequadas de infra-estrutura, o que propiciou um melhor funcionamento dos serviços, e garantiu melhores informações jurídicas.

No que concerne à representação em juízo, sobressaiu, de modo especial, o provimento de 342 cargos do Quadro do Ministério Público e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça.

Assistência jurídica

A Consultoria Geral do Estado coordenou todas as suas realizações, em 1975, levando em consideração os objetivos propostos na Estratégia de Ação Governamental, em que é colocado em relevância o Assessoramento Jurídico ao Governo do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e Municipal e a preocupação precípua de uniformizar a jurisprudência administrativa. Destacou-se, dentre elas, a implantação da nova estrutura do Órgão, já prevista em suas linhas básicas, no Decreto nº 23.529/74.

A reestruturação, envolveu, de modo abrangente, as unidades administrativas da Consultoria Geral do Estado. Procedeu-se o desdobramento das unidades especializadas, objetivando o atendimento, ao mesmo tempo, dos serviços de consultoria e procuradoria, quais sejam: Unidade de Consultoria e Procuradoria para Assuntos de Pessoal, Unidade de Consultoria e Procuradoria para Assuntos Fiscais e Unidade de Consultoria e Procuradoria para Assuntos Gerais.

Os resultados obtidos através dessa reformulação foram altamente produtivos, mormente no que tange ao desenvolvimento das atividades rotineiras. Propiciou também ampla comunicabilidade entre as partes consultiva e de procuradoria.

De outra parte, o Instituto de Informática Jurídica passou a dar efetivo apoio técnico-jurídico às diversas unidades operacionais, de modo especial às de consultoria e procuradoria.

Coube, outrossim, à Unidade Técnica Administrativa unificar, num só prédio, o Gabinete do Consultor Geral e todas as Unidades compõem o Órgão, que passou a funcionar como um todo, com o subsequente benefício do conhecimento dos serviços prestados.

Ressalta-se, sobremaneira, a implantação de um serviço pioneiro que se traduz na assistência judiciária, operando na periferia da cidade – Vila Restinga – com funcionamento em horário noturno.

Por outro lado, deve ser salientado, também, um trabalho inédito de prevenção de litígios, iniciado nas áreas administrativa e judicial, mediante a participação, em reuniões, de agentes responsáveis pelos setores de pessoal das diversas Secretarias de Estado.

As metas alcançadas, em termos de Assessoramento Jurídico, Defesa Judicial do Estado, Assistência Judiciária (80.363 pessoas), Procedimentos Administrativos, Disciplinares, Pesquisa Jurídica, atingiram um total bastante considerável, com resultados de grande sentido social e administrativo, levando-se em conta as inúmeras variáveis restritivas que, por vezes, impedem a consecução dos objetivos.

Apoio ao Poder Judiciário

À Secretaria da Justiça, dentre suas atribuições, cabe propiciar melhores condições de funcionamento aos Serviços da Justiça em primeira instância, através de contribuição financeira para aquisição, construção e conclusão de Foros.

No exercício de 1975, o desenvolvimento da infra-estrutura do Poder Judiciário (primeira Instância), compreendeu:

- aquisição de prédio para o Foro de São Borja;
- construção e/ou conclusão dos Prédios para os Foros de: Rio Grande, Rosário do Sul, Vacaria e Júlio de Castilhos.

As obras deverão integrar aproximadamente 5.800m² de área construída, e sua execução está a cargo da CEDRO.

Sistema Penitenciário

A administração penitenciária é exercida pela Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, órgão integrante da Secretaria da Justiça.

A SUSEPE, através de suas diversas unidades administrativas, empreendeu inúmeras realizações no decorrer de 1975, tendo em vista, sempre, o atendimento a sua filosofia da ressocialização do apenado.

O Departamento dos Estabelecimentos Penais efetuou, com pleno êxito, três encontros de administradores de presídios municipais e o 1º Seminário de Estudos e Atualização da Inspeção Penitenciária

A Unidade de Assistência e Controle Legal exerceu o controle legal dos reeducandos e providenciou na assistência judiciária aos mesmos, através da promoção de audiências judiciais, de informações de indultos e comutação de penas, da reprodução de fotografias, da confecção de carteiras de identidade e da classificação datiloscópica.

A Escola de Serviços Penitenciários, visando a preparar recursos humanos para atuarem eficazmente no sistema penitenciário, teve seu prédio totalmente reformado, o que lhe possibilitou um desempenho mais eficiente de suas funções administrativas e docentes. Propiciou, também, a realização de concursos para Agentes de Segurança Penitenciário e Monitor Penitenciário, do que resultou, respectivamente, o acréscimo de mais 122, e 107 elementos especializados.

A Unidade de Atendimento Educacional e Social preocupada em proporcionar ao reeducando, assistência médica e aperfeiçoamento humano, cultural e social, apresentou os seguintes resultados:

- participação de reeducandos em Cursos Universitários da P.U.C. – 4;
- participação de reeducandos em Cursos Técnicos de Contabilidade – 2;
- participação de reeducandos em Cursos de Alfabetização – 446;
- participação de reeducandos em Cursos de Educação Integrada – 488;
- participação de reeducandos em Cursos de Preparação para o Supletivo de 1º grau – 67;
- participação de reeducandos em Cursos de Preparação para o 2º grau – 25;

- participação de reeducandos em Cursos Profissionais diversos, conveniados com a Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., a Fundação Gaúcha do Trabalho - FGT e outras Instituições -69.

Além disso, a Unidade de Atendimento Educacional e Social, orientou e supervisionou as atividades educacionais, merecendo especial destaque as visitas feitas aos estabelecimentos penais de categoria especial, em número de 32 e as visitas feitas a presídios municipais, em número de 7.

A Unidade de Serviços Especiais, inclui sua atuação, especialmente, na área de obras públicas e edificações. Sob a responsabilidade da CEDRO, está construindo presídios regionais e municipais. Os presídios regionais de Bagé, Passo Fundo e Santo Ângelo, às expensas do Tesouro do Estado, tiveram suas obras continuadas no decorrer de 1975. Os presídios municipais de Frederico Westphalen, Santa Cruz e Santiago, continuaram em construção, segundo o Modelo Padrão 50 da CEDRO, e os presídios municipais de São Sepé e Sobradinho, foram continuados, conforme o Modelo Padrão 35. A Penitenciária de Charqueadas custeada por convênio com o Ministério da Justiça, encontra-se, também em adiantado estágio de construção, tendo sido inclusive coberta.

Atualmente, a população carcerária média é de 4.500 apenados.

SEGURANÇA

A Secretaria da Segurança Pública vem procurando desenvolver condições que levem a organização policial, civil e militar, a oferta de serviços mais eficientes e dinâmicos à população.

A Polícia Civil, pretendendo obter a prevenção de crimes, a investigação e formalização do inquérito policial relativo a ilícitos penais, conta, atualmente, com um efetivo de 3.890 homens para atender a 232 municípios do Estado, através de 300 órgãos policiais operacionais. Em 1975, verificou-se o aumento de 2.875 novos cargos policiais.

Ingressos de recursos federais, agregados aos constantes no orçamento do Estado, possibilitaram a ampliação da frota de veículos, com a aquisição de 208 novas viaturas.

Foram dinamizados os serviços policiais prestados à comunidade: Serviço de Identificação, Instituto Médico Legal e Serviço de Trânsito. Assim, foram instalados Postos de Identificação nos municípios de Quaraí, Dom Pedrito, São Gabriel, Vacaria e Ibirubá. Verificou-se, também, a instalação de Postos de Circunscrições Regionais de Trânsito em Ibirubá, Jaguarão e Vacaria. Um Posto Médico Legal foi, também, criado em Vacaria.

No âmbito de obras e edificações públicas, ressalta-se a construção e ampliação das Delegacias de Polícia de São Luiz Gonzaga, Gravataí, Capão da Canoa, Tramandaí, Venâncio Aires, Giruá, Tapera, Campo Real, Chui e Vacaria.

Em Porto Alegre, foi criado o 16º Distrito Policial, na Vila Restinga.

Evidencia-se, ainda, a consolidação do sistema de computação eletrônica das cédulas de Identidade Civil, o que possibilitou a emissão de 264.839 cédulas de identidade, durante o ano de 1975.

O Policiamento Militar, exercido pela Brigada Militar, destaca sua atuação no sentido de atender as atribuições que lhe competem, como: policiamento de trânsito, atendimento a acidentes e, ressalvadas as missões específicas das Forças Armadas, todo o policiamento fardado no território do Estado.

Estas atribuições são executadas através da estrutura hoje existente, que compreende 14 Batalhões de Polícia Militar, 6 Regimentos, 5 Grupamentos de Incêndios, 1 Grupo de Busca e Salvamento, 8 Centros de Serviço e Suprimento, 4 Diretorias (Finanças – Saúde – Apoio e Pessoal), 2 Hospitais, 3 Policlínicas, 2 Laboratórios, 1 Academia Militar, 2 Escolas e 2 Companhias de Polícia Militar.

O Policiamento Militar é exercido por um efetivo atual de aproximadamente 17.000 homens.

O aumento da eficiência dos serviços policiais está, em grande parte, na dependência de instalações físicas adequadas à missão militar. Assim, no campo de obras e edificações públicas, a Polícia Militar, em 1975, concluiu a sede do 8º Batalhão de Polícia Militar, num total de 2.100m² de área construída e a Estação Floresta do Corpo de Bombeiros, com 500 m² de área construída. Encontram-se, em fase de planejamento, a construção do 9º Batalhão de Polícia Militar, a complementação do Hospital da Brigada Militar e a construção da Estação do Centro do Corpo de Bombeiros.

Evidencia-se, ainda, no decorrer de 1975, a ampliação da frota de veículos da corporação da Brigada Militar, com a aquisição de rádio-patrolhas e caminhões-choques, perfazendo um total de 67 novas viaturas.

SERVIÇOS FAZENDÁRIOS E FINANCEIROS

O desenvolvimento deste programa, no Estado, está a cargo da Secretaria da Fazenda e respectivos órgãos vinculados: Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.

As atividades desenvolvidas, durante o exercício de 1975, podem ser apresentadas dentro do seguinte perfil:

Administração Tributária:

A concepção de uma Administração Tributária eficaz apóia-se num sistema gerencial moderno, instrumentado por um planejamento racional e coordenação eficiente das diversas funções que interagem visando atingir um sadio clima de acatamento das leis fiscais. A consecução desse objetivo trará, como corolário, um incremento na espontaneidade de pagamento dos tributos.

Indiscutível que uma política fiscal racional está a exigir um harmonioso entrosamento fisco-contribuinte, advindo daí a primeira transformação da atividade fiscal. Chegou-se a conclusão que a ação fiscal preventiva, conscientemente dirigida para o público em geral, será muito mais eficiente, a médio e longo prazos, do que a ação fiscal repressiva, máxime que a última tem sido uma das causas do escasso interesse do contribuinte pelo real alcance e finalidade social do tributo.

No decorrer de 1975, a Coordenadoria Geral do ICM, unidade administrativamente subordinada à Diretoria Geral do Tesouro do Estado, deu força executória a diversos programas específicos, valendo destacar, como o de maior alcance, o programa de Promoção Tributária "ICM PRÓ-DESENVOLVIMENTO", experiência pioneira na Administração Fazendária do Estado do Rio Grande do Sul. Tal programa,

ideado e executado sob uma forma sistêmica, prevê a atuação sinérgica de três subsistemas, visando a um enquadramento global a nível das técnicas de ação fiscal preventivas:

- subsistema de Integração Fisco-Contribuinte;
- subsistema de Publicidade Tributária
- subsistema de Educação Tributária

O subsistema de integração fisco-contribuinte está concebido para atuar na área de contato entre os agentes da Fazenda Estadual e os contribuintes, de sorte que funcionará como um legítimo serviço de relações públicas da Secretaria da Fazenda.

O subsistema de Publicidade Tributária está direcionado para os meios de comunicação social, veiculando mensagens com o fito de conscientizar a população para o significado social do imposto e motivá-la no sentido do cumprimento espontâneo do dever tributário.

O subsistema de Educação Tributária, sem dúvida o que reveste maior importância, terá como meta-síntese a formação de uma nova mentalidade em relação ao tributo, a partir da introdução e gestão dos conteúdos de Educação Tributária nas escolas de 1º e 2º Graus. O planejamento das atividades foi concebido conjuntamente por técnicos da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Educação e Cultura. A institucionalização do programa de Promoção Tributária ocorreu pela edição do Decreto nº 23.961, de 18.07.75, atribuindo-se-lhe um caráter permanente.

Sem embargo das medidas de caráter preventivo – e em defesa dos bons contribuintes – agilizaram-se os procedimentos de controle, pelo desenvolvimento do Programa Integrado de Controle dos Contribuintes. Este programa, que abarca uma população alvo de 100.000 contribuintes, baseia-se, fundamentalmente, no Cadastro Geral dos Contribuintes e tripartite-se em subsistemas: conta-corrente fiscal, detecção de omissões e repressão fiscal. Utiliza como suporte operacional os serviços do Centro de Processamento de Dados da Secretaria da Fazenda, tendo como objetivo precípuo manter todos os inscritos sob controle sistemático.

Ademais, deu-se andamento à implantação do sistema de controle e fiscalização do setor primário, abrangendo, até o final de 1975, 47 municípios com um contingente de 75.000 produtores cadastrados.

No que respeita ao Fundo de Participação dos Municípios na arrecadação do ICM, a par do cumprimento rigoroso do cronograma de entrega de parcelas, procederam-se alterações no que concerne ao prazo de apresentação dos documentos informativos, hoje transformados em excelente repositório de dados acerca do perfil da economia gaúcha.

Vale referir, por outro lado, a melhoria de desempenho na cobrança da Dívida Ativa, pela introdução do serviço de notificação direta aos devedores, responsável pelo aumento de 41% no recebimento desta receita, em relação a do ano anterior.

– Comportamento do ICM:

O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, tributo mor na receita estadual, teve o seguinte desempenho no exercício do ano de 1975:

Rccita orçada	Cr\$ 4.150.000.000,00
Receita reestimada	Cr\$ 5.096.000.000,00

A arrecadação do ICM (dados contábeis), a preços correntes, no período sob análise, perfaz Cr\$ 5.011.217.000,00.

Em relação ao exercício de 1974, constata-se um crescimento nominal de 43,0%, contrapondo-se um incremento real de aproximadamente 11,0%

Administração Financeira e da Dívida Pública

A Pasta Fazendária, tradicionalmente, exerce a direção, coordenação e controle das atividades financeiras do Estado. Está-lhe afeta, também, a supervisão do sistema de pagamento do pessoal, de fornecedores e outros encargos, tanto quanto o controle da execução orçamentária da receita e despesa da Administração Central do Estado.

No flur de 1975, colimando o estabelecimento de uma programação financeira institucionalizada – nos moldes do Governo Federal – foi instituída a Comissão de Programação Financeira. Esta Comissão – de índole intersecretarial – é constituída pelo Secretário da Fazenda, seu presidente, pelo Secretário de Coordenação e Planejamento, Contador e Auditor Geral do Estado, Diretor Geral do Tesouro do Estado, Superintendente de Planejamento do Setor Público e Supervisor de Orçamento da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Ao Gabinete de Orçamento de Finanças, desta Secretaria, cabe o apoio técnico e administrativo e seu titular é o Secretário Executivo da Comissão. O alcance das medidas preconizadas já se fizeram sentir a partir do último trimestre de 1975.

A Junta de Coordenação Financeira, órgão normativo da política financeira estadual, exerceu, em síntese, as seguintes atribuições no ano que findou:

- análise relativa às linhas de crédito dos integrantes do Sistema Financeiro do Estado, visando ao desenvolvimento de estudos para uma atualização qualitativa e quantitativa das mesmas, sendo iniciadas gestões para a criação de um cadastro de risco comum;

- aprovação de contrato de operação de crédito pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com repasse dos recursos ao Estado, para aplicá-los na integralização do capital do BADESUL S/A;
- autorização à Caixa Econômica Estadual para atuar como órgão executor, no Rio Grande do Sul, do plano de empréstimos a longo prazo a estudantes carentes, com recursos repassados pelo Ministério de Educação;
- autorização a Companhia Riograndense de Telecomunicações para a realização de operação de crédito junto ao BNDE, a serem aplicados na ampliação dos atuais serviços urbanos e interurbanos e na instalação de novos serviços.

Quanto ao desempenho do sistema financeiro do Estado, foram efetuados:

- exame e acompanhamento das aplicações financeiras da administração indireta;
- autorizações para novas aplicações financeiras por órgãos da administração indireta;
- estudos e tomada de medidas para o disciplinamento das aplicações em incentivos fiscais das sociedades de economia mista, de cujo capital o Estado detenha o controle acionário.

Foi cumprido à risca o calendário de pagamento do pessoal, sendo de ressaltar, por inédito, que todos os servidores estaduais receberam seus vencimentos antes do Natal. Para o ano de 1976, além de já ter sido divulgado o novo calendário, foi estabelecida a data de 5 do mês subsequente como final para o pagamento do funcionalismo em geral.

No que pertine à Administração da Dívida Pública, a Contadoria e Auditoria Geral do Estado prosseguiu no controle rigoroso e eficiente sobre as emissões, lançamento em circulação e resgate dos títulos da dívida pública estadual, tanto quanto os encargos decorrentes, quer os da dívida fundada, quer os relativos às operações de tesouraria. É de se referir, como significativa, a operação de alongamento conseguida em relação às dívidas de curto prazo – representadas por Letras do Tesouro – substituídas por débitos a longo prazo – traduzidas em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual.

De ressaltar, por outra feita, a entrada em vigor da Resolução nº 62, do Senado Federal, que dispõe sobre operações de crédito

dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições. A teor do art. 2º da Resolução, a dívida consolidada interna dos Estados e Municípios deverá conter-se nos seguintes limites máximos:

- I - o montante global não poderá exceder a 70% da receita realizada no exercício financeiro anterior;
- II - o crescimento real anual da dívida não poderá ultrapassar a 20% da receita realizada;
- III - o dispêndio anual com a respectiva liquidação, compreendendo o principal e acessório, não poderá ser superior a 30% da diferença entre a receita total e a despesa corrente, realizadas no exercício anterior;
- IV - a responsabilidade total dos Estados e Municípios pela emissão de títulos da dívida pública não poderá exceder a 50% do tecto fixado no item I.

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

ESPECIFICAÇÃO	LIMITE RESOLUÇÃO 62/75 EM Cr\$	POSIÇÃO EM 31.12.75 EM Cr\$
- Em títulos: Lei 5.120/65; A p ó l i c e s e ORTE-RS	1.523.214.817,34	1.985.459.008,12
- Por Contratos:	1.523.214.817,34	128.488.430,37
T O T A L	3.046.429.634,68	2.113.947.438,49

Cabe esclarecer que o fato de se ter ultrapassado o limite fixado pela Resolução 62/75 justifica-se devido as contratações anteriormente realizadas.

Contabilidade e Auditoria

À Contadoria e Auditoria Geral do Estado têm como incumbência, por definição legal, o controle interno da administração

econômico-financeira, assessoramento técnico e relevação contábil do complexo administrativo estadual. No exercício dessas atribuições, fiscalizou, orientou, coordenou, executou e centralizou os serviços concernentes à área contábil, bem como a escrituração referente a cada um e a todos os órgãos da Administração Central do Estado que, de alguma forma, arrecadam rendas ou efetuam despesas, administrem ou guardem bens. Auditou órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, abrangendo todas as Fundações das quais o Estado faz parte. O climax das atribuições desse órgão consubstanciou-se no levantamento do Balanço Geral da Administração Direta, relativamente ao exercício de 1974 documento básico à prestação de contas do chefe do Poder Executivo perante a Assembléia Legislativa do Estado.

No afã de dinamizar o controle funcional programático da execução orçamentária, ultimou a implantação da computação eletrônica de dados, sobrevivendo, daí, a possibilidade de fornecimento, com a maior celeridade, de relatórios, análises e informações que embasarão a decisão da Alta Administração.

Administração do Patrimônio e Material

O Departamento Central de Administração do Material (DECAM), órgão relativamente autônomo, processa as aquisições de material para os órgãos da Administração Direta, procede licitações e estabelece normas quanto ao destino dos materiais inservíveis.

No ano de 1975, o desempenho do DECAM traduziu-se, em termos quantitativos, nas seguintes cifras:

- compras para diversos órgãos da Administração Direta e Indireta	Cr\$	104.566.056,77
- depósitos feitos à conta do DECAM para pagamento das compras efetuadas	Cr\$	122.425.118,37
- leilões realizados	Cr\$	2.020.200,00
- movimento do fundo rotativo para estoque de materiais:		
aquisições feitas	Cr\$	6.524.075,92
entrega a diversos órgãos	Cr\$	4.620.951,85

O patrimônio administrativo do Estado tem como órgão controlador a Diretoria do Patrimônio. No decorrer de 1975, visando ao estabelecimento de um cadastro de bens imóveis de propriedade do Estado,

deu-se início a um projeto de cadastramento, em ação conjunta com o Centro de Processamento de Dados. Tal providência permitirá a identificação, avaliação e tombamento de todos os próprios estaduais.

Execução Orçamentária

A Lei nº 6.781, de 02.12.74, orçou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício econômico-financeiro de 1975, nos seguintes quantitativos:

Receita	Cr\$ 6.259.691.600,00
Despesa	Cr\$ 6.259.691.600,00

A Receita e a Despesa tiveram o seguinte desempenho:

<u>Receitas Correntes:</u>	Cr\$	
Impostos	5.199.648.324,08	
Taxas	82.304.287,56	
Receita Patrimonial	243.354.679,94	
Receita Industrial	2.660.180,46	
Transferências Correntes	192.492.600,43	
Receitas Diversas	<u>193.304.428,30</u>	5.913.764.500,77
 <u>Receita de Capital</u>		
Operações de Crédito	1.274.012.947,65	
Outras Receitas de Capital	<u>343.441.907,20</u>	<u>1.617.454.854,85</u>
T O T A L		7.531.219.355,62
 <u>Despesas Correntes:</u>		
Despesas de custeio	3.287.431.932,76	
Transferências Correntes	<u>2.550.983.884,25</u>	<u>5.838.415.817,01</u>
 <u>Despesas de Capital</u>		
Investimentos	776.014.152,85	
Inversões financeiras	249.739.831,07	
Transferências de Capital	<u>1.092.209.435,79</u>	<u>2.117.963.419,71</u>
T O T A L		7.956.379.236,72

O déficit financeiro verificado no exercício de 1975, da ordem de Cr\$ 425.159.881,10, equivale a 5,3% da despesa realizada. Para a ocorrência desse resultado, concorreram, em síntese, as seguintes causas:

- incremento da rubrica Despesas de Capital, com destaque especial aos investimentos e inversões financeiras que perfizeram Cr\$ 1.025.753.983,92., correspondendo à locação de recursos diretamente pela Administração Central do Estado;
- estímulos fiscais à exportação de produtos industrializados e incentivos ao mercado interno, em consonância à legislação em vigor.

Processamento de Dados

O Centro de Processamento de Dados, órgão de suporte operacional às atividades da Secretaria, está presente em todas as realizações da Pasta e vem contribuindo significativamente para a modernização administrativa da Secretaria da Fazenda.

Assim, dentro do que traçou como Modernização Tecnológica, conseguiu:

- manutenção do Cadastro Geral de Contribuintes do ICM, matriz para a programação das atividades fiscais;
- processamento de 350.000 documentos de arrecadação, mensalmente, possibilitando a emissão de relatórios periódicos acerca da receita ingressada pela rede bancária credenciada e exatarias estaduais;
- automatização de rotinas, de sorte a permitir que todos os órgãos fazendários se utilizem do processamento de dados, como elemento crítico e renovador, ensejando a irrupção de novos modelos de atuação;
- redimensionamento dos sistemas já implantados, ao estabelecer uma conexão operacional entre eles;
- estudos visando à geração de novos sistemas, fiel à premissa de que qualquer sistema de processamento de dados deve ser integrado, global e aberto.

Atento à importância que representam para as áreas de Administração Tributária e Financeira, tem-se dado particular atenção ao envolvimento dos sistemas de:

- conta corrente fiscal;
- controle da produção primária;
- dívida pública.

É de se referir à guisa de registro, ao estabelecimento de uma política estadual de processamento de dados, em consonância com as diretrizes propostas pelo Governo Federal, no sentido de se evitar, tanto quanto possível, o paralelismo de ação e a superposição de funções, na área. Esta medida acarretará a centralização dos equipamentos na Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul - PROCERGS.

Serviços Financeiros

A evolução do capital social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, durante o ano de 1975, foi a seguinte:

Em Cr\$						
DATA	CAPITAL	REL.	RESERVAS	REL.	CAPITAL + RESERVAS	REL.
31.12.74	150.000.000	100	158.342.760	100	308.342.760	100
31.12.75	187.500.000	125	229.662.623	145	417.162.623	135

O aumento do Capital Social de Cr\$ 150.000.000,00 para Cr\$ 187.500.000,00, ocorreu pelo aproveitamento de reservas, consoantes autorização da Assembléia realizada em 17.11.75.

Os depósitos perfizeram, em 1975, o montante de Cr\$ 2.540.067.628,33, elevando-se em 74,4% em relação ao período anterior.

Quanto a refinanciamentos e repasses, deu-se ênfase especial à disposição dos bancos comerciais, além de incentivar as aplicações com base na Resolução 63.

Em 31.12.75, o saldo em Refinanciamento e Repasses atingia Cr\$ 1.783.718.213,00, contrapondo-se a Cr\$ 878.876.676,00, em 31.12.74. A alocação desses recursos cresceu na ordem de 103,0%.

É evidente que a orientação aplicada na captação de recursos teria reflexos diretos na rubrica de empréstimos, tanto assim que passou a representar 164% do saldo de depósitos, demonstrando que se conseguiu injetar parcela considerável de meios financeiros na economia rio-grandense.

Em 31.12.74, o saldo de empréstimos montava Cr\$ 2.531.688.856,00 e em dezembro de 1975 havia se elevado para Cr\$ 4.171.143.499,98, correspondendo a um acréscimo de 65,0%.

Deve-se, contudo, pôr em relevo que, na destinação desses empréstimos, procurou-se, primordialmente, atender aos objetivos do Governo Estadual, consubstanciados em sua Estratégia de Ação Governamental para o período 75/78.

O quadro abaixo demonstra, setorialmente, a orientação imprimida, vendo-se que os empréstimos à produção cresceram 74,0% no período de 12/74 a 12/75, imputando-se-lhe 64,0% do saldo das aplicações totais do Banco.

Em Cr\$ 1.000,00			
ESPECIFICAÇÃO	31.12.74	31.12.75	RELATIVO
PRODUÇÃO	1.536.379	2.668.202	174
COMÉRCIO	318.430	555.574	174
PODER PÚBLICO	222.201	242.319	109
OUTROS	454.678	705.048	155
TOTAL	2.531.688	4.171.143	165

A gestão eficiente dos negócios do Banco do Estado do Rio Grande do Sul refletiu-se no resultado do exercício. O réditto positivo atingiu Cr\$ 113.634.088,81, equivalente a um incremento de 48,0% sobre o ano anterior

Visando a alcançar a meta de que todos os municípios gaúchos contêm com, pelo menos, uma representação bancária, mais quinze agências foram inauguradas no decorrer de 1975. Uma em São José do Norte e as quatorze restantes – pioneiras – nos municípios de Alecrim, Alpestre, Anta Gorda, Cacique Doble, Caibaté, Campina das Missões, Cândido Godói, Formigueiro, Ibiraiaras, Nova Bassano, Nova Palma, Rodeio Bonito, Santana da Boa Vista e Viadutos.

Quanto a atuação da Caixa Econômica Estadual, pode-se dizer que a autarquia estadual de crédito, em atenção aos objetivos da Estratégia de Ação Governamental, conseguiu no fluir de 1975:

- aumento do número de agências, com a criação de postos de prestação de serviços nos municípios de Braga, Vicente Dutra, Artur Lange e no Foro de Porto Alegre;

- execução de obras, construções novas, reforma de instalações e compras de terrenos em diversas cidades;

- celebração de convênios com 34 entidades, para prestação de serviços de cobrança de taxas, carnês e empréstimos especiais;

- alocação de recursos, sob a forma de empréstimos, consubstanciando 150.984 contratos num valor de Cr\$ 1.967.910.220,00;

- obtenção de resultado positivo no período, perfazendo Cr\$ 55.068.926,96.

A Bannrisul – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual o Estado do Rio Grande do Sul detém 66% do capital social, promove a distribuição dos títulos públicos estaduais e a administração do Fundo para Garantia de liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, nos termos da lei nº 6.647.

No decorrer de 1975, Bannrisul – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A teve o seguinte desempenho: Em Cr\$

SEMESTRE	RECEITA	DESPESA	LUCRO
1º	4.276.929,96	2.642.196,88	1.634.733,08
2º	20.520.019,26	9.448.665,61	11.071.353,65
T O T A L	24.796.949,22	12.090.862,49	12.706.086,73